

UNESP – Universidade Estadual Paulista
“Júlio de Mesquita Filho”
Faculdade de História, Direito e Serviço Social

RITA DE CÁSSIA LOPES DE OLIVEIRA MENDES

**Organização Comunitária em busca da qualidade de vida:
dinâmicas e lutas (Franca/SP 1991-2002)**

Franca
2003

ERRATA

Folha	Linha	Onde se lê	Leia-se
18	6	noveta	noventa
18	7	dos Serviço Social	do Serviço Social
22	11	as mais variados opcionais	os mais variados opcionais
27	12	porém isso ocorre	porém isso nem sempre ocorre
27	18	atendidas as necessidade	atendidas as necessidades
34	10	alcancedo	alcance do
35	2	apresentado-se	apresentando-se
40	9	brasileira não pde	brasileira não pode
51	16	essa necessidades	essas necessidades
53	20	são encaminhada	são encaminhadas
58	16	nas Unidades Básica	nas Unidades Básicas
89	23	alocalização	a localização
97	2	nas sua próprias	nas suas próprias
101	8	condição econômicas	condição econômica
101	21	equívale	equivale
111	17	resolva sozinhas	resolvam sozinhas
130	20	sindicalização, Falta	sindicalização, falta
136	28	que os homem	que os homens
146	25	condições de vida está ligada	condições de vida estão ligadas
148	17	exposto pelo moradores	exposto pelos moradores
148	21	realização da atividades	realização das atividades
149	2	atividades fica limitada	atividades ficam limitadas
159	12	educação nestas áreas é verificado	educação nestas áreas é verificada
168	9	do profissão	da profissão

RITA DE CÁSSIA LOPES DE OLIVEIRA MENDES

**Organização Comunitária em busca da qualidade de vida:
dinâmicas e lutas (Franca/SP 1991-2002)**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual Paulista - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Campus de Franca, como exigência do programa de Pós-Graduação em Serviço Social, área de concentração Serviço Social: trabalho e sociedade, para obtenção do título de mestre em Serviço Social.

Orientador: Prof. Dr. José Walter Canôas.

Franca

Mendes, Rita de Cássia Lopes de Oliveira

Organização comunitária em busca da qualidade de vida :
dinâmicas e lutas (Franca/SP 1991-2002) / Rita de Cássia Lopes
de Oliveira –Franca, 2003.

Dissertação – Mestrado – Serviço Social –Faculdade de His-
tória, Direito e Serviço Social – UNESP – Franca.

1. Serviço Social – Sociedade – Franca (SP). 2. Comunidade-
Organização social.

CDD – 361.8

Dedico à você Alexandre, amigo, companheiro e
professor da minha vida

Aos meus pais

Aos meus sobrinhos:

Júnior, Mariana e

Maria Eduarda

AGRADECIMENTOS

Aos **moradores** dos Conjuntos Habitacionais Jardim Palma e Santa Maria;

Ao Prof. Dr. **Canôas** que me ensinou o valor da liberdade de criar com responsabilidade;

A minha família: **Conceição** e **Sebastião**, **Eliana** e **Alencar**, **Júlia** e **Eurípedes**, **Juliana** e **Alexandre**; que sempre estiveram presentes;

Às minhas avós **Emília** e **Maria**, que com suas experiências me deram uma lição de vida. Nunca esquecerei;

Ao meu amigo **Geraldo** pelo apoio e por ter me confiado a **Raíssa** como afilhada;

À amiga **Ana** pelo apoio na correção gramatical;

À **Celeste** pela amizade, incentivo e pelos debates que me fizeram refletir;

Ao amigo **Aginaldo** Barbosa pela disponibilidade a todo o momento;

À **Ernânea** e ao **Nilton**, amigos *forever*;

Ao **Betão** por ser sempre prestativo e amigo;

À amiga **Miriam**, pelos desabafos e pelo apoio nos momentos difíceis;

À amiga **Graça** pelo incentivo;

Aos amigos **Júlio**, **Valéria Vanini**, **Líria** e **Marcelo Teodoro**, por contribuírem nas correções e discussões do trabalho;

Agradecimento especial ao **Lorran** que com sua alegria de criança me fez compreender que para viver com qualidade não precisa de muito. Considero-te como um filho.

HARMONIA

Sá & Guarabira

Como um bicho da rua pode ter
A alegria da rua pra morar.
Como aquele que não te pode ter,
Mas te tem nos pedaços que encontrar.
Entre o povo apressado na estação,
tem a felicidade de um olhar.
Um momento qualquer de emoção
E harmonia.

Uma noite se faz escurecer.
Madrugada se faz clarear.
Mas a luz no escuro faz nascer,
Todo brilho da noite seu luar.
de manhã o escuro ao morrer,
Vai nos mudar de dia e de prazer.
E é assim que a gente vai viver
em harmonia (...)

Harmonia é ver o sol nascer,
Com o brilho da lua ainda lá.
Harmonia é a rua e é você,
É a luz do escuro no olhar.
Que desejo tão fácil de se ter,
Que presente difícil de ganhar
Mais é sina do homem procurar
Harmonia.

RESUMO

Palavras chaves: qualidade de vida, comunidade, organização comunitária, Serviço Social, democracia.

O objetivo deste trabalho de pesquisa é discutir a importância da organização comunitária para a busca de melhor qualidade de vida, na cidade de Franca/SP. Para o estudo, foram escolhidos dois bairros: o Conjunto Habitacional Jardim Palma e o Parque Residencial Santa Maria, ambos construídos no final da década de oitenta e início da década de noventa. Período em que a cidade estava se expandindo, devido a grande concentração de pessoas na zona urbana, em decorrência do emprego nas indústrias calçadistas. Para abordar a qualidade de vida destes bairros, houve a necessidade de discutir, primeiramente, os significados do termo qualidade e qualidade de vida, fazendo uma relação com a concepção de desenvolvimento humano que norteiam parcialmente o cálculo dos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH), apontados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), como instrumento de medição da qualidade de vida dos países. Utilizando algumas informações do IDH e do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), realizou-se um estudo sobre as condições sócio-econômicas do Brasil e da cidade de Franca/SP, já que estas condições influenciam na vida cotidiana das pessoas nos bairros. A organização dos moradores surge como um mecanismo de resistência às questões sociais e de representatividade na luta pela garantia dos direitos humanos. Todo esforço deste trabalho, contempla a hipótese de que os índices criados quantitativamente para medir a qualidade de vida, não são capazes de abarcar a complexidade da vida humana em relação a sua qualidade e que esta qualidade tem maior facilidade e possibilidade de ser melhorada se os moradores estiverem politicamente organizados.

ABSTRACT

Keywords: life quality, community, residents organization, Social Service, democracy.

The intention of this work is to discuss the importance of community organization in the search of a better quality of life in the city of Franca/SP. For the study two neighborhoods have been chosen: the Conjunto Habitacional Jardim Palma and the Parque Residencial Santa Maria, both were built at the end of the 1980 and beginning of the 1990. At this period the city was expanding due to the great concentration of people in the city promoted by the jobs at footwear industries. To deal with the life quality of these neighborhoods, there was the necessity of discussing, at first, the meaning of the terms quality and life quality, making a relation with the conception of human development that is taken in consideration when calculating the Human Development Index (HDI), pointed by the United Nations Development Programme (UNPD), as the instrument of measurement of the quality of life in countries. Using some pieces of information from HDI and Municipal Human Development Index (MHDI), a study was made on the social and economical conditions of Brazil and the city of Franca/SP, hence these conditions have an influence on people's everyday life on these neighborhoods. The resident's organization appears as a mechanism of resistance to the social questions and it also represents them at the fight for the human rights warranty. All this effort considers the hypothesis that the indices created to measure life quality are not capable of analyzing the complexity of human life in relation to its quality, and that this quality is easier and also more possible of being improved if the residents are politically organized.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: Residências pesquisadas	89
TABELA 2: Estado Civil dos Moradores do Jardim Palma	95
TABELA 3: Quantidade de pessoas por residência	96
TABELA 4: Quantidade de cômodos por residência do Conjunto Habitacional Jardim Palma	96
TABELA 5: Faixa etária dos moradores do Conjunto Habitacional Jardim Palma (crianças e adolescentes).....	97
TABELA 6: Faixa etária dos moradores do Conjunto Habitacional Jardim Palma (jovens, adultos e terceira idade).....	98
TABELA 7: Atendimento de saúde dos moradores do Conjunto Habitacional Jardim Palma.....	100
TABELA 8: Avaliação e motivo da utilização do Programa de Saúde da Família (PSF)..	101
TABELA 9: Situação de trabalho e de vínculo empregatício dos moradores do Conjunto Habitacional Jardim Palma.....	101
TABELA 10: Renda dos moradores do Conjunto Habitacional Jardim Palma.....	103
TABELA 11: Carga horária de trabalho dos moradores do Conjunto Habitacional Jardim Palma.....	104
TABELA 12: Escolaridade dos moradores do Conjunto Habitacional Jardim Palma.....	105
TABELA 13: Escolaridade das pessoas que pararam de estudar (Conjunto Habitacional Jardim Palma.....	105
TABELA 14: Estado civil dos moradores Parque Residencial Santa Maria.....	132
TABELA 15: Quantidade de pessoas por residência no Parque Residencial Santa Maria.	132
TABELA 16: Quantidade de cômodos por residência no Parque Residencial	

Santa Maria.....	133
TABELA 17: Faixa etária dos moradores do Parque Residencial Santa Maria	
(crianças e adolescentes).....	133
TABELA 18: Faixa etária dos moradores do Parque Residencial Santa Maria	
(jovens, adultos e terceira idade).....	134
TABELA 19: Atendimento de saúde dos moradores do Parque Residencial	
Santa Maria.....	135
TABELA 20: Situação de trabalho e de vínculo empregatício dos moradores do	
Parque Residencial Santa Maria	136
TABELA 21: Renda dos moradores do Parque Residencial Santa Maria	137
TABELA 22: Carga horária de trabalho dos moradores do Parque Residencial	
Santa Maria.....	138
TABELA 23: Escolaridade dos moradores do Parque Residencial Santa Maria.....	139
TABELA 24: Escolaridade das pessoas que pararam de estudar (Parque Residencial	
Santa Maria).....	139

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: A qualidade da saúde do brasileiro.....	39
QUADRO 2: Franca no Ranking dos municípios paulistas em 1991.....	45
QUADRO 3: Estabelecimento de ensino em Franca – 2000.....	48
QUADRO 4: Atendimentos à saúde em Franca.....	49
QUADRO 5: Perfil dos moradores entrevistados do Conjunto Habitacional Jardim Palma.....	94
QUADRO 6: Lazer dos moradores no Conjunto Habitacional Jardim Palma.....	106
QUADRO 7: A televisão como lazer dos moradores no Conjunto Habitacional Jardim Palma.....	107
QUADRO 8: Visita aos parentes e passeio como forma de lazer dos moradores do Conjunto Habitacional Jardim Palma.....	108
QUADRO 9: A igreja como forma de lazer no Conjunto Habitacional Jardim Palma.....	109
QUADRO 10: A rua como um espaço de entreterimento.....	109
QUADRO 11: Não prioridade do lazer no Conjunto Habitacional Jardim Palma.....	110
QUADRO 12: Os moradores desconhecem a existência do Centro Comunitário, das reuniões e da sua finalidade.....	111
QUADRO 13: Não participação no Centro Comunitário.....	111
QUADRO 14: A falta de tempo como dificultador de participação social.....	112
QUADRO 15: Descrédito dos moradores em relação ao Centro Comunitário.....	113
QUADRO 16: Avaliação positiva dos moradores em relação ao bairro.....	114
QUADRO 17: Avaliação positiva, mas com restrições, dos moradores em relação ao bairro.....	115
QUADRO 18: Opinião negativa dos moradores em relação ao Conjunto Habitacional ... Jardim Palma	116

QUADRO 19: Avaliação positiva dos moradores em relação as suas condições de vida..	117
QUADRO 20: Moradores que têm alguma insatisfação com a sua condição de vida.....	118
QUADRO 21: Moradores insatisfeitos com suas condições de vida.....	119
QUADRO 22: Perfil dos moradores entrevistados do Conjunto Habitacional	
Santa Maria.....	131
QUADRO 23: Lazer dos moradores no Conjunto Habitacional Santa Maria.....	140
QUADRO 24: Participação dos moradores do Conjunto Habitacional Santa Maria	
em atividades políticas ou sociais.....	142
QUADRO 25: Avaliação dos moradores do Conjunto Habitacional Santa Maria sobre	
o bairro em que vivem.....	144
QUADRO 26: Avaliação dos moradores do Conjunto Habitacional Santa Maria sobre as	
suas condições de vida.....	145

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: Tendências do Índice de Desenvolvimento Humano no Brasil.....	35
GRÁFICO 2 : IDH-M brasileiro.....	40
GRÁFICO 3: Índice de Desenvolvimento Humano de Franca/SP (1991-2000).....	46

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AABB – Associação Atlética Banco do Brasil

APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

CAPS - Centro de Atenção Psicossocial

CEF - Caixa Econômica Federal

C.H. - Conjunto Habitacional

CPEUSS - Centro de Planejamento e Extensão Universitária em Serviço Social

DC - Desenvolvimento de Comunidade

DST - Doenças sexualmente transmissíveis

FACEF - Faculdade de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis de Franca

FAPEMIG - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais

FJP - Fundação João Pinheiro

FSM - Fórum Social Mundial

IBGE - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICV - Índice de Condições de Vida

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

IDH-M - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

ISS – Imposto Sobre Serviço

JD - Jardim

L.A - Liberdade Assistida

MOSAICO - Centro de Orientação ao Adolescente e à Família

ONU - Organização das Nações Unidas

PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

PIB - Produto Interno Bruto

PNB - Produto Nacional Bruto

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PRODEC - Programa de Desenvolvimento Comunitário

PROHAB - Programa de Habitação Popular S/A

PSC - Prestação de Serviço à Comunidade

PSF - Programa de Saúde da Família

SEADE – Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados

SEDES - Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Social

SUS - Sistema Único de Saúde

TAI - Índice de Conquista Tecnológica

UBS - Unidades Básica de Saúde

UNESP - Universidade Estadual Paulista

UNISER - Unidade de Serviços Sociais

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
CAPÍTULO 1.....	22
1.1 A qualidade de vida: o grande dilema da definição.....	22
1.1.1 Comentando sobre os Índices de Desenvolvimento Humano e os Índices de condições de Vida.....	29
CAPÍTULO 2.....	34
2.1 O Brasil no Ranking mundial do desenvolvimento humano.....	34
CAPÍTULO 3.....	43
3.1 A cidade de Franca/SP e sua qualidade de vida medida pelo IDH-M e ICV.....	43
3.2 Os esforços municipais para a melhoria da qualidade de vida.....	51
3.2.1 Educação.....	52
3.2.2 Habitação.....	54
3.2.3 Saúde.....	57
3.2.4 Assistência Social.....	63
3.2.5 Cultura e lazer.....	72
CAPÍTULO 4.....	75
4.1 Comunidades de Bairro: vidas em busca de qualidade.....	75
4.2 A comunidade como um espaço de relações sociais e de poder.....	76
4.3 O trabalho de desenvolvimento de comunidade e o Serviço Social.....	83
CAPÍTULO 5	87
5.1 O trabalho de campo no Conjunto Habitacional Jardim Palma e no Parque Residencial Santa Maria em Franca/SP.....	87
5.1.1 Metodologia da pesquisa.....	87
CAPÍTULO 6	92
6.1 O Conjunto Habitacional bairro Jardim Palma em Franca/SP.....	92

6.1.1 Conhecendo os moradores do Conjunto Habitacional Jardim Palma.....	93
CAPÍTULO 7	128
7.1 O Parque Residencial Santa Maria	128
7.1.1 Conhecendo os moradores do Parque Residencial Santa Maria.....	130
CAPÍTULO 8	156
8.1 Resultados da análise comparativa da qualidade de vida dos Conjuntos Habitacionais Jardim Palma e Santa Maria em relação a organização comunitária....	156
CONSIDERAÇÕES FINAIS E PERSPECTIVAS.....	164
BIBLIOGRAFIA.....	170
APÊNDICE.....	177
Apêndice A: Formulário (M) sobre a qualidade de vida.....	177
Apêndice B: Roteiro de Entrevista com o diretor da Organização comunitária.....	179
ANEXO	
Anexo A: Novo atlas do desenvolvimento humano no Brasil.....	180

INTRODUÇÃO

A globalização está a forjar maior interdependência, mas o mundo parece mais fragmentado – entre ricos e pobres, entre os poderosos e os sem poder e entre aqueles que saúdam a nova economia global e aqueles que exigem um percurso diferente. (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2002, p. 1).

A qualidade de vida vem sendo muito discutida em todos os meios sociais, econômicos e políticos, tomando conta de discussões no cenário mundial. A busca pelo ideal de qualidade de vida, levou economistas, estatísticos, sociólogos, entre outros cientistas, a estudar meios para medir e avaliar o grau de qualidade de vida de toda a população. O resultado apresentado em índices revela a imagem do país, desenvolvido ou não, com qualidade ou não, que é divulgada mundialmente e, devido aos variados interesses econômicos, o país acaba por impulsionar um ritmo crescente de tentativas de melhorias internas. Os dados estatísticos geram nuances de competição entre os países e despertam grande interesse por parte de alguns governantes que, em suas ações, deixam transparecer que os dados são mais relevantes que a luta constante de sobrevivência das pessoas, na qual a desigualdade social é uma realidade, impedindo que desfrutem igualmente das mesmas oportunidades sócio, econômica e política. Viver com qualidade de vida, segundo Sen (2000), é ter condições de viver com o que o próprio cidadão acredita ser o mais importante para sua vida e isto não é demonstrado em números.

O ideal de qualidade de vida é diferente para cada pessoa e a qualidade é fruto do desenvolvimento humano que necessita de vários elementos para se concretizar, como: o trabalho, renda, saúde, educação, habitação, cultura e um aspecto importante tanto quanto estes, a política. Nessa perspectiva, este trabalho tem duas hipóteses: primeira, os Índices de Desenvolvimento Humano, criados para medir a qualidade de vida dos países, Estados e municípios são importantes e é uma inovação na última década, mas são objetivos, perdendo

muitas características locais que influenciam na análise; Segunda, a organização comunitária de bairros tem importante contribuição na busca desta qualidade de vida para uma coletividade. Para a verificação destas hipóteses, dois bairros da cidade de Franca foram escolhidos para a pesquisa de campo, o Conjunto Habitacional Jardim Palma e o Conjunto Habitacional Santa Maria. Esses bairros possuem algumas características comuns, são bairros periféricos, foram inaugurados no final da década de oitenta e início da década de noveta, tiveram a atuação dos Serviço Social, como por exemplo do Programa de Desenvolvimento Comunitário (PRODEC) da Caixa Econômica Federal (CEF) e anteriormente do Centro de Planejamento e Extensão Universitária em Serviço Social (CPEUSS), especificamente no Jardim Palma. Possuem organizações comunitárias institucionalizadas e muitas de suas necessidades ainda não foram sanadas como, por exemplo, a falta de equipamentos públicos e de lazer.

São denominados de conjuntos habitacionais por se referir ao modelo de construção de casas populares, que nesse caso foram financiadas pela Caixa Econômica Federal e também algumas pelo Programa de Habitação Popular (PROHAB), apesar de em alguns momentos da pesquisa estes conjuntos serem chamados como bairro. Foram pesquisadas 10% das residências de cada um, totalizando 66 entrevistas com formulário semi-aberto. Intencionalmente foram entrevistados um diretor de cada organização comunitária, contrapondo as falas dos moradores na análise. Após a análise de cada bairro, foram utilizados os procedimentos comparativos, para analisar a qualidade de vida de cada bairro em relação ao seu tipo de organização comunitária. A pesquisa apresentou um aspecto quantitativo, em alguns momentos, principalmente no levantamento e tabulação de dados da população e um qualitativo, quando na análise das informações adquiridas, com a análise do discurso dos sujeitos.

Delimitou-se o período de 1991 a 2002, por quatro motivos: por se tratar de um

período em que a cidade de Franca se encontrava em expansão industrial, década de desenvolvimento dos dois bairros em estudo e, também, porque a década de 1990 marca a elaboração do primeiro Relatório de Desenvolvimento Humano, feito pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Nesse período é criado o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e o Índice de Condições de Vida Municipal, juntamente com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a Fundação João Pinheiro (FJP). Elegemos essa periodização para a análise e reflexão sócio-econômica do Brasil e Franca/SP.

O primeiro capítulo aborda a discussão sobre a qualidade de vida e sua definição, fazendo algumas referências sobre a utilização desse termo, mantendo um diálogo com os autores que embasaram o tema. Também apresenta a metodologia criada e empregada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), para estabelecer o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o IDH-Municipal e o Índice de Condições de Vida (ICV).

O segundo capítulo trata da qualidade do Brasil, discutindo o tipo de qualidade de vida que lhe foi atribuída nos indicadores, pelo cálculo das variáveis que compõem o Índice de Desenvolvimento Humano, que é também conhecido como índices sintéticos, por expressar um grau de qualidade em um único número. Demonstra a utilização de várias fontes de informações auxiliando para elucidar a argumentação, algumas de origem estatísticas, como a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e fontes jornalísticas.

A qualidade de vida da cidade de Franca/SP é discutida no terceiro capítulo, que aborda a caracterização da cidade de Franca, referindo-se sobre o grau de qualidade de vida apresentado pelo Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e o Índice de Condições de Vida. As informações deste último refere-se ao ano de 1991, pois no ano de 2000, até a data

da entrega da pesquisa, o índice não havia sido construído por estar em fase de reformulações da sua metodologia.

O capítulo quatro aborda a discussão sobre o conceito de comunidade e faz uma consideração sobre a incessante busca da população pela qualidade de vida, demonstrando que a utilização de meios democráticos, como as organizações populares, conselhos municipais, facilitam a vida cotidiana das pessoas contribuindo na efetivação de seus direitos de cidadãos. Também neste capítulo, o Serviço Social é referido como uma profissão que contribui na incentivação e mobilização da população, por ter um papel educativo, auxiliando na conscientização das pessoas. Trabalhar as bases populares, significa maiores possibilidades de mudanças quando se contribui para que sejam ampliadas as oportunidades de visualização do meio pela própria população, gerando nesta um senso crítico capaz de sugerir alternativas para melhorar as condições de vida não somente individual, mas coletiva também.

O capítulo cinco, refere-se a metodologia utilizada para a realização da pesquisa, principalmente a de campo, introduzindo os capítulos seis e sete que apresentam as análises das informações adquiridas nos bairros: Conjunto Habitacional Jardim Palma e Parque Residencial Santa Maria. Em muitos momentos, o Parque Residencial Santa Maria foi denominado como Conjunto Habitacional, ou simplesmente Santa Maria para facilitar a descrição dos dados e a redação da análise.

O oitavo e último capítulo, apresenta uma análise comparativa da qualidade de vida apresentada pelos dois bairros em relação as suas organizações comunitárias, com a intenção de confirmação da segunda hipótese, elencada a cima.

Ressalta-se que o fato da pesquisadora ter realizado trabalho social como componente da equipe do PRODEC facilitou o contato com os moradores, o levantamento dos aspectos físicos e sociais dos bairros, a descrição das atividades sócio-educativas desenvolvidas com os moradores e as organizações comunitárias.

Percebe-se que as formas encontradas, pela população, para conquistar melhores condições de vida, estabelecem caminhos que levam a um grande desafio de compreensão, que continua sendo objeto de estudo para as pesquisas do mundo inteiro, qual seja, a ampliação das oportunidades que garantam efetivamente a qualidade de vida desejada por cada pessoa.

CAPÍTULO 1

1.1 Qualidade de vida: o grande dilema da definição

A verdadeira riqueza de uma nação está em sua gente. (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO et al., 1998, p. 19).

Falar em qualidade de vida a princípio parece fácil, pois a todo momento alguém se refere a esse termo positivamente, como algo que se almeja, que ainda não se tem e espera-se alcançar uma condição de vida melhor. O mercado adota o crivo da sedução para um consumo sempre renovado e para tanto preconiza uma comunicação bastante envolvente. Por exemplo, as propagandas caras difundidas pela mídia insinuam que as pessoas compreem determinado carro com as mais variados opcionais, fazendo crer que o consumidor terá e desfrutará da qualidade de vida, como se o espectador não a possuísse. Contrariamente, ressalta-se que todos têm qualidade de vida, mas nem todos têm a mesma qualidade, alguns tem mais, outros menos. Mas, como avaliar isto? O que é mesmo essa qualidade de vida, que em busca de estabelecer uma definição, depara-se com um tipo de abordagem que, segundo Amartya Sen (que faz importantes reflexões sobre o tema) “nos permite ainda reconhecer o papel dos valores sociais e costumes prevaletentes, que podem influenciar as liberdades que as pessoas desfrutam e que elas estão certas ao prezar” (2000, p. 23). Isto é, a maneira de viver das pessoas depende de fatores subjetivos que interferem na definição, na avaliação da qualidade de vida.

Portanto, ao falar em qualidade de vida, é necessário considerar que a dimensão da vida é complexa e diversificada. Por isso, há grande dificuldade em definir, ou mesmo criar fórmulas satisfatórias de determinação e avaliação da qualidade de vida de uma população. Sen comenta que,

(...) dada a diversidade interpessoal, relacionada a fatores como idade, sexo, talentos inatos, incapacidades e doenças, o conjunto de bens possuídos pode efetivamente nos dizer pouquíssimo sobre a natureza da vida que cada pessoa pode levar. Portanto as rendas reais podem ser indicadores muito insatisfatórios dos componentes importantes do bem-estar e da qualidade de vida que as pessoas têm razão para valorizar. (2000, p. 100-101).

É bastante comum verificar nos meios de comunicação um discurso, que tende divulgar uma classificação, a qual considera a qualidade de vida da população por meio de seus bens adquiridos ao longo de sua vida e retrata uma realidade equivocada dessa qualidade. Dessa forma, divulgar que a população brasileira possui em média duas televisões por residência, máquinas de lavar roupa, telefones e outros produtos não demonstra essencialmente as suas condições de vida, pois a sua liberdade de escolhas sociais, econômicas e políticas não estão explícitas, dependendo de um estudo mais apurado. Sen (2000), acredita que o desenvolvimento de um país depende das liberdades que sua gente tem e considera o desenvolvimento como a eliminação de privações de liberdade, as quais restringem e estreitam as oportunidades das pessoas de realmente serem agentes. As conquistas são influenciadas por liberdades econômicas, sociais e políticas que criam oportunidades à medida que valoriza a liberdade de participação, de escolhas sociais e de participação nos processos decisórios, contribuindo para o desenvolvimento humano.

O que as pessoas conseguem positivamente realizar é influenciado por oportunidades econômicas, liberdades políticas, poderes sociais e por condições habilitadoras como boa saúde, educação básica e incentivo e aperfeiçoamento de iniciativas. As disposições institucionais que proporcionam essas oportunidades são ainda influenciadas pelo exercício das liberdades das pessoas, mediante a liberdade para participar da escolha social e da tomada de decisões públicas que impelem o progresso dessas oportunidades. (SEN, 2000, p. 19).

Ainda, segundo o mesmo, a privação das liberdades ocasiona a pobreza econômica, em que as pessoas não tem condição de saciar a fome ou comer alimentos nutritivos, de possuir remédios para as doenças, de vestir-se, de morar, de ter água encanada e saneamento, de estudar, de garantir uma velhice saudável, de possuir lazer. SEN argumenta

que “a privação de liberdade vincula-se estreitamente à carência de serviços públicos e assistência social, como por exemplo a ausência de “(...) um sistema bem planejado de assistência médica e educação ou instituições eficazes para a manutenção da paz (...)” (2000, p. 18). Quanto menos privações, mais chances de alcançar o desenvolvimento nas três dimensões: social, econômica e política. Para o mesmo “(...) a privação de liberdade econômica, pode gerar a privação de liberdade social, assim como a privação de liberdade social ou política pode, da mesma forma, gerar a privação de liberdade econômica”. (2000, p. 23). Assim, as privações impedem o desenvolvimento.

Possuir qualidade de vida é um direito assegurado pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, artigo 25: “todo homem tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si a sua família saúde e bem-estar”. (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2003). O que se observa é uma realidade diferente em que esse bem-estar configura como parte de uma determinada classe social. Segundo Minayo (2000, p. 09), a noção de qualidade de vida é relativa e, em última instância, remete ao plano individual, possuindo três aspectos, sendo o primeiro *histórico*, que em uma determinada sociedade, atualmente, tem parâmetros diferentes de qualidade de vida de outros períodos históricos; o segundo é *cultural*: os valores, as necessidades são priorizadas e construídas diferentemente por cada povo; e o *terceiro*: *são às estratificações ou classes sociais*, em que os padrões de qualidade de vida estão relacionados às classes dominantes e a passagem de um patamar a outro. Portanto, trata-se de uma representação social, ou seja, a partir de determinado conceito, é possível a identificação das classes sociais.

Minayo aborda os seguintes aspectos na definição de qualidade de vida:

O patamar material mínimo e universal para se falar em qualidade de vida diz respeito à satisfação das necessidades mais elementares da vida humana: alimentação, acesso a água potável, habitação, trabalho, educação, saúde e lazer; elementos materiais que têm como referência noções relativas de conforto, bem-estar e realização individual e coletiva. (...) (...) a noção de *qualidade de vida* transita em um campo semântico polissêmico: de um lado, está relacionada a modo, condições e estilos de

vida (Castellanos, 1997). De outro, inclui as idéias de desenvolvimento sustentável e ecologia humana. E, por fim, relaciona-se ao campo da democracia, do desenvolvimento e dos direitos humanos e sociais. (2000, p. 10).

Os três campos compõem a noção de qualidade de vida, contudo, destaca-se a idéia de desenvolvimento sustentável e ecologia, porque desenvolver sem considerar o meio ambiente é como retroceder. O homem ao transformar a natureza através de suas ações, também transforma a sua vida e, conseqüentemente, a humanidade. Toda ação subentende-se uma resposta e a natureza responde positiva ou negativamente aos estímulos da humanidade. Essa repreende, contesta e apresenta de forma clara a má utilização dos recursos naturais, as enchentes e a seca podem ser exemplos. Os homens, pela necessidade de morar, constroem casas, desviam rios, cercam, secam, tapam ou canalizam córregos, transformam grandes afluentes em grandes cidades e contribuem para a diminuição da água doce do mundo. A água é essencial para a sobrevivência da natureza e do homem. E a mesma água que mata a sede também fornece energia elétrica que, além de seu benefício e sua necessidade, movimenta bilhões de dinheiro no mundo inteiro. A ação do homem também contribui para o câncer de pele, muitas vezes causado pela luz solar, por causa da falta de proteção natural que é a destruição gradativa da camada de Ozônio. A ação que transforma a natureza causando males à população, também cria soluções ou antídotos aos prejuízos causados. O desenvolvimento de um país pressupõe uma gama de ações de proteção ao meio ambiente, para que a qualidade de vida seja uma realidade e não somente uma noção, um conceito.

Outro destaque é a questão da democracia, pois “(...) quanto mais aprimorada a democracia, mais ampla é a noção de qualidade de vida, do grau de bem-estar da sociedade e da equidade ao acesso aos bens materiais e culturais.” (MINAYO, 2000, 11). A *liberdade* de participação política popular é uma expressão que influencia direta ou indiretamente nos modelos pré-estabelecidos, abrindo possibilidades de mudanças estruturais.

Percebe-se que vários elementos influenciam na maneira de entender a qualidade de vida. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (1998) coloca que o desenvolvimento está inter-relacionado às possibilidades e à ampliação das oportunidades das pessoas:

A verdadeira riqueza de uma nação está em sua gente. O objetivo básico do desenvolvimento é criar um ambiente propício para que os seres humanos desfrutem de uma vida prolongada, saudável e criativa. (...) A renda não é a soma total da vida humana. (...) A renda constitui um meio, não um fim. (...) O bem-estar de uma sociedade depende do uso que se dá à renda, não da renda mesma. (...) A experiência dos países mostra muitos casos de altos níveis de desenvolvimento humano com níveis modestos de renda, e de deficientes níveis de desenvolvimento humano com níveis de renda bastante altos. (...) O desenvolvimento humano é um processo no qual se ampliam as oportunidades do ser humano: as três mais importantes são desfrutar de uma vida prolongada e saudável, adquirir conhecimentos e ter acesso aos recursos necessários para lograr um nível de vida decente. (...) Outras oportunidades alcançam desde a liberdade política, econômica e social, até a possibilidade de ser criativo e produtivo, respeitar-se a si mesmo e desfrutar da garantia de direitos humanos. (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 1990 apud WANDERLEY, 2001, p. 19).

Em um classificado como desenvolvido, subentende-se que os ideais de desenvolvimento foram alcançados, como: “uma vida longa e saudável, o acesso ao conhecimento e um padrão de vida decente”. (PROGRAMA DA NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO et. al., 1998). A renda é um meio, um indicador de desenvolvimento, mas a qualidade de vida depende da forma como essa riqueza é utilizada. Aqui, alguns fatores precisam ser analisados, como por exemplo: utilizar a riqueza não significa que todos tenham a mesma riqueza para administrar, também subentende-se que nesse conceito de desenvolvimento a equidade e a justiça sejam determinantes no bem-estar. No entanto, as liberdades auferidas por Sen (2000), relacionando-as ao conceito do PNUD, vem esclarecer, que havendo o desenvolvimento social, político e cultural, o econômico também se desenvolverá. Mas, quando ocorre o contrário, quando o país se predispõe a se desenvolver economicamente, destina-se poucos recursos ao atendimento das outras áreas,

principalmente a educação e saúde, então estas áreas ficam limitadas. Não pode haver crescimento econômico se uma parcela das pessoas são semi-alfabetizadas, existe significativa taxa de mortalidade infantil, falta de infra-estrutura básica como saneamento, água tratada e programas de saúde. Investir na educação significa valorizar o homem e suas potencialidades, oferecer oportunidades para que se possa, em um primeiro momento, aprender e depois, criticar, criar e, por último, executar planos alternativos que possam garantir uma vida digna e saudável. Também significa contribuir com a ciência, comprometer-se com a pesquisa para novas descobertas biológicas, tecnológicas e epistemológicas. A qualidade de vida de um país está relacionada ao crescimento da sua população e é essa que necessita ser valorizada. Portanto, para Sen (2001), o desenvolvimento pode ser visto como uma expansão das liberdades reais de que as pessoas desfrutam. Uma determinada liberdade pode levar a outras, porém isso ocorre. Ou seja, a liberdade econômica por vezes pode proporcionar uma vida de saúde; a liberdade social nem sempre leva a uma liberdade econômica.

Ainda sobre qualidade, Pedro Demo, comenta que essa significa: “a perfeição de algo diante da expectativa das pessoas” (1994, p. 11). Qualidade de vida para Flinker (1994, p. 25) “(...) é a investigação do bem-estar, do equilíbrio humano, psicológico, emocional e espiritual.” Para ele, a qualidade de vida acontece quando são atendidas as necessidades básicas da pessoa. Portanto, ressalta-se que a definição de qualidade de vida inclui aspectos subjetivos e objetivos, difíceis de serem abordados na sua totalidade. Para abordar qualidade de vida é necessário um estudo aprofundado da realidade concreta de determinado local, pois inclui a decodificação dos valores das pessoas que ali residem. Ou seja, o indivíduo pode ter a casa e não morar bem, não gostar do lugar, não se relacionar bem com os vizinhos; ter um emprego, mas não receber remuneração que seja suficiente para manter a família ou viajar quando quiser; não ter condições de escolher a refeição; ou mesmo não gostar do trabalho que

tem, desejar uma profissão que as faculdades de sua cidade não oferecem, e não ter condições de viajar para estudar em outro lugar. Para se ter qualidade de vida, é necessário unir o ter ao ser. A busca da qualidade passa pela luta diária pela garantia dos valores individuais e coletivos.

A qualidade de vida também está relacionada à *felicidade* quando se fala em consumo. Em relação ao mercado, a qualidade de vida das pessoas tem sua importância principalmente por possuir na sua composição a categoria quantidade e não somente porque significa dignidade humana. O que importa não é a utilidade do produto, mas a felicidade que ele proporciona. É comum em propagandas de automóveis a frase “felicidade é para quem pode e não para quem quer”, ou seja, o carro foi produzido para proporcionar felicidade a quem pode comprá-lo: motor bom, rápido, novo *design*, vários acessórios. Portanto, a felicidade também depende do poder aquisitivo. A felicidade é fruto de interesses, é uma engrenagem do mercado que, ao mover-se, gira e modifica a vida. O que move o mercado é a felicidade.

Segundo Arendt, agora:

(...) tudo o que ajuda a estimular a produtividade e alivia a dor e o esforço torna-se útil. Em outras palavras, o critério final de avaliação não é de forma alguma a utilidade e o uso, mas a “felicidade”, isto é, a quantidade de dor e prazer experimentada na produção ou no consumo das coisas. (1987, p. 322).

Na sociedade do consumo, o ter prevalece sobre o ser, ou melhor, o desenvolvimento econômico é mais importante que a valorização de outras liberdades como a social e a política.

1.1.1 Comentando sobre os Índices de Desenvolvimento Humano e os Índices de Condição de Vida

Para medir e avaliar determinada realidade social e dizer que alguém ou algo tem mais ou menos qualidade de vida, vários cientistas se empenharam em estudar, discutir concepções e criar fórmulas capazes de abranger tanto os países, como estados, regiões e municípios. Vários indicadores foram criados, principalmente para medir a qualidade de vida na área da saúde, mas neste estudo serão abordados somente os indicadores de desenvolvimento humano da Organização das Nações Unidas (ONU) criados para o PNUD: o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Esse índice foi apresentado no primeiro Relatório de Desenvolvimento Humano em 1990 e agrega três dimensões básicas, incluindo outros aspectos não somente o econômico: longevidade, educação e renda. Os dois primeiros possuem peso igual ao da renda. Este índice varia de 0 (zero) a 1(um), quanto mais o índice se aproxima de 1, maior é a qualidade de vida de determinado país. A composição foi amplamente divulgada e vem sendo utilizada como uma referência de medida e avaliação para todo o mundo. Em 1996, o Primeiro Relatório sobre o Desenvolvimento Humano no Brasil, elaborado pelo PNUD e pelo IPEA apresentou, além da metodologia do IDH, os seus componentes “desagregados” por grandes regiões e estados. Isso facilitou a aplicação dessa metodologia, permitindo a verificação do índice de desenvolvimento humano no Brasil. No mesmo ano, a Fundação João Pinheiro associou-se ao IPEA para a adaptação da metodologia do PNUD, desagregando ainda mais a metodologia, possibilitando a sua aplicação para os municípios e micro-regiões. Criou-se, então, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), que refere-se ao resultado da combinação de indicadores básicos nas esferas da saúde, acesso ao conhecimento e a recursos financeiros; o Índice de Condição de Vida (ICV), que incorpora, além dos apontados no IDH-M, as condições habitacionais e da

infância. Foi um estudo inédito sobre o desenvolvimento humano nos municípios mineiros, realizado no mesmo ano, com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG). A Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) colaborou no desenvolvimento desses indicadores, fornecendo as informações necessárias aos cálculos dos índices em nível nacional. Nesse Relatório, também foram divulgados vinte indicadores econômicos e sociais, como a renda familiar per capita, os índices de concentração de renda, os indicadores referentes à escolaridade da população e ao atraso escolar, o indicador de trabalho infantil, os indicadores de condições de habitação e de saneamento. (PROGRAMA DA NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO et. al., 1998).

O IDH-M pode ser calculado para os estados, as regiões e o Brasil, mas não é comparável ao IDH, mesmo quando os dois índices se referem à mesma unidade geográfica e ao mesmo ano. Em virtude das adaptações adotadas, o valor numérico do IDH-M tende a ser sistematicamente inferior ao valor numérico do IDH referente à mesma unidade geográfica e ao mesmo ano. Já o ICV, é uma extensão do Índice Municipal de Desenvolvimento Humano (IDH-M), que incorpora, além das dimensões longevidade, educação e renda, outros indicadores destinados a avaliar as dimensões: infância e habitação, segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (1998).

O ICV não é comparável ao IDH-M nem ao IDH, mesmo quando os índices se referem a uma mesma unidade geográfica e ao mesmo ano de referência. Um ICV só pode ser comparado a outro ICV, para a mesma unidade geográfica em outro ano, ou para outra unidade geográfica. A metodologia de cálculo do ICV envolve a transformação das cinco dimensões por ele contempladas (longevidade, educação, renda, infância e habitação) em índices, que como o IDH e o IDH-M, variam entre 0 (pior) e 1 (melhor) qualidade de vida, até 0,499 é considerado de baixa qualidade, entre 0,500 a 0,799 de média e acima de 0,800 de alta

qualidade.

Observa-se que essa preocupação com a elaboração de indicadores que construam índices sinópticos é consideravelmente recente, apresentando novas configurações de análise das questões sociais mundiais e setoriais, portanto pode-se dizer que os mesmos não *sangram*, pois são circunscritos à estatísticas que na maioria das vezes não dão conta de toda realidade.

Para o PNUD, os indicadores sintéticos podem medir a qualidade de vida: renda, educação, infância, habitação e longevidade, mas ter acesso a eles e ser classificado como um país de alto índice de IDH não significa, ainda, ter qualidade de vida. Como já explicitado anteriormente, outros aspectos precisam ser valorizados, principalmente a cultura atentando para a concepção de qualidade de local. Ao transformar informações em índices comparáveis, inevitavelmente as realidades não são expostas. O próprio conceito do PNUD sobre o desenvolvimento humano (citação indicada acima) é muito maior que a possibilidade que o índice tem em demonstrá-lo. A qualidade de vida de uma população é transformada em número que não representa sentimentos e necessidades, mas que é referência para a elaboração de políticas públicas para o seu atendimento, não considerando a importância da participação popular nas decisões populares.

Os índices sintéticos podem contribuir para o desenvolvimento humano dependendo da forma como esse é utilizado por cada local. Pode-se concordar com Sen (2000) em seu conceito de desenvolvimento com liberdade, pois as liberdades, tanto social, política e econômica é a melhor forma de promover a qualidade de vida. Desfrutando de liberdade, o homem pode utilizar os índices da melhor forma possível, planejando meios de ampliação dessa liberdade. Livre, o homem é capaz de se desenvolver, de mudar o seu local de moradia e de melhorar o seu país, podendo se associar a outras pessoas e utilizar caminhos conscientes para o alcance dos seus objetivos.

Um exemplo da tentativa de desenvolvimento foi o II Fórum Social Mundial

(FSM), ocorrido em janeiro de 2002 em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, onde foram levantados vários eixos temáticos para discussão, entre os quais podemos citar: a questão da produção de riquezas e a reprodução social; o acesso às riquezas e a sustentabilidade; a afirmação da sociedade civil e dos espaços públicos e o poder político e a ética na nova sociedade. Esses temas contrapuseram a idéia do Fórum Econômico Mundial de Davos/Suíça, que considerou como tema principal de debate a produção de riquezas e a reprodução social, desdobrando-se em sistema de produção e serviços, comércio internacional, sistema financeiro e funções da terra. O II FSM apresentou para o mundo que é possível uma articulação social de interesses diversos, que a questão social também é econômica, mas nem sempre o desenvolvimento econômico se dá juntamente com o desenvolvimento social e político (SEN, 2000). As propostas levantadas e discutidas fazem parte de uma busca de qualidade de vida mais igualitária, para que as pessoas dos países em desenvolvimento tenham condições de ter uma vida digna. O Fórum teve a sua importância, pois nasceu da idéia de que é possível oferecer propostas e alternativas às questões sociais, visando uma *desnaturalização* do capitalismo, ou seja, buscando esclarecer que a desigualdade sócio-econômica não é inerente à condição humana e só permanecerá existindo enquanto as pessoas permitirem.

Analisando os eixos do II Fórum Social Mundial e comparando com os indicadores que compõem o IDH, pode-se ressaltar que esses índices não conseguem abarcar toda a complexidade que envolve uma boa qualidade de vida e que são necessários mais elementos e dados da vida social, inclusive política, para se ter condição de conferir um grau de qualidade de vida a determinado lugar. Mesmo em relação a própria definição de desenvolvimento humano do PNUD, fica claro que se precisa considerar outros quesitos e não somente os numéricos. O importante é saber como cada lugar trata a questão social de acordo com sua riqueza e como se articulam para defender um ponto de vista de igualdade na

reivindicação de seus direitos. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (1998, p. 102) quando discorre sobre a importância da qualidade de vida afirma que “apesar de parecer uma verdade pura e simples, tal premissa é esquecida quando se leva em conta apenas a acumulação de bens e riqueza”, este é o grande desafio para o desenvolvimento: a valorização da qualidade de vida na sua totalidade e não somente econômica.

CAPÍTULO 2

2.1 O Brasil no Ranking mundial do desenvolvimento humano

Pobreza não é insuficiência de renda mas insuficiência de desenvolvimento. (FRANCO, 2000, p. 05).

A pobreza é a maior vilã do crescimento econômico e social de qualquer país e é responsável pelos índices de desenvolvimento humano. Conforme Franco (2000), o desenvolvimento não pode ser medido exclusivamente pelo Produto Nacional Bruto (PNB), aumento de rendas pessoais, industrialização, avanço tecnológico ou modernização social. Mas segundo Sen (2000), esse pode ser identificado pela capacidade de liberdades que as pessoas possuem de viver da forma que valorizam. Portanto, a pobreza pode ser considerada como a negação de liberdades para desfrutar das oportunidades oferecidas para o alcançado ideal pessoal ou coletivo de qualidade de vida. Conforme abordado no item anterior, o conceito de qualidade de vida é subjetivo para quem quer analisá-la, mas não para a pessoa em si, pois essa sabe o que é bom para ela.

No entanto, os índices de IDH, expressam em números (não esquecendo das críticas feitas no item anterior) um grau de *liberdade* da população para prover o desenvolvimento do país que, conseqüentemente e teoricamente, significaria também o desenvolvimento humano.

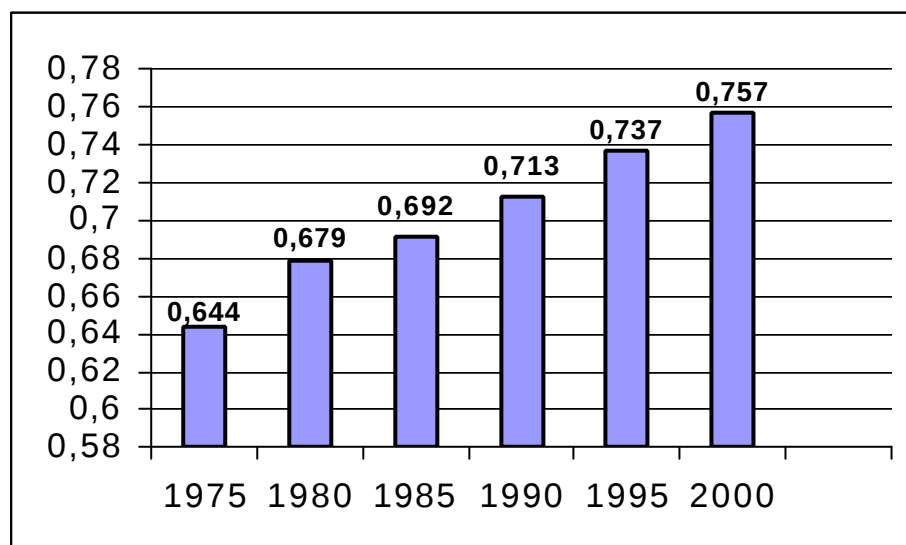
O Brasil, um país de grandes riquezas minerais, ecológicas, de terras produtivas e de clima tropical que facilita o cultivo de alimentos e a produção de matéria prima para movimentar a indústria interna e também externa, um país grande com diversidade cultural, com potenciais humanos capazes de criar e contribuir com o crescimento da nação, sofre pela falta de igualdade e pela restrita capacidade de liberdade das classes sociais menos

favorecidas. Ou seja, o Brasil, é considerado “o celeiro do mundo”, mas parcela de seu povo passa fome. São esses fatores que contribuem na determinação do IDH, apresentado-se para todo o mundo como um número de peso social e econômico, sendo um elemento a mais na avaliação dos países para as negociações globais.

No Relatório de Desenvolvimento Humano (2002), o Brasil ocupa a 73ª posição perante os países de todo o mundo, sendo classificado como de desenvolvimento humano médio. Desde 1975, o IDH do Brasil vem crescendo gradativamente, conforme o gráfico abaixo:

GRÁFICO 1:

Tendências do Índice de Desenvolvimento Humano no Brasil



Fontes: EVOLUÇÃO DO IDH NO BRASIL. **Folha De São Paulo**, 10 jul. 2001, A1
PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2003b

Em 25 anos, o Brasil cresceu cerca de 17,60%, uma média de 2,93% a cada cinco anos, o que significa um crescimento sutil que precisa ser melhorado, não para concorrer na escala dos país com melhor IDH do mundo, mas para permitir uma melhor qualidade de vida para a sua população. O planejamento de políticas públicas eficientes e universais deveriam ser o primeiro passo, após a consciência do grau de desenvolvimento do país, mas não se deve

criar políticas que contribuam muito com os números e pouco com a população. Wanda Engel (secretária de Assistência Social do governo federal, diz na Folha de São Paulo, que “(...) a pobreza não é só a falta de acesso a recursos financeiros, mas também à educação, saúde, trabalho, habitação e participação popular” (GOIS; ESCÓSSIA, 10 jul. 2001, A 12) e que o maior desafio das políticas sociais é garantir à população pobre condições de educação e saúde e, depois, trabalho. Na mesma matéria jornalística o economista Marcelo Neri, comenta que “erradicar a fome não é uma questão de volume de recursos, mas de distribuição deles. A política social brasileira não atinge o pobre. Ela erra o alvo.” (10 jul. 2001, A12).

O índice de GINI¹, apresentado pela Folha de São Paulo (QUALIDADE DE VIDA: O BRASIL ..., 10 /07/2001, A 11), demonstra que o Brasil tem um índice de 59,10, referente à desigualdade de renda. O Brasil ocupava o 4º lugar entre os países com maior concentração de renda, segundo KOGA (2002), o que significa que o Brasil caminhará para uma *perfeita desigualdade* sócio-econômica se não criar alternativas que possam melhorar a vida de mais da metade da população brasileira. Também na Folha de São Paulo (BILLI, 17 out. 2002, Especial 5) comenta-se que “a estabilidade da moeda diminuiu a pobreza, mas a economia brasileira continuou a gerar injustiça social e concentra nas mãos de 10% da população metade de toda a riqueza produzida no país”. Essa informação traz para a discussão o modo de vida de 90% da população e também de 29,3% que, segundo Folha de São Paulo (GOIS; ESCÓSSIA, 10 jul. 2001, A12), vivem abaixo da linha da pobreza, ou seja, 50 milhões de pessoas possuem renda inferior a R\$ 80,00 mensais, segundo estudo elaborado pela Fundação Getúlio Vargas (metodologia que foi questionado pelo governo federal em 2002). Realmente os números assustam, revelando essa desigualdade influencia também na trajetória da educação do país.

¹ O índice de GINI foi criado pelo estatístico italiano Gini (1884-1965) e mede o grau de concentração da distribuição de renda, em que o valor varia de 0 (zero) perfeita igualdade a 100 (cem) desigualdade máxima.

A porcentagem da população semi-alfabetizada em 2000 era de 14,80% (Relatório de Desenvolvimento Humano, 2002) e desde 1990 os investimentos na educação cresceram apenas 0,4% (CHADE, 06 jul. 2001, A8). Educação não significa simplesmente saber ler e escrever. A qualidade da educação passa por outros aspectos importantes, principalmente o da ampliação da visão de mundo, suscitando o desvelamento da realidade, as condições de realizar críticas, de propor alternativas e de ser um agente de mudanças. O que se percebe é que muitas pessoas entram no ensino superior com uma grande deficiência de conhecimentos básicos e que os mais pobres continuam prejudicados. Segundo dados da Folha de São Paulo (GOVERNO ESTIMULOU ..., 21 out. 2002, Especial 4) a qualidade da educação ficou estagnada no final da última década, pois, em 1992, a distância entre os 50% mais pobres dos 10% mais ricos era de 37,10% e, em 1999, esse número aumentou para 40,9%. A porcentagem de investimento é insuficiente para quem acredita que a educação garantirá o *futuro do Brasil*.

Devido ao pouco investimento em ciência e tecnologia, o Brasil foi classificado em 43º lugar no *ranking* do desenvolvimento tecnológico, o TAI (iniciais em inglês para Índice de Conquista Tecnológica) que utiliza informações classificadas em quatro categorias: **criação de tecnologia** (que inclui patentes conferidas a residentes de um dado país e receita de *royalties* por inovações); **difusão de inovações recentes** (composta pelos servidores de Internet e pela porcentagem de exportações que incorporam média e alta tecnologia), **difusão de inovações antigas** (linhas de telefonia fixa ou celular e consumo de eletricidade), **capacidade humana** (anos significativos de escolarização e matrícula universitária em áreas como ciência, matemática e engenharia). (ROSSI, 10 jul. 2001, A11). Tecnologia e serviços que poderiam aumentar o Produto Interno Bruto (PIB), melhorar a qualidade de vida da população brasileira em relação à educação, saúde e trabalho, contribuindo para que as pessoas pudessem morar, vestir, comer bem, mas que no entanto, é transferida em grande

parte para o exterior, conforme comenta Peregrino:

(...) É lastimável assistirmos um país que pagava US\$ 200 milhões em sua balança comercial por transferência de tecnologia nos anos 90 venha a pagar hoje US\$ 2 bilhões por remessa, também por transferência de tecnologia. E não é por patente. Os que pensam que o Brasil tem poucas patentes, tem, sim, poucas patentes, mas essa não é a principal fonte de remessa para o exterior; a principal é por fornecimento de tecnologia industrial e serviços técnicos especializados. (2001, p. 18).

O Relatório sobre o Desenvolvimento Humano do PNUD, em 2001 que levou o título: *Fazendo as novas tecnologias trabalharem para o desenvolvimento humano* (ROSSI, 10 jul. 2001, A11), levanta uma discussão de que as tecnologias e o desenvolvimento não mantiveram uma boa parceria entre si, à medida em que davam soluções caras e não contribuíam para o desenvolvimento humano. O conhecimento científico deve estar interligado ao desenvolvimento das pessoas, e para isso, a qualidade da educação é indispensável na formação de pessoas capacitadas para aceitar esse grande desafio.

O Relatório de Desenvolvimento Humano de 2002 demonstrou que a expectativa de vida do brasileiro em 2000 era de 67,7 anos, não aumentando a média anual de 67,2 anos. A desnutrição é um fator de diminuição da expectativa de vida, contribuindo também para a ocorrência da mortalidade infantil. No país, 17% da população não teve acesso à infraestrutura básica, agravando o aumento de doenças. O investimento nas políticas de saúde permaneceu estagnado nos últimos dez anos, deparando-se em 2000 com 28% de pessoas que não recebem atendimento médico adequado. O país que pretende se desenvolver precisa ter como meta prioritária também a saúde. Veja quadro abaixo:

QUADRO 1:**A qualidade da saúde do brasileiro**

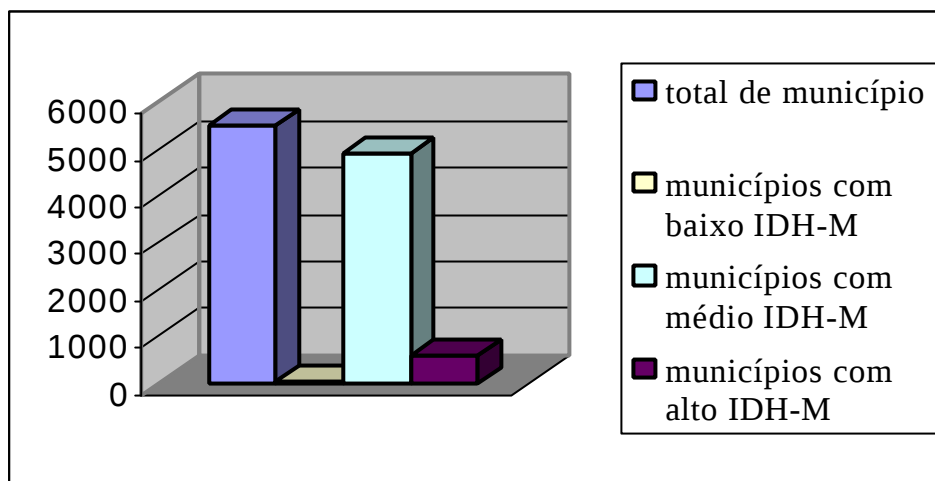
SAÚDE - 2000	
72%	Da população recebe atendimento médico adequado
US\$ 453	São os gastos do governo com a saúde, por pessoa
2,9%	Do PIB é quanto as políticas de saúde consomem
83%	Da população tem acesso a água encanada
10%	Da população sofre de má-nutrição
34	Por mil nascimentos é a taxa de mortalidade infantil

Fonte: CHADE, J. O Estado de S. Paulo, 06 jul. 2001, A8.

O Programa de Saúde da Família, criado em 1994, atendeu no Brasil, em 2002, cerca de 52,4 milhões de pessoas, com 15.867 equipes em 4.071 municípios. Diminuiu o número de mortes de AIDS, malária, tuberculose, meningite, febre tifóide; não houve ocorrência de mortes por sarampo e cólera nas informações do Ministério da Saúde, somente os casos de dengue aumentaram. (GOVERNO FHC CONSEGUE ..., 25 out. 2002, Especial 10).

No novo Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2003a), o Brasil melhorou sua posição no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, passando de 0,709 em 1991 para 0,764 em 2000, devido o avanço na combinação dos três indicadores sintéticos de qualidade: renda, longevidade e educação. Em relação a 1991, o índice aumentou em todos os estados e em quase todos municípios. Veja a classificação do IDH-M brasileiro:

GRÁFICO 2:
IDH-M brasileiro



Fonte: PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2003a

Apesar do déficit educacional, esse indicador foi responsável por 60,78% do aumento do IDH-M no Brasil entre 1991 e 2000. O item renda influenciou em 25,78% e a longevidade com 13,44% no crescimento do índice nos estados e municípios, segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2003a).

A realidade brasileira não pode ser apresentada em sua totalidade pelos dados quantitativos calculados pelos indicadores sintéticos. Essa realidade fica submersa às variações numéricas escondendo outras faces como a grande quantidade de latifúndios de um e a luta pela terra de outros, as grandes mansões de uns e a briga pelo teto, de outros, as várias oportunidades de uns e o desemprego de outros, as polícias nas ruas e os traficantes no morro, as empresas de segurança particular de alguns e a segurança pública deficitária para os outros, os convênios médicos e os planos particulares de uns e a saúde pública de outros. Quem pode compra serviços particulares e quem não tem condições utiliza o sistema público de atendimento, que é um direito da população e que precisa de uma atenção especial para oferecer um serviço de qualidade uniforme para todos os estados, permitindo às pessoas fácil acesso. Muitas informações não são analisadas pelos indicadores, por exemplo: a violência, os

seqüestros dos quais foram registrados 199 casos no primeiro semestre de 2002 (AUMENTA Nº DE SEQÜESTRO ..., 16 ago. 2002, Especial 9), a corrupção, o nível de participação política das pessoas nas decisões coletivas, as possibilidades de descanso e lazer.

O Relatório de Desenvolvimento Humano (2002) traz uma discussão sobre a importância da democracia para o desenvolvimento do país, para promover uma *boa governança*, que significa tornar as instituições e normas mais eficazes, com transparência, participação, capacidade de resposta, responsabilidade e força de lei. A participação social passa a ser vista como elemento indispensável na condução de uma boa governança, que é democrática quando:

- Os direitos humanos e as liberdades fundamentais das pessoas são respeitados, o que lhes permite viver com dignidade.
- As pessoas têm opiniões em relação às decisões que afectam (sic) as suas vidas.
- As pessoas podem responsabilizar quem decide.
- As interações sociais são governadas por normas, instituições e práticas inclusivas e justas.
- As mulheres e os homens são parceiros iguais nas esferas privada e pública da vida e da tomada de decisões.
- As pessoas não são discriminadas com base na raça, etnia, classe, género (sic) ou qualquer outro atributo.
- As necessidades das gerações futuras estão refletidas nas políticas actuais.
- As políticas económicas (sic) e sociais correspondem às necessidades e aspirações das pessoas.
- As políticas económicas (sic) e sociais visam a erradicação da pobreza e o alargamento das escolhas que todas as pessoas têm na sua vida. (p. 51).

Esses itens correspondem a um ideal democrático capaz de ampliar as oportunidades e diminuir as privações políticas, sociais e económicas. A história do Brasil está permeada de uma tradição autoritária, por isso a democracia e a cultura da participação popular precisa ser cada vez mais conquistada e incentivada.

As mudanças mundiais se refletem diretamente na vida das pessoas, trazendo para o real, para o concreto das relações humanas, aquilo que a princípio parece impalpável, ou seja, tira a ilusão de que os acontecimentos estão numa dimensão diferente sem atingir o

cotidiano pessoal. A cidade de Franca, no Estado de São Paulo, como qualquer outra, também é influenciada por estas mudanças, responde de forma específica aos seus problemas sócio-econômicos, mas também busca uma melhoria na qualidade de vida da sua população.

CAPÍTULO 3

3.1 A cidade de Franca/SP e sua qualidade de vida medida pelo IDH-M e ICV

Os problemas de ordem econômica atingem diretamente o social, por isso, as condições de trabalho atualmente têm relação direta com a realidade de vida. (PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCA, 2001b, p. 13).

A cidade de Franca localiza-se na região nordeste do Estado de São Paulo, a 400 quilômetros da capital. Em 1991, Franca possuía 233.098 habitantes; em 2000, o censo demográfico da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística registrou 287.737 habitantes, ou seja, houve um crescimento populacional de 23,44%, sendo que 5.534 pessoas vivem na zona rural. (FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2002).

O comércio francano é de natureza variada com 2.461 estabelecimentos e 2.150 indústrias, classificadas entre micro, pequena, média e grandes, sendo a indústria calçadista sua maior fonte de renda, empregando 36.777 pessoas e mais 15.935 em outros tipos de serviços formais. (SEADE. FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS, 2003). Possui uma renda per capita anual de US\$ 5.000,00 (PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCA, 2003).

No período de 1950 a 1990, houve um crescimento demográfico de cerca de 334,75% decorrentes da intensificação do fluxo migratório para a cidade e a aceleração do seu ritmo de urbanização (PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCA, 2001b). O processo de expansão populacional deu surgimento a novos bairros e possibilitou o crescimento de outros, materializando na cidade a necessidade de mudanças. Com tendência ao crescimento horizontal, expandiu-se tanto para o norte, quanto para o sul, leste e oeste, gerando bairros populares de preços acessíveis à população de baixa renda. Para baratear o valor, alguns

desses foram entregues sem a infra-estrutura básica², causando descontentamento aos moradores. De acordo com a Lei Federal 6766 (BRASIL, 1979), os loteamentos deverão conter, dentro de um período de quatro anos, toda a infra-estrutura básica. O que nem sempre ocorre na cidade de Franca, como por exemplo o bairro Jardim Paineiras, que foi liberado em 1993 e até a data deste trabalho, não possuía asfalto. Em outros casos, os lotes foram planejados em áreas impróprias ou com declividade, aumentando o custo da construção e ficando sujeitos a riscos de desabamentos. Os moradores do Conjunto Habitacional Jardim Palma financiado pela Caixa Econômica Federal e PROHAB, sofrem com as chuvas, que além de inundar parte da casa e do quintal, causam rachaduras nas paredes. No centro da cidade e em suas proximidades, observa-se grande quantidade de terrenos vagos, adquiridos para especulação imobiliária, que poderiam diminuir a distância entre o centro e os bairros periféricos, pois a falta de lotes disponíveis para a venda e de valor acessível leva as pessoas a construir em outros lugares. Segundo o IBGE (2002), em 2000, Franca possuía 80.655 domicílios permanentes, sendo que 2.333 desses não têm banheiro ou esgotamento sanitário. A coleta do lixo é regular, atendendo 99,80% dos moradores da cidade. (SEADE, 2003).

Segundo o Plano Municipal de Saúde de Franca da Prefeitura Municipal de Franca, o município não possui favelas, “mas existem alguns aglomerados em condições precárias, “(...) concentrados na área urbana, que se caracterizam como barracos de alvenaria” (2001b, p.18), que em sua maioria são construídos em terrenos de parentes ou amigos, agrupando, em um espaço muito reduzido, várias famílias.

Verifica-se que os índices em Franca/SP, apontavam para uma boa qualidade de vida. Em 1991 era de 0,803 IDH-M, ocupando o décimo sexto lugar no Ranking dos municípios de São Paulo, conforme apresenta o quadro:

² O parágrafo 5º da Lei Federal 6766 dispõe sobre a definição de infra-estrutura: “Consideram-se infra-estrutura básica os equipamentos urbanos de escoamento das águas pluviais, iluminação pública, redes de esgoto sanitário e abastecimento de água potável, e de energia elétrica pública e domiciliar e as vias de circulação pavimentadas ou não.” (BRASIL, 1979).

QUADRO 2:**Franca no Ranking dos municípios paulistas em 1991**

Nº	IDHM	Cidades
1	0,83	Santos
2	0,825	Ribeirão Preto
3	0,823	Agua de São Pedro
4	0,82	São Caetano do Sul
5	0,816	Campinas
6	0,815	Rio Claro
7	0,815	São José dos Campos
8	0,815	Taubaté
9	0,813	Pirassununga
10	0,813	Santo André
11	0,81	Jundiaí
12	0,808	São Bernardo do Campo
13	0,804	Catanduva
14	0,804	São Paulo
15	0,804	Barra Bonita
16	0,803	Franca
17	0,803	Piracicaba
18	0,802	São José do Rio Preto
19	0,802	Araras
20	0,802	Americana
21	0,802	Bauru
22	0,802	Cruzália

Fonte: PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO et al, 1998

Dos 572 municípios do estado de São Paulo pesquisados, somente 22 foram considerados de alta qualidade de vida em 1991 e em sua maioria, cerca de 76% das cidades foram classificadas como de média qualidade. Somente um município foi classificado como sendo de baixo desenvolvimento humano: Ribeira com 0,498 IDH-M.

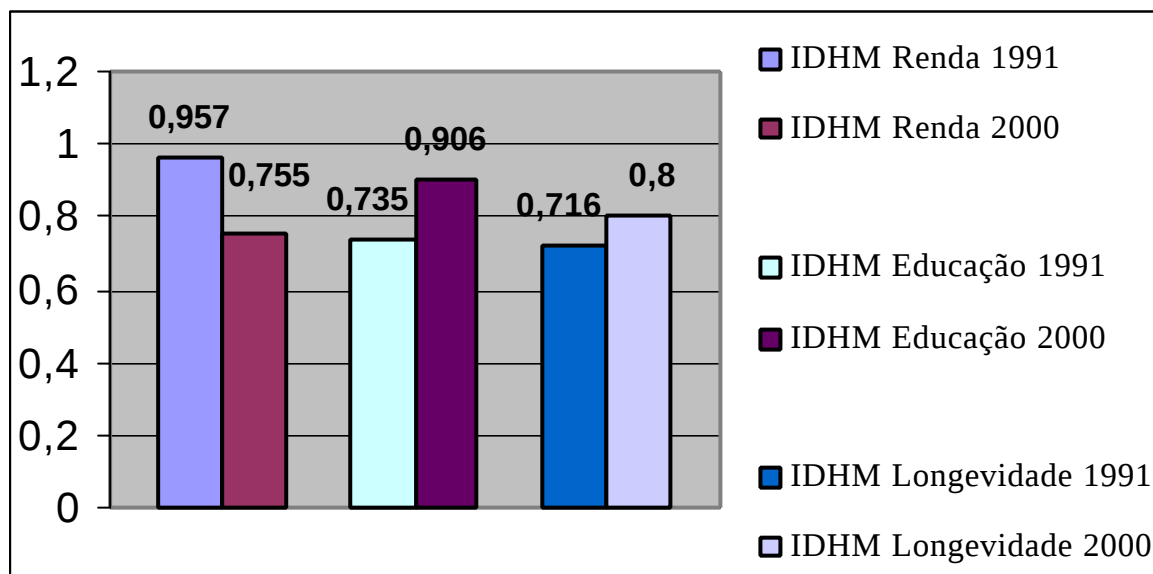
O Novo Atlas do Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2003a), informa que em 2000 mais 73 municípios foram pesquisados no estado de São Paulo e do total de 645, 175 foram considerados de alta qualidade de vida e a cidade de Franca ocupa a posição de 59. Os demais municípios foram classificados de média qualidade sendo o município de Itapirapuã Paulista o de IDH-M menor: 0,645.

Os indicadores de análise da qualidade de vida, utilizados pelo IDH-M, são: renda, educação e longevidade, conforme já explicitado anteriormente no capítulo 1. De acordo com o gráfico a seguir, pode-se observar que a renda em Franca decresceu na última

década, as pessoas possuem menor poder aquisitivo e, conseqüentemente, menores condições de manter o padrão de vida que tinham.

GRÁFICO 3:

Índice de Desenvolvimento Humano de Franca/SP (1991-2000)



Fonte: PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO et al., 1998.

A partir da década de 1980, com as mudanças sócio-econômicas causadas pela globalização do capital, muitas empresas buscaram, entre 1990 e 1997, reduzir gastos com a produção, conforme o Plano Municipal de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Franca (2001b), transferindo estabelecimentos para o nordeste e demitindo empregados, ou terceirizando a mão-de-obra, em que parte do calçado passou a ser era produzido nas fabriquetas ou residências, contribuindo para o aumento do trabalho infantil. Os empregados que permaneceram nas empresas não “cobraram” pela intensificação de serviço que tiveram, sendo também um fator de diminuição da renda. A degradação da renda também relaciona-se com outros fatores, como: o não acompanhamento dos salários em relação ao aumento substancial de mercadorias, de alimentos, de produtos com taxas afixadas pelo governo como a gasolina e o gás de cozinha; a elevação dos valores de energia elétrica, telefone e água,

demissões e contratações de funcionários com salários menores para o mesmo cargo; o aumento da economia informal; o aumento dos valores dos impostos; o aumento das mensalidades de prestadoras de serviços como segurança, saúde e de educação, para aqueles que não querem utilizar os serviços públicos; além dos problemas sociais gerados pela condição econômica, como: a “violência, o abandono, suicídios – devido à deteriorização das condições de vida, na medida em que se reduziram os recursos para manter as necessidades básicas vitais”. (PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCA, 2001b, p. 13).

Segundo o Plano Municipal de Assistência (PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCA, 2001b), em 1997, 71,56% das famílias sobrevivem com renda de 1 a 4 salários mínimos. Em 2001, a Folha de São Paulo, caderno Ribeirão, apresentou um dado curioso do estudo realizado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV): 7,17% da população encontra-se abaixo da linha da pobreza, é considerada indigente, ganha menos de R\$ 80,00 reais por mês.

Em contrapartida, o índice de educação elevou em 23,30%, conforme o gráfico 3. A taxa de adultos alfabetizados é de 0,944. Segundo o Coordenador de Ensino da Prefeitura de Franca, o Sr. José Cláudio Dias da Silva (26/06/2002, entrevista), praticamente toda a demanda referente a educação de 1ª a 4ª série é atendida. O problema a ser enfrentado é o ensino de 5ª a 8ª série, que não é do município, sendo que o Estado não construiu escolas suficientes para acompanhar o crescimento da cidade:

(...) a cidade cresceu e o Estado não acompanhou o crescimento, não construiu escolas em algumas regiões da cidade. Você tem regiões: região do City Petrópolis, uma região muito grande e possui só uma escola de 5ª a 8ª, para cobrir todo mundo, então ela não consegue atender. O que que ela faz? Ela atende, mas a criança tem que vim do Horto, para fazer integração lá no Otávio Martins (escola). (26/06/2002, entrevista).

A falta de escolas de ensino fundamental nos bairros trouxe um complicador para a população que depende de transporte coletivo para estudar. Inclusive para a mãe que acompanha um filho até uma escola e depois leva o outro em outro bairro. O coordenador

informou que no ensino médio existem salas com até 50 alunos, mas ainda em relação à outras cidades, Franca possui uma boa qualidade de ensino. Veja o quadro de estabelecimentos:

QUADRO 3:

Estabelecimento de ensino em Franca - 2000

Escola	Ensino pré-escolar	Ensino fundamental	Ensino médio
Federal	-	-	-
Estadual	-	46	21
Municipal	49	07	-
Particular	18	17	09
Total	67	70	30

Fonte: FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2003.

A cada ano, o município constrói de 2 a 4 escolas de 1ª a 4ª série, mas o maior problema são as creches (educação infantil), que possuem grande demanda reprimida e a prefeitura não tem condições financeiras para construir e depois manter. Serão construídas em 2002 e 2003 dois estabelecimentos: um no Jardim Paineiras e outro no Ângela Rosa, mas a manutenção é quase igual a de uma escola. (SILVA, 26/06/2002, entrevista). A prefeitura também destina parte da verba a uma equipe interdisciplinar para assessoria às entidades assistenciais educativas: assistente social, psicólogo, dentista, médico e pedagogo; e também fornece uma parte da alimentação e subsídios em dinheiro. Isto representa um apoio ainda restrito diante das despesas de uma creche.

A participação dos pais na escola é um fator de qualidade que, segundo o coordenador de ensino municipal (26/06/2002, entrevista), precisa também ganhar em quantidade, pois a participação é pequena e observa-se claramente a diferença entre aquele aluno que os pais acompanham e aquele filho de pais ausentes das reuniões da escola. A escola que permite e incentiva a participação popular é mais valorizada, menos depredada, há

menos vandalismo e a comunidade cuida da escola . “(...) onde há, e aí tem muito papel da direção da escola, o diretor que tem o perfil mais fechado, mais autoritário, essa escola geralmente é alvo de depredação, de roubo, né. Isso é uma coisa que a gente observa (...)”, (SILVA, 26/06/2002, entrevista). Outro meio de participação social é o Conselho de Educação, que atualmente não está funcionando, dependendo da Conferência Municipal de Educação para criar o Plano Municipal de Educação. Com a participação efetiva dos pais, esse processo poderia já ter sido adiantado.

Ainda referindo-se ao gráfico 3, o índice de longevidade também aumentou na década, indicando que a esperança de vida ao nascer passou de 67,94 para 73,029 anos e diminuiu a mortalidade infantil que em 1991 era de 21,55 por mil nascidos vivos e em 2001 foram registrados em 14,15 por mil nascidos vivos. Um aspecto favorável em relação à qualidade de saúde em Franca, é que também destina parte de seus recursos ao atendimento emergencial de 21 municípios: Aramina, Buritizal, Cristais Paulista, Guará, Igarapava, Ipuã, Itirapuã, Ituverava, Jariquera, Miguelópolis, Morro Agudo, Nuporanga, Orlândia, Patrocínio Paulista, Pedregulho, Restinga, Ribeirão Corrente, Rifaina, Sales de Oliveira, São Joaquim da Barra e São José da Bela Vista.

QUADRO 4:

Atendimentos à saúde em Franca

Atendimentos	Quantidade
Hospitais	05
Leitos hospitalares	1.054
Ambulatórios	12
Unidades Básicas de Saúde (UBS)	12
Pronto socorro	03
Centros de saúde	02
Laboratórios de análises clínicas	15
Laboratório de anatomia, patologia e citologia	02

Fonte: ASSOCIAÇÃO DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE FRANCA LTDA, 2003.

A quantidade mínima de postos e a demora no atendimento público levam as

peessoas a buscarem nos convênio médicos a atenção não dispensada pelos mesmos, principalmente em algumas épocas, no qual o clima é favorável à suscetibilidade a problemas respiratórios, gripes, alergias, entre outros. Ou seja, a busca pela qualidade de vida passa pelo crivo da renda: quem tem condição paga pelo atendimento que, ao mesmo tempo, “abre mão” de seu direito e quem não tem condição utiliza do serviço público, como do Sistema Único de Saúde, sem exigir a qualidade necessária de um serviço que também é pago. A participação social, principalmente nos conselhos, é essencial para a efetivação de um serviço cada vez melhor.

Outros fatores de grande influência na qualidade de vida de Franca não são abordados pelos índices de IDH-M. Apesar do indicador de Condições de Vida do PNUD ser composto de mais variáveis e oferecer oportunidade de aproximar mais de cada município, ainda está longe de apresentar a sua realidade que inclui também os aspectos subjetivos de cada lugar: cultura, o modo de viver, de participar, de valorizar o espaço, o meio ambiente, o trabalho, o lazer, a educação, a alimentação.

Outros aspectos além da renda, educação e longevidade, como a habitação e a infância entram na metodologia do Índice de Condições de Vida (ICV). Franca também foi classificada na categoria de alta qualidade em 1991, com índice de 0,821. Com essa metodologia, 116 municípios foram considerados de alta condição de vida e nenhuma cidade foi apresentada como tendo baixa condição de vida. Neste estudo não será possível a comparação desse índice com os dados de 2000, por ainda não terem sido divulgados pelos seus elaboradores, pois essa metodologia está em discussão e aprimoramento, segundo informações da Fundação João Pinheiro³.

Na tentativa de melhorar a qualidade de vida em Franca, pode-se citar alguns

³ Informação da Fundação João Pinheiro (Minas Gerais) sobre o Índice de Condição de Vida (ICV) em Franca, recebida pelo e-mail *vera@fjp.gov.br* em 15 jan. 2003.

esforços públicos na área da educação, habitação, saúde, assistência social, lazer e cultura. Com a intenção de apresentar um pouco sobre os investimentos da cidade nessas áreas, foram utilizados para pesquisa os respectivos Planos Municipais, com exceção do Plano Municipal de Educação, que ainda não tinha sido elaborado. Por isso, o coordenador de ensino cedeu, para este estudo, uma entrevista em 26 de junho de 2002. Não foram utilizados na pesquisa planos municipais de lazer ou cultura, pois não há nada escrito nesse sentido. Algumas informações foram cedidas pelo Sr Luís Serafim, na Prefeitura Municipal de Franca⁴. Apesar da cidade possuir programas e projetos, muitos não são satisfatoriamente desenvolvidos por falta de verbas e de pessoal.

3.2 Os esforços municipais para a melhoria da qualidade de vida

(...) a assistência entendida como política pública, prevê a interface com outras políticas, como saúde, educação, habitação, trabalho e renda, com o objetivo de elevar a qualidade de vida da população e garantir a segurança social. (Plano Municipal de Assistência Social, 2001, p. 14).

Com a diminuição do poder aquisitivo das pessoas, Franca precisou adequar as políticas públicas às necessidades da população. Conhecer essas necessidades não é fácil, pois os indicadores estatísticos têm sua linguagem, mas o aprofundamento desse conhecimento só é possível por meio da participação popular, da criação de espaços democráticos, do olhar atento e de respeito aos valores individuais e coletivos. Abaixo foram descritos alguns dos serviços prestados à população, visando a garantia de algumas necessidades básicas.

⁴ Treinador de Atletismo na Prefeitura Municipal de Franca. Informação verbal adquirida em 14 jan. 2003.

3.2.1 Educação

Só existe saber na invenção, na reinvenção, na busca inquieta, impaciente, permanente, que os homens fazem no mundo. (PAULO FREIRE).

A educação em Franca não dispõe de um Plano Municipal por não ter formado o Conselho Municipal de Educação. Portanto, as informações foram adquiridas por meio da entrevista realizada com o coordenador de ensino municipal em 26/06/2002.

No ensino de Educação Infantil - creche e pré-escola, e de 1ª a 4ª série - o município oferece assessoria técnica de profissionais como assistente social, psicólogo, pedagogo, para o acompanhamento da educação das crianças e atendimento médico e dentário que somente está sendo fornecido às creches. O maior problema enfrentado é a falta de profissionais suficientes para atender todas as escolas. Portanto, o serviço precisa ser dividido por regiões para ter condições de atender toda a rede. A contratação requer aumento na folha de pagamento e, segundo o coordenador, a prefeitura não pode ultrapassar a porcentagem de 54% da receita com salários. A construção de mais escolas também envolve gastos, não só para construí-las, pois muitas vezes o município recebe verbas federais ou estaduais, para isso mas para a sua manutenção, cujo custo é muito maior. De acordo com o gráfico 3, com a diminuição da renda per capita, a arrecadação municipal é menor e, em contrapartida, a busca pelos serviços públicos é maior, no entanto, observa-se que o poder público não está preparado para atender à esta demanda.

O tipo de capital que tem aqui ela faz isso, nenhuma reforma foi feita antes, porque o sapato sempre deu muito dinheiro para a cidade, a crise acabou fazendo diminuir o valor (...). Então a arrecadação do município é muito pequena de ISS e IPTU, é um problema sério que uma hora vai ter que ser mexido porque senão a cidade não vai comportar, atender essa demanda social que cada vez é maior. (SILVA, 26/06/2002, entrevista).

O aumento no índice de educação do IDH-M refere-se também à alfabetização de adultos. A prefeitura oferece o profissional e o material didático para cada grupo de 20 pessoas que se interessarem. O atendimento é realizado em qualquer lugar da cidade, inclusive nos bairros e sem burocracias. Segundo o coordenador, a tendência é cada vez mais

diminuir essas classes, pois as pessoas vão se alfabetizando, saindo e o Programa de Progressão Continuada também contribui, porque não tem reprovações.

Outro incentivo à educação são as Escolinhas de Iniciação Esportiva, que possuem cerca de 6000 alunos. São aulas de natação, de vôlei, de basquete que funciona também nos bairros. A prefeitura fornece o professor, a bola e outros equipamentos para as aulas. A visão é educacional, de preparação da criança e do jovem para o atletismo, sendo um trabalho social. As parcerias são importantes na concretização deste projeto:

O Internacional é um clube que a gente tem a parceria para atender grande quantidade de criança. Com AABB a gente tem uma parceria neste sentido e assim atende em torno de 6000 crianças nas Escolinhas de Iniciação Esportiva. Isso dá um grande retorno porque tem muita criança que saiu ... tem muito atleta que saiu das escolinhas e estão aí no atletismo, no basquete, no vôlei de Franca. (...) Eles não ficam em Franca depois, porque Franca não tem condição de manter esse atleta e eles acabam sendo contratados por cidades que(...) que preferem pega um atleta pronto, profissional e paga para ele competir. (SILVA, 26/06/2002, entrevista).

Silva (26/06/2002, entrevista) comenta que a evasão escolar diminuiu devido ao Programa de Progressão Continuada que propõe atividades extra sala, como a de música. O Programa de Alfabetização Musical atende crianças da 1ª série do ensino fundamental, as crianças com melhores notas são encaminhada para a Escola Municipal de Iniciação Musical. Outras crianças também podem participar da escola mas o número de vagas é muito reduzido.

Por meio do Ministério da Educação e Coordenação de Unidades Regionais (MEC), Franca conseguiu cursos de formação continuada para os professores da Educação Infantil e do ensino fundamental. Os professores também têm reuniões de estudos semanais com a coordenadora pedagógica, visando melhoria na qualidade do ensino, pois segundo o Coordenador de Ensino (26/06/2002, entrevista), na educação a formação dos professores “é muito ruim (...) vão para o magistério, (...) talvez por falta de opção.” Mas segundo o mesmo, “a educação não piorou, isso não acontece é um processo de evolução natural, a educação vem melhorando, tem problemas, tem muitos problemas (...), em qualidade ela não evoluiu”.

Outro fator que influencia na qualidade é a quantidade de alunos por sala de aula, cerca de 32 no ensino fundamental e 50 no ensino médio. Informa também que a preocupação é com quantidade e a qualidade vem num segundo momento.

A questão da quantidade vem contribuir com a preocupação municipal de aumentar o seu indicador de desenvolvimento que é medido pelos dados estatísticos, ou seja, a educação tem uma dimensão muito maior do que somente saber ler e escrever. O investimento na qualidade requer escolas e centros de convivência infantil (creches) suficientes para toda a população, com equipamentos e profissionais preparados para incitar o desenvolvimento intelectual desde os primeiros anos. Para a qualidade, também é preciso uma visão de que a participação dos pais e da sociedade é importante nas decisões a serem tomadas, a educação é um direito de todos e o aprimoramento refere-se ao suprimento das deficiências e à proposição de alternativas que contemplem as necessidades da população usuária. Alguns centros de convivência infantil, por participarem financeiramente da manutenção da entidade, transforma aos olhos dos pais, um direito em favor, inibindo a participação desses, por medo de perder o poder autoritário. Os pais receiam perder a vaga dos filhos, portanto não reclamam e não sugerem mudanças. A cultura da participação necessita ser incentivada e não mais reprimida, também na educação.

3.2.2 Habitação

(...) o lugar de moradia constitui a base onde se realiza a reprodução da força de trabalho; onde o trabalhador recompõe suas energias para retomar aquela atividade que é a decisiva para a conformação e os rumos da sociedade: a produção de bens úteis, que é também produção de valores de troca, os quais estabelecem a forma do intercâmbio essencial entre os indivíduos. Da lógica do sistema, pois, o lugar de moradia é base para um tempo de recomposição, necessário em função da produção capitalista. Mas a lógica do sistema ainda que dominante não é a única atuante na sociedade. (SADER, 1988, p. 99)

O aprofundamento das questões decorrentes da falta de emprego, da exploração da mão-de-obra e os baixos salários têm influenciado diretamente na possibilidade do acesso à

casa própria. Ou seja, a moradia como um lugar para recomposição necessária à produção capitalista, apresenta-se como um problema social causado por este mesmo sistema. O acesso à moradia figura como mercadoria que é comercializada igual a um bem qualquer, excluindo um seguimento da população. Para adquiri-la, a população de baixa renda submete-se aos financiamentos e programas oferecidos pelas instâncias governamentais. Aquelas que não atendem aos critérios impostos para adesão ao contrato estabelecido, buscam formas alternativas de moradia, via de regra, precarizadas, uma vez que inexistente política habitacional destinada a este contingente populacional.

Em 1991, o indicador de habitação de Franca era de 0,931 ICV segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (1998). As informações verbais adquiridas na PROHAB em 2001, mostraram que há um déficit habitacional na cidade de aproximadamente 13.000 unidades, devido ao número reduzido de oferta de moradias, aliado aos critérios excludentes de inscrição para o financiamento. Esse número reflete o acúmulo de inscrições efetuadas na década de 1990, pois segundo a PROHAB, os programas habitacionais oferecidos ao longo dessa década não atenderam à população. No ano de 2001 foram construídas 300 unidades habitacionais e sorteadas dentre 8.240 pessoas inscritas, sendo que as contempladas, como sempre, foram submetidas a várias exigências contratuais, com a possibilidade de serem descartadas.

O Plano de Habitação Social de Franca, objetiva:

- I. Estabelecer a política habitacional do Município e as diretrizes de intervenção, de modo articulado com a proposta do Plano Diretor de Franca e com as demais políticas setoriais do Município;
- II. Definir os programas habitacionais do Município, consolidando os já existentes e regulamentando os novos programas a serem criados;
- III. Definir as parcerias que a Prefeitura pretende estabelecer com o setor privado e com organizações não-governamentais, para equacionar da melhor maneira possível e a menor custo, a produção habitacional no Município. (1998, p. 01).

As parcerias são essenciais para a efetivação dos programas. A Prefeitura Municipal de Franca, juntamente com a PROHAB, conta atualmente com três programas de

habitação, segundo dados do Plano de Habitação Social de Franca, lei n.º 5.022 de 04/05/1998:

- 1 Programa “Casa da Gente” que tem o objetivo de viabilizar a construção de unidades habitacionais para a população de baixa renda a custos reduzidos. Conta com a parceria da PROHAB e do Proprietário do imóvel;
- 1.1 Sub-programa “Cesta Básica”, para população de baixa renda e proprietária de único imóvel;
- 1.2 Sub-programa “Teto Seguro”, que tem o objetivo de fornecer o projeto padronizado e o acompanhamento técnico para a construção de moradia popular unifamiliar de até 70 m². Possui convênio com a Associação dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos da Região de Franca;
- 1.3 Sub-programa “Pró-risco”, que financia materiais de construção, projeto e acompanhamento técnico para as pessoas que possuam residências nas áreas de risco do município;
- 1.4 Sub-programa “Crédito-Material”, que tem o objetivo de propiciar apoio e assessoria aos proprietários de lotes que pretendam adquirir financiamento junto à Caixa Econômica Federal, através do Programa de Carta de Crédito do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), com assistência técnica da Prefeitura;
- 2 “Habitação Solidária”, que viabiliza a construção de moradias de qualidade, com custos reduzidos, para a população de baixa renda (até 5 salários mínimos), organizada em associações comunitárias de construção ou cooperativas habitacionais e de entidades de assessoria técnica (mutirão);
- 3 “Lote Fácil”, que tem a finalidade de viabilizar a produção de lotes urbanizados a custos reduzidos para a população de baixa renda. Conta com a parceria da ação conjunta entre proprietário de lotes e a Prefeitura, para tornar o lote acessível a população.

Nos critérios de seleção são observadas as condições sócio-econômicas da pessoa, pois se houver alguma possibilidade do não pagamento das prestações, essa é automaticamente excluída. A PROHAB também financia a habitação, mas o dinheiro é rotativo e o não pagamento das parcelas implica no não financiamento de uma casa.

A moradia é condição básica de sobrevivência, que segundo Sader, “(...) esse lugar de moradia, suporte da sua reprodução para o capital como da sua vida para si mesmo, constitui um espaço coletivo, onde habita uma unidade doméstica, quase sempre uma família.” (1988, p. 100). Pelo fato do Censo Demográfico do IBGE referir-se à moradia como base principal da sua pesquisa, uma parte da população não é mencionada nas estimativas, como por exemplo, os andarilhos.

O acesso à moradia refere-se a luta em garantir este direito, cabe à população o papel de declarar as suas necessidades e reivindicar seus direitos.

3.2.3 Saúde

A saúde é um fator importante na qualidade de vida, pois, a vida social, econômica e política depende disso. Cuidar da saúde significa preservar a vida, a cultura, as relações, o meio ambiente, as condições habitacionais e de lazer. Muitos são os programas públicos desenvolvidos em Franca na busca constante de garantir a qualidade de vida que é também um direito da pessoa, independente de contribuição prévia. Segue abaixo alguns dos programas discriminados no Plano Municipal de Saúde (PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCA, 2001a, p. 56-134):

- **Programa de Saúde da Família (PSF):** Está ativo desde dezembro de 1999 com cinco equipes que atuam nos bairros, compostas, cada uma, de: 01 Médico, 01 Enfermeiro, 02 Técnicos de Enfermagem e de 08 a 12 Agentes Comunitários de

Saúde. Atende 5,7% da população, com consultas médicas, consultas de enfermagem, atendimentos domiciliares, atendimentos básicos de enfermagem, vacinação e atividades educativas. Existe a proposta de ampliação da equipe para 15 em 2002 e incluir o atendimento de saúde bucal.

- **Programa de Doenças Sexualmente Transmitidas e AIDS:** Esse programa é composto de uma equipe multidisciplinar que desenvolve atividades, como: acompanhamento dos usuários mensalmente, por meio de consultas, orientações, distribuição de medicamentos e exames laboratoriais. Possui subprogramas como o Hospital Dia que presta atendimento de urgência e fornece medicamentos e o Centro de Testagem e Aconselhamento, local em que é feito o exame pré-teste para HIV e Sífilis; são realizadas orientações nos atendimentos individuais. Nesse último trabalham: 01 Bioquímico, 01 Psicólogo e 01 Auxiliar de Serviços Internos. A média é de 119 atendimentos por mês.
- **Programa diabetes melitus:** Esse atendimento é dividido em três: o *primário* que é realizado nas Unidades Básica de Saúde (UBS), nos Núcleos de Saúde da Família e no Centro de Convivência do Idoso e onde são atendidas pessoas com diabetes tipo 2, que não apresentam complicações e tomam medicamentos orais. O *secundário*, é de responsabilidade do Serviço de Endocrinologia da Casa do Diabético, mas é mantido pela Prefeitura, funcionando no espaço pertencente ao Lions Clube de Franca. Atende pessoas portadoras de Diabete Gestacional e Pré-Gestacional, Tipo 1 e 2, que fazem uso de insulina e que tenham complicações crônicas. Outras especialidades complementares, também são atendidas, como: Nefrologia, Cardiologia, Oftalmologia Geral, Cirurgia Vascular, Urologia, Dermatologia. O *terceiro atendimento* é de responsabilidade da Fundação Santa Casa de Misericórdia de Franca e do Hospital do Coração de Franca, onde são realizadas as internações e

outros procedimentos. Outras instituições como a Clínica Nefrológica Francana e o Instituto de Hemodiálise da Fundação Santa Casa de Misericórdia de Franca atendem diabéticos com insuficiência renal.

- **Programa de incentivo do combate às carências nutricionais (“Projeto Barriga Cheia”):** Esse programa destina-se às crianças de 06 a 23 meses de idade, desnutridos ou com risco de desnutrição. Fornece 01 litro de leite por dia, 01 cesta básica por mês e 2 cestas de frutas e verduras por mês. Os idosos e as gestantes também tem direito ao programa; para tanto, dos participantes é exigida a participação em atividades educativas nas UBSs.
- **Programa saúde da mulher:** É desenvolvido nas Unidades Básicas de Saúde, nos Programa de Saúde da Família e no Centro de Convivência do Idoso e refere-se à assistência ao pré-natal (atendimento à gestante de baixo peso e/ou de alto risco); ao planejamento familiar; ao câncer ginecológico; à atenção ao climatério; ao Comitê de mortalidade materno-infantil de Franca, que investiga as causas que levam à óbitos; à atenção ao adolescente por meio de orientações sobre sexualidade, doenças sexualmente transmissíveis, gestação, tendo o apoio da Secretaria de Educação.
- **Programa de assistência farmacêutica:** É meio desse programa que o município recebe medicamentos padronizados para a distribuição à população.
- **Programa saúde do trabalhador:** O programa é de responsabilidade do Centro de Referência da Saúde do Trabalhador, que atende pessoas com problemas de saúde relacionados ao trabalho, inspeciona os locais de trabalho e realiza um trabalho educativo para a redução dos riscos à saúde.
- **Programa de tuberculose:** É realizado o atendimento médico aos pacientes e seus familiares, o acompanhamento das reações das vacinas, o atendimento de Enfermagem e Serviço Social.

- **Programa de hanseníase:** Atendimento médico, orientações e fornecimento de medicamento.
- **Programa de saúde bucal:** O atendimento primário é realizado nas Unidades Básicas de Saúde, o secundário na Faculdade de Odontologia da Universidade de Franca (por meio de convênio e pagamento da tabela do Sistema Único de Saúde). Os casos de cirurgias são encaminhados à Fundação Santa Casa de Misericórdia de Franca. O atendimento preventivo é composto de dois programas: “Programa Sorria” que prevê o atendimento as escolas municipais, estaduais, APAE e creches conveniadas, com atividades educativas, de escovação supervisionada; e o “Programa Dentinho de Leite”, destinado aos bebês que são acompanhados até 06 anos de idade para a prevenção de cáries.
- **Programa de hipertensão e cardiologia preventiva:** é um programa de prevenção, mas segundo o Plano Municipal de Saúde, os médicos não se sentem motivados com esse trabalho, preferindo o aspecto curativo.
- **Programa de fonoaudiologia:** Envolve trabalho preventivo, avaliação audiológica e prótese auditiva, identificação e intervenção precoce da surdez, atendimento fonoaudiológico em creches, atendimento clínico-fonoaudiológico às pessoas portadoras de fissura lábio-palatais, às crianças no processo de aquisição da fala, linguagem e audição, orientação e preparo dos profissionais que utilizam a voz como instrumento de seu trabalho, atendimento às pessoas com deficiência visual na estimulação da fala e da linguagem. O programa conta com várias parcerias.
- **Programa de saúde mental:** O programa é desenvolvido no Ambulatório de Saúde Mental, no Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) para dependentes químicos, no Hospital Psiquiátrico Allan Kardec e na Fundação Santa Casa de Misericórdia de Franca; todos conveniados do SUS. Visa manter a integridade física, mental e a

independência social, com atendimento de urgência psiquiátrica na Fundação Santa Casa de Misericórdia de Franca. O programa tem o objetivo de realizar todos os atendimentos necessários, tentando evitar a internação no Hospital Psiquiátrico.

- **Programa saúde do idoso:** visa o atendimento do idoso em relação ao envelhecimento, buscando proporcionar bem-estar na velhice.
- **Programa do leite fluido:** Atende crianças de 06 meses à 2 anos e 06 meses de famílias pobres. O atendimento acima dessa idade deve ser feito mediante análise médica, indicando a necessidade de uma alimentação líquida.
- **Programa de leite em pó especial:** Indicado às crianças de baixo peso ou que tiveram internações repetidas logo após o nascimento, alergia ao leite de vaca e materno.
- **Programa de remoção para tratamento fisioterápico:** Remoção de pacientes que não tenham condições físicas e sociais para locomoção própria para a realização de fisioterapia.
- **Programa de oxigenoterapia domiciliar:** Atendimento a pacientes com doenças crônicas respiratórias e pulmonares que não precisam de internação.
- **Programa de benefícios:** Fornecimento de exames complementares e medicamentos não padronizados pela rede pública e, também, materiais hospitalares como fraldas, sondas, luvas.
- **Projeto oficina de sexo seguro:** Distribuição de preservativos e orientação sobre sexualidade e prevenção das doenças sexualmente transmissíveis (DST).
- **Programa de curativo domiciliar:** O curativo é feito na residência da pessoa que não tem condições de se locomover à UBS. É desenvolvido por enfermeira, auxiliar e o acompanhamento do assistente social.

Segundo o Plano Municipal de Saúde, a cidade conta com um setor de Vigilância

Epidemiológica Municipal e também, de Vigilância Sanitária e Controle de Zoonoses.

O município destina, por meio da Lei Orgânica do Município (05/04/1999), 15% dos Recursos Orçamentários da cidade para a saúde, além de receber recursos do Ministério da Saúde diretamente do Fundo Nacional de Saúde para o Fundo Municipal de Saúde. (PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCA, 2001a).

Segundo o mesmo Plano, todos os programas estavam em funcionamento na data de elaboração do documento (2001), mas ressalta alguns pontos negativos de grande importância para a prestação de um serviço de qualidade, capaz de atender com eficiência e eficácia todos as pessoas que necessitarem. As dificuldades encontradas foram: demanda reprimida nas clínicas básicas; baixa resolutividade na rede básica; falta de protocolos técnicos e de encaminhamento; instalações fora dos padrões exigidos e espaço físico inadequado; curto período de permanência dos profissionais médicos e dentistas na rede básica; falta de educação continuada; baixa cobertura do Programa de Saúde da Família; perfil, remuneração e carga horária dos funcionários do PSF; forma de contratação dos Agentes Comunitários de Saúde; aceitação do PSF pela comunidade e pelos próprios profissionais; falta de profissionais administrativos e de veículos para transporte de material de consumo e imunobiológicos; dificuldade no agendamento de consultas médicas; manutenção de equipamentos médicos, odontológicos e laboratoriais, distribuição irregular dos medicamentos básicos padronizados; falta de informação de rede e articulação entre serviços; sucateamentos dos equipamentos existentes; ausência de ambulatório para gestante de alto risco. Em relação à Fundação Civil Casa de Misericórdia de Franca, falta de leitos de internação na clínica cirúrgica; manutenção precária dos equipamentos; números insuficientes de órtese fornecida pelo SUS; déficit financeiro; falta de monitoramento na fila de cirurgia eletivas; ausência do ambulatório de avaliação pré e pós-operatório de cirurgia cardíaca e implante de marca-passo; inoperância da comissão de revisão de prontuários médicos;

ausência de auditores da própria fundação; baixa resolutividade dos plantões médicos, entre outros. (2001, p. 127-127).

A melhoria desses problemas requer maior investimento financeiro, boa administração dos recursos econômicos, preparação dos profissionais e estabelecimento de novas parcerias, e acompanhamento sistematizado dos serviços prestados referentes aos programas. Ressalta-se que as dificuldades, também são agravadas pelo fato da cidade de Franca não prestar serviços somente para a sua população, pois é sede da Divisão Regional XIII (DIR XIII), que atende mais 21 cidades, conforme já explicitado anteriormente.

Nesse contexto, o Conselho Municipal de Saúde, criado em 17/05/1991, constitui importante espaço democrático para ouvir a opinião da população usuária sobre os serviços prestados, além de elaborar e investigar alternativas para melhoria da qualidade e de ser um mecanismo reivindicatório.

3.2.4 Assistência Social

A assistência social como direito diferencia-se, sobretudo do dever moral à medida que institui o Estado como o responsável pelo planejamento e execução da assistência social, não dependendo de nenhuma contribuição financeira por parte dos seus usuários, tirando assim o caráter de ajuda, dando às pessoas o poder de reclamar e de exigir qualidade.

A assistência, como outras políticas, não podem ser vistas de forma fragmentada, porque o usuário da assistência não precisa somente daquele serviço para sobreviver; ele deve ser visto na sua totalidade, ou seja, também é importante para a sua vida a garantia do básico como: habitação, trabalho, educação, a sua saúde e da família, o lazer, uma vida social, alimentação, entre outras.

A articulação em rede das políticas sociais municipais possibilita um melhor

atendimento dos usuários por possuir facilidades na verificação de informações em toda a rede, agilizando e buscando um atendimento integral das suas necessidades, além de gerar condições de mapeamento da demanda, evitando a duplicação desnecessária de serviços. É importante refletir que essa articulação também pode vir a ser uma forma de controle social da vida desse usuário, ao passo que os recursos destinados à assistência não são suficientes para toda a população que dela necessita, obrigando à limitação da assistência prestada.

A realidade indica a necessidade de continuarmos priorizando a articulação em rede e a interface com as políticas de saúde, educação, habitação, trabalho e renda como um dos principais elementos na consolidação da Assistência Social como política. (PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCA, 2001b, p. 05).

Por outro lado, o conjunto de padrões mínimos instituído no atendimento da área social, tem a finalidade de desenvolver um caráter educativo à assistência, dando a possibilitando e incentivando a busca de outras oportunidades, sendo um incentivo à “pesca”⁵.

A Coordenadoria de Desenvolvimento Social, que compõe a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Social (SEDES), está constituída pela divisões: “Atenção à Criança e Adolescente”, “Fomento a Projetos de Geração de Renda e Organização Comunitária”, e de “Fomento à Rede de Assistência”. As Unidades de Serviços Sociais (UNISER) estão se preparando para ser um Centro Integrado de Atendimento, em que serão executados todos os projetos de Desenvolvimento Econômico e Social. (Plano Municipal de Assistência Social, 2002-2005). São cinco UNISERs distribuídas por região: Norte, Sul, Leste, Oeste e Centro, que visam o atendimento das necessidades da comunidade local e distribuição de benefícios. Enfrentam algumas dificuldades no seu funcionamento como:

(...) espaço físico pequeno e quase não receberam investimentos desde sua criação em 1989. Não contam com salões para desenvolvimento de atividades grupais, tendo que utilizar espaços da comunidade, quando necessário. Somente duas são informatizadas, o que dificulta uma

⁵ O termo “pesca” utilizado por Rubem Alves, nesta ocasião signifca que a pessoa será incentivada a buscar alternativas de sobrevivência ao contrário daquele usuário que sempre recebe o serviço pronto, o “peixe”.

operacionalização administrativa adequada da articulação regional da rede de assistência e atuam com uma equipe mínima de funcionários, os quais também não recebem investimento constante em nível de capacitação. Todos estes fatores constituem empecilhos para a construção da política de assistência social. (PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCA, 2001b, p. 23).

As UNISERs também podem auxiliar as organizações comunitárias, como os Centros comunitários e Associações, no trabalho com os bairros, auxiliando-os na identificação dos problemas e na elaboração dos projetos sociais, bem como nos critérios de avaliação desses e, também, oferecendo cursos preparatórios para a diretoria e orientações referentes à burocracia do poder público, visando maior rapidez no atendimento da população. O que se observa é que pouco desse trabalho é feito, visto que dentro da própria UNISER há burocracia e poucos profissionais dispostos a trabalharem diretamente com a população nos bairros.

Em relação ao eixo *Atenção às Crianças e Adolescentes*: Franca possui 26 creches: municipais, estaduais e filantrópicas conveniadas, que recebem alimentação e assessoria técnica nas áreas da saúde e educação e também recursos financeiros do Fundo Municipal de Assistência Social.

Na educação da pré-escola há o fornecimento de uniforme e material escolar; atendimento às famílias; campanha de habilitação visual, desenvolvida em parceria com Lions Clube de Franca e coordenada pelo Serviço Social, visando o atendimento também 1ª, 2ª e 3ª série do ensino fundamental; fornecimento de merenda escolar para a rede municipal e estadual de pré-escola, ensino fundamental e cursos supletivos municipais. Aos alunos do meio rural é oferecido transporte escolar, facilitando a locomoção até a escola e da escola para casa.

O Projeto Educarte, de responsabilidade da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social, tem a finalidade de desenvolver atividades sócio-educativas, culturais e de lazer para crianças e adolescentes entre 7 e 14 anos, em bairros

populares. As atividades acontecem em períodos extra escolares, que são ainda insuficientes para atender uma demanda que a cada dia aumenta. Em Franca, há um déficit de atividades complementares de 6.504 vagas. (PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCA, 2001b).

O projeto *Casa do Aconchego* tem capacidade de atender 20 crianças na faixa etária de 0 a 11 anos e 11 meses, encaminhadas pelo Poder Judiciário e Conselho Tutelar de Franca, vítimas de maus tratos ou que estão provisoriamente impossibilitadas do convívio familiar. Para diminuir o abrigo, existe o Projeto Família de Apoio, que são pessoas da comunidade que recebem de forma voluntária estas crianças até que seu problema seja resolvido. O Juiz que determina a família e o período que a criança pode ficar provisoriamente.

No Centro de Orientação ao Adolescente e à Família (MOSAICO), são desenvolvidos os projetos: *Educação de Rua* e *Assistência ao Jovem Infrator*, que visa ao trabalho educativo, social, cultural e profissionalizante para crianças e adolescentes em situação de risco e de rua. As respectivas famílias são envolvidas no processo, orientadas a participarem também dos cursos de complementação de renda. “No exercício de 2001 houve a municipalização das medidas sócio-educativas de Liberdade Assistida (L.A.) e Prestação de Serviço à Comunidade (PSC), com a definição de convênio com o Estado para repasse de R\$ 60,00 per capita para 60 adolescentes sob medida de L.A. e 30 de PSC.” (Plano Municipal de Assistência Social, 2002-2005, p. 20). A falta de recursos para a manutenção dos projetos impedem um alcance maior na prestação de serviços e também na qualidade:

O projeto “Assistência ao Jovem Infrator” recebe recursos de uma Fundação, através de convênio, determinado para 12 meses, com encerramento previsto em dezembro de 2001. O convênio possibilita atendimentos específicos para o público deste projeto, não ocorrendo o mesmo com o Projeto Educação de Rua, que fica desprovido de recursos para a execução de suas atividades, portanto, em condições desiguais na oferta de serviços.” (PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCA, 2001b, p. 20).

São propostas interessantes, mas que necessitam de maior investimento, de apoio financeiro e de parcerias para a sua continuidade com eficiência.

O “Programa de Erradicação do Trabalho Infantil” (PETI), do Governo Federal, tem o objetivo de auxiliar na erradicação o trabalho infantil mantendo a criança na escola. Os pais recebiam uma bolsa de R\$ 40,00 por mês para cada criança e adolescente entre 07 e 16 anos, que participam de atividades sócio-educativas, culturais e de lazer, desenvolvidas pela Prefeitura, que recebe R\$ 10,00 por bolsa para realizar essas ações. Com essa finalidade, também existe o “Pró-Criança” (instituição privada, criada e mantida por empresas), uma organização que fiscaliza e oferece programas educacionais às crianças e aos adolescentes não permitindo o trabalho infantil nas empresas de Franca. As empresas contribuem, não aceitando crianças no trabalho, tanto no seu interior como fora, nas bancas (trabalho terceirizado), recebendo um selo nas embalagens de seus produtos. Todo ano é realizado um encontro sobre a erradicação do trabalho infantil em Franca, que o “Pró-Criança” promove. Mas, o ideal de 100% das crianças na escola e sem trabalhar ainda está longe de ser alcançado, visto que Franca possui muitos trabalhos terceirizados que fogem do controle público e das próprias empresas.

Devido ao fato da maioria da população receber um salário médio de R\$ 359,597 por mês (per capta) - segundo dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2003a) - a dificuldade de profissionalização dos adolescentes é muito grande, visto que poucas instituições fornecem cursos gratuitos.

Para o portador de deficiência de 12 anos ou mais, existem as oficinas pré-profissionalizantes, da rede municipal, de preparação para o mercado de trabalho e as semi-profissionalizantes, para adolescentes com mais de 14 anos, nas áreas de artesanato, informática, horticultura e estágio remunerado como auxiliar de cozinha e sala de aula, fisioterapia, almoxarifado. Com a alteração da idade mínima permitida para o trabalho no Estatuto da Criança e do Adolescente, aumentou a demanda de adolescentes nos cursos, exigindo maior investimento na área profissionalizante:

Como podemos observar, embora a população infanto juvenil conte com serviços melhor organizados, eles necessitam de atenção para a composição de uma rede completa e integrada de serviços. Com o advento da Lei 10.097/00, alterando a idade para inserção no mercado de trabalho, um volume maior de adolescentes ficam desprovidos de vagas para realização de cursos, pois não houve um investimento nesta área, paralelamente à aplicação da nova lei. (PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCA, 2001b, p. 22).

No atendimento à família, Franca possui 35 entidades, 59 grupos informais e 10 organizações sem fins lucrativos que atendem pessoas com deficiência ou incapacidade.

A grande maioria das entidades desenvolve ações emergenciais de caráter assistencialista, apontando para a necessidade de buscarmos a reorganização do trabalho sócio-assistencial, de acordo com a Lei Orgânica de Assistência. Tradicionalmente, entidades e grupos de diversas facções religiosas organizam-se através de promoções, como festas, bazares e coleta e assim, mantêm os serviços de distribuição de sopa, pães, gêneros alimentícios, tarifas, cursos artesanais de gestantes e outros. (PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCA, 2001b, p. 22).

As entidades assistenciais auxiliam o poder público na oferta de serviços à população, mas, segundo o Plano Municipal de Assistência Social, por outro lado, “(...) traz problemas para o desenvolvimento da área social, que se mantém com um caráter altamente conservador em ações fragmentadas, superpostas e em duplicidade, não proporcionando a auto-sustentação do público alvo”. (2002-2005, p. 23). As entidades que somente têm ações assistencialistas não recebem subvenção municipal, exigindo assim, que se reorganizem e também façam um trabalho educativo e ofereçam serviços que contribuam com a ampliação da rede de atendimentos da cidade.

Na tentativa de desenvolver economicamente a cidade e de proporcionar a possibilidade de novos empreendimentos que forneçam empregos ao mesmo tempo, nova geração de renda, foi criado o Banco do Povo (Projeto Estadual Governo Mário Covas), que financia iniciativas empreendedoras, com juros de 1% ao mês e por meio do fundo de Amparo ao Trabalhador do Governo Federal; os sindicatos, faculdades e instituições realizam os cursos de qualificação profissional.

O “Projeto Renda Cidadã”, do Governo Estadual, garante um mínimo de R\$60,00 às famílias de baixa renda em substituição à distribuição de cesta básica e de outros benefícios, dando-lhes autonomia para adquirirem o que queiram. Com a mesma intenção de superação do assistencialismo, o “Projeto Renda Mínima” também atende famílias de baixa renda, visando alcançar um menor índice de pobreza no município.

O “Abrigo Provisório” (da Prefeitura Municipal, com convênio do Governo do Estado) e o “Albergue” (da sociedade civil), são responsáveis por acolher os migrantes, itinerantes e adultos moradores de rua, oferecer local para dormirem, alimentação, orientação e encaminhamento aos recursos da cidade.

Em relação aos idosos, existem vários trabalhos de atendimento às pessoas com mais de 60 anos que são oferecidos pelo poder público, grupos organizados e instituições que prestam serviços em regime residencial.

Como destaque, temos o pioneirismo do serviço prestado por uma entidade que, em consonância com a política nacional, atende o idoso buscando a manutenção de seu vínculo familiar mantendo-o durante a semana na entidade e retornando-o para a família nos finais de semana. Observa-se esta preocupação também nas entidades de regime residencial, que vêm buscando abrigar apenas aqueles idosos que não têm outra alternativa. Outra iniciativa verificada, ainda de forma tímida, é a oferta de moradias⁶ para idosos que não têm residência e com dificuldade para manutenção do aluguel. (PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCA, 2001b. p. 26).

As atividades interativas, sociais, culturais e de lazer são oferecidas por grupos abertos de Convivência e pela Coordenadoria de Cultura que realiza atividades culturais como “Roda de Poemas”, oficinas de dança de salão, “Café com Música” e também a “Semana do Idoso” que acontece todos os anos. Os idosos podem praticar esportes, fazer ginástica com acompanhamento da Secretaria de Municipal de Educação e Esportes e com recursos do Fundo Social de Solidariedade do Município. Também há o incentivo à ampliação

⁶ Tais moradias são constituídas de vários cômodos com banheiros independentes, construídos em um mesmo lote e cedidos por duas entidades.

do conhecimento, por meio da Universidade Aberta à terceira Idade (UNATI):

Destacamos ainda, a Universidade Aberta da Terceira Idade mantida pelo Estado, na UNESP – Campus de Franca, que oferece vagas para pessoas idosas, nas seguintes modalidades: graduação em Direito, História e Serviços Social⁷; cursos de extensão universitária em Gerontologia, Inglês, Italiano, Informática e Educação Ambiental; e Oficinas de Biodança, Atividades Físicas, Tai Chi Chuan, Coral e Teatro. (PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCA, 2001b, p. 27).

Com o aumento da expectativa de vida, a demanda é cada vez maior, gerando um problema em decorrência à oferta de serviços de atendimento. Apenas 06 são as instituições de atendimento residencial ao idoso e existe pouca articulação entre os serviços prestados. Ainda, conforme o Plano Municipal de Assistência Social, o trabalho “(...) acaba por apontar situações de marginalização, discriminação, desvalorização, negligência e maus tratos. Apontam também, a falta de qualidade de vida para as que recebem aposentadoria de um salário mínimo (...)”. (PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCA, 2001b, p. 27).

Quanto ao atendimento oferecido às Pessoas Portadoras Deficiência (PPD), dispõe de poucos recursos para a sua manutenção, dependendo, principalmente, da sociedade civil. Cada tipo de deficiência “(...) exige uma associação que normalmente desenvolve trabalhos na defesa de seus direitos, prevenção, reabilitação, educação especial, estimulação precoce, assistência, visando a melhoria de suas condições de vida.” (PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCA, 2001b, p. 28).

As UBSs, por meio do Sistema Único de Saúde, fornecem atendimento nas áreas de Fonoaudiologia, Fisioterapia, Psicologia, Psiquiatria e Terapia Ocupacional, mas esses geram grandes filas de espera que distanciam o agendamento da consulta do tratamento propriamente dito. Falta investimento nas ações preventivas, as quais se restringem às campanhas de vacinação.

⁷ Os interessados são dispensados do exame vestibular e da taxa de matrícula, porém não recebem certificados que os habilitem ao exercício das profissões.

Aos deficientes visuais é oferecido transporte para facilitar a locomoção até a sala de educação especial em que aprendem pelo método *braille*. Na cidade foram realizadas algumas adaptações como rebaixamento da sarjeta, sinalização, construção do terminal de ônibus dentro das normas pré-estabelecidas, mas essas políticas ainda não são suficientes para atender às necessidades da demanda. Existe a necessidade de uma educação social em que o preconceito ao portador de deficiência possa deixar de existir, e que os direitos não sejam vistos com uma ajuda ou uma caridade da sociedade.

As discussões sobre as políticas voltadas para este segmento deverão continuar acontecendo, pois foi votada a Lei Municipal n.º 5.320 de 16/03/2000 que cria o Conselho Municipal da Pessoa Portadora de Deficiência de Franca, com seu primeiro mandato de 29.06.00 a 28.06.02. Estas poderão ser direcionadas para o investimento nas potencialidades dos portadores de deficiência, de forma educativa e não de forma terapêutica trabalhando suas limitações. (PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCA, 2001b, p. 29).

A pessoa portadora de deficiência é cidadã e deve gozar das mesmas oportunidades de viver bem e com qualidade.

Segundo o Plano Municipal de Assistência Social (2002-2005), a cidade de Franca precisa superar vários desafios, como: a articulação dos serviços de assistência; a participação dos usuários na definição e avaliação das políticas sociais; o rompimento da prática assistencialista, através do fortalecimento de serviços de ação continuada e de caráter educativo e, por último, a integração com as áreas de desenvolvimento econômico, educação, saúde, trabalho e renda, habitação. São propostas amplas, que demanda muita persistência e segurança no trabalho, mas que será um meio de se buscar qualidade nos serviços e contribuir para uma melhor qualidade de vida dos seus usuários. A questão da falta de recursos, de forma geral, é um grande obstáculo para o desenvolvimento, pois de acordo com SEN (2000), é preciso que haja desenvolvimento tanto na área social, como econômica e política. Talvez o maior impasse destes esforços municipais é justamente prover um crescimento dos atendimentos à população, valorizando também a sua participação nas decisões e nos

planejamentos das políticas sociais.

3.2.5 Cultura e lazer

O lazer e a cultura também fazem parte do conjunto de fatores que influenciam na qualidade de vida das pessoas. De forma geral, esses não entram nos índices de medida de desenvolvimento, por não comporem o *rol* de dados estatísticos adquiridos nas pesquisas domiciliares. Mas é um dado de extrema importância, visto que as formas de lazer também indicam a cultura de determinado local e é um dado subjetivo para o pesquisador. O lazer integra a vida humana e é essencial para uma vida saudável. Como afirma Canôas:

A pessoa humana não vive só de atividades produtivas para subsistência. Em todas as épocas, o homem procurou deixar um tempo livre a ser preenchido com algo que o satisfizesse de maneira particular. Isto se torna claro ao analisar o significado etimológico do termo **lazer** (do latim **licere**) que significa permitido, isto é, lícito escolher a maneira de aproveitar esse tempo livre. (1977, p.58).

Tanto o lazer, como a participação social são determinantes da identidade local, considerando que cada comunidade tem a sua especificidade, sua maneira de conduzir determinadas situações, seu estilo próprio. São nos locais de lazer onde, que geralmente, as pessoas falam de seu cotidiano, comentam com outras pessoas as dificuldades e criam formas e alternativas de resistir, de enfrentar as suas condições sócio-econômicas. Sader comenta que “o tempo fora da esfera da produção é que constitui seu tempo de vida”. (1988, p. 99). Portanto, o investimento municipal nas áreas de cultura e lazer significa investir no ser humano e, conseqüentemente, investir no desenvolvimento local.

Em Franca, alguns esforços foram feitos para melhoria do lazer ligando-o a educação, como a Escola Municipal de Iniciação Musical, para crianças de 7 a 12 anos, que trabalha: canto, expressão, ritmo, audição, percepção, flauta, coral, teclado); as escolinhas de Iniciação Esportiva, para crianças de 7 a 14 anos; e o aperfeiçoamento para crianças acima de

12 que já possuem práticas esportivas.

Pelo “Projeto Adote uma Praça”, a Prefeitura de Franca conseguiu manter algumas praças que geralmente localizam-se em locais estratégicos, privilegiados para propaganda da empresa mantenedora. No entanto, os bairros periféricos ficam sem atenção: as praças criadas que não são cuidadas e os terrenos destinados à construção de uma área de lazer estão em muitos locais, abandonados e com foco de entulhos, de animais peçonhentos e também de criadouro de mosquitos que podem ser também da Dengue, além de propiciar concentração de jovens com intenção de comercializar e utilizar drogas. Portanto, um espaço que poderia ser utilizado para encontro de pessoas está sendo a origem de violência e doenças.

Também a prefeitura incentiva a criação de grupos para o desenvolvimento de peças teatrais, que são exibidas no Teatro Municipal periodicamente.

Em relação à pintura e escultura, Franca dispõe do espaço da Pinacoteca para exposição das artes e também possui uma escolinha de pinturas para crianças.

Os museus de Franca, principalmente o do calçado, são considerados pontos turísticos, mas poucos visitados pelas pessoas da cidade. Precisa-se de uma política municipal de incentivo a visitação, ao conhecimento e valorização do próprio local de moradia.

O desenvolvimento cultural da cidade necessita de mais atenção na implantação de novos projetos que atendam principalmente à população dos bairros periféricos, dando-lhes condições de apreciar, de participar e de se desenvolver. As universidades também podem contribuir por meio da extensão universitária e possibilitar o acesso à cultura e à educação. A Universidade Estadual Paulista (UNESP) de Franca, pelo Centro de Planejamento e Extensão Universitária em Serviço Social (CPEUSS), já desenvolveu vários projetos sócio-educativos e culturais nos bairros e um, em especial, atendia exclusivamente a área cultural como o “Projeto Arte e Cidadania”, com proposta de alternativas de educação popular por meio da arte, da cultura e do lazer, no bairro Jardim Zelinda, em Franca.

A ausência de políticas culturais no município destinadas aos bairros populares, dos quais muitos ainda não contam com a infra-estrutura básica e também a falta de organizações comunitárias dispostas a reivindicar ou criar alternativas para o problema, ocasionam um atraso no desenvolvimento político-social e econômico do bairro, visto que são elementos integrantes da vida social do homem e que são mecanismos de estímulo à consciência de seu meio. As expressões culturais e artísticas podem ser vivenciadas como uma forma de lazer, mas também estar vinculada com a produção de conhecimento e desenvolvimento do potencial crítico e reflexivo do ser social, assim, conseqüentemente, contribuirá para o enfrentamento dos embates sociais.

Os esforços municipais na área de cultura e do lazer, privilegiam o centro da cidade e as ações desenvolvidas nos bairros geralmente são esporádicas, com exceção das escolinhas de iniciação esportiva e de ginástica para a terceira idade. A diminuição gradativa da renda acaba por prejudicar a freqüência da população aos locais culturais.

Existem outros esforços municipais para a melhoria da qualidade de vida, como a conservação do meio ambiente, o tratamento da água e do esgoto e, também, pontos passíveis de discussão como o aterro sanitário, entre outros, que neste estudo não serão abordados por que demandaria um tempo muito maior que o determinado para o mestrado. Também não se tem a pretensão de esgotar todas as possibilidades de estudo da qualidade de vida da cidade de Franca, visto que é um tema bastante amplo, que envolvem elementos diversos, os quais tornariam inviável a análise destes para este momento.

CAPÍTULO 4

4.1 Comunidades de Bairro: vidas em busca de qualidade

Vem vamos embora que espera não é saber,
Quem sabe faz a hora não espera acontecer.
(GERALDO VANDRÉ)

A busca do homem por uma melhor condição de vida é uma ação inerente da sua vida, buscar a sobrevivência faz parte da sua primeira ação, que parte do individual para depois se estender ao social. O homem se organiza e se movimenta para atender aos seus interesses. Não se trata mais de uma pessoa, agora é um ser coletivo com a mesma finalidade de garantir a vida da melhor forma possível. É esse objetivo geral que faz com que os movimentos sociais permaneçam sem se esgotar numa primeira conquista.

Paradoxalmente, com o crescimento demográfico das cidades, o advento tecnológico, a importância dada às relações sociais de interesses comerciais, a competitividade, o distanciamento e o estranhamento entre as pessoas são constantes nesse novo território construído:

Os contatos da cidade podem na verdade ser face a face, mas são, não obstante, impessoais, superficiais, transitórios e segmentários. A reserva, a indiferença e o ar *blasé* que os habitantes da cidade manifestam em suas relações podem, pois, ser encaradas como instrumentos para se imunizarem contra exigências pessoais e expectativas de outros. (WIRTH, 1987, p. 101).

A impessoalidade e a “apatia” de alguns diante dos acontecimentos e das mudanças no contexto mundial, abrem caminho para prevalecer, cada vez mais, a injustiça social.

As organizações comunitárias geradas pela vida em comunidade pressupõe um mecanismo de resposta ao descontentamento da população em relação às questões sociais e

também de reivindicação por uma vida mais digna.

4.2 Comunidade como um espaço de relações sociais e de poder

Ao falar em comunidade lembra-se, quase sempre, de um espaço limitado geograficamente, onde situam-se o local de moradia das pessoas, o local de estabelecimento das relações sócio-econômicas, de convívio, de estreitamento de laços sociais. Nem sempre uma comunidade pode ser definida pelos seus limites de bairro, pois depende do seu conceito e do seu objetivo. Pode ser um grupo, uma organização, uma associação, um movimento social.

Souza define comunidade da seguinte forma:

Conjunto de grupos e subgrupos de uma mesma classe social, que têm interesses e preocupações comuns sobre condições de vivência no espaço de moradia e que, dadas as suas condições fundamentais de existência, tendem a ampliar continuamente o âmbito de repercussão dos seus interesses, preocupações e enfrentamentos comuns. (1999, p. 68).

É no bairro, na comunidade que a identidade social é construída. As relações sociais diante da situação de moradia são importantes na fomentação, na articulação e na organização de movimentos das pessoas de uma comunidade a medida que amplia o entendimento da realidade e a repercussão dos interesses de uma comunidade, bem como para se encontrar meios de enfrentamento dos problemas.

À essa definição acrescenta-se que, apesar dos interesses serem comuns, cada pessoa, com sua individualidade, compõe o objetivo geral de uma coletividade. Nesse sentido, entende-se por *Comunidade*, um espaço de união consciente de pessoas, com interesses e necessidades comuns e diversificadas, em que cada uma contribui com sua individualidade para uma construção coletiva, buscando a transformação da realidade cotidiana por meio da

representatividade coletiva e valorizando a liberdade e a democracia⁸.

Quando se fala na união das pessoas com interesses comuns e diversificados, levanta-se a discussão contraditória do paradigma de que todas as pessoas de uma comunidade partilham dos mesmos interesses. Partindo do pressuposto de que a tomada de consciência, a princípio, nasce num plano individual e depois passa para o coletivo (como dito anteriormente), então, cada pessoa tem seu próprio interesse numa decisão coletiva. Ou seja, a consciência antecede a mobilização popular e a participação social.

Sobre o interesse próprio, Putnan escreve:

Pode muito bem haver um exagero na dicotomia entre interesse próprio e altruísmo, pois nenhum mortal e nenhuma sociedade bem-sucedida podem prescindir do poderoso estímulo do interesse próprio. Os cidadãos da comunidade cívica não têm que ser altruístas. Mas na comunidade cívica os cidadãos buscam (...) o interesse próprio definido no contexto das necessidades públicas gerais, o interesse próprio que é ‘esclarecido’ e não ‘míope’, o interesse próprio que é sensível aos interesses dos outros. (2000, p. 102).

Quando o interesse próprio ao mesmo tempo é sensível ao interesse do outro, deixa a sua característica de ser totalmente individualista. Assim, ao optar por determinada comunidade, a pessoa também opta por mudanças em sua vida, no seu cotidiano, pois os seus interesses particulares compõem uma gama de valores e interesses de toda a comunidade. Portanto com sua individualidade, com sua cultura, com sua realidade, o homem muda o seu meio, a sua realidade e a si mesmo. Em síntese, o indivíduo é responsável pela mudança da realidade em que vive, superando assim, a sua particularidade.

A privacidade dos indivíduos em uma comunidade precisa ser mantida e a vida social necessita ser valorizada. As pessoas se unem pelos traços comuns, mas existe uma grande necessidade de afirmar a sua personalidade, ou identidade, mostrando umas às outras

⁸ Conceito formado por meio do aproveitamento do conteúdo da disciplina *Poder local, comunidade e participação democrática*, ministrado pela Profa. Dra. Ana Maria Ramos Estevão, programa de Pós-Graduação da UNESP, curso de mestrado em Serviço Social, no ano de 2001.

que são diferentes. As diferenças são manifestadas de várias maneiras, uma delas é por meio das modificações nas casas, ou seja, no seu meio particular.

Cada comunidade é uma realidade que possui a sua especificidade, o seu valor, a sua história, enfim, a sua cultura apresenta uma identidade peculiar de cada local. A cultura, ao longo do tempo, adquire novos valores em detrimento de outros, que são superados de acordo com a conjuntura atual da sociedade. É essa identidade que difere uma e outra comunidade, podendo ser observada na maneira de agir, de viver e de responder ao enfrentamento das questões sociais.

Souza comenta que:

(...) a substância da comunidade não está no aspecto físico da área de moradia, mas no conjunto de relações e inter-relações, de poderes e contrapoderes que se estruturam, tomando como referência a infra-estrutura física e social que, por sua vez, tem suas determinações nas estruturas fundamentais da sociedade. (1999, p. 66).

É uma realidade que apresenta elementos da sociedade à qual a pessoa pertence. Local em que todas as relações de poder são reproduzidas e exercidas, desde as formais como as informais, tanto as visíveis com as invisíveis, mas todas convivem contraditoriamente juntas, num patamar de ideologias. Ao mesmo tempo que reflete todos os elementos da sociedade, é diferenciada por possuir expressões e características próprias.

A visão romântica da comunidade como um local de felicidade vem sendo substituída pela visão concreta de um local de embates sociais, pois essa felicidade é contraditória, como são contraditórias as relações sociais. O problema é de sobrevivência e de vivência em um espaço em que há alguma chance de melhoria tanto social, como econômica, por vias da política.⁹

⁹ A política é a atividade que diz respeito à vida pública. Etimologicamente, *pólis*, em grego, significa 'cidade'. A política é portanto a arte de governar, de gerir os destinos da cidade. O *homem político* é aquele que atua na vida pública e é investido de poder para imprimir determinado rumo à sociedade, tendo em vista o interesse comum. (ARANHA; MARTINS, 1992, p. 138)

As pessoas fazem parte de uma comunidade à medida em que participam politicamente dela, contribuem de alguma forma para a organização e para a construção da sua história:

A organização da vida política é importante, e as instituições influenciam o fluxo da história. (...) As decisões tomadas no âmbito das instituições políticas modificam a distribuição de interesses, recursos e preceitos políticos, na medida em que criam novos atores e identidades, incutem nos atores a noção de êxito e fracasso, formulam regras de conduta apropriada e conferem a certos indivíduos, e não a outros, autoridade e outros tipos de recursos. As instituições influenciam a maneira pela qual indivíduos e grupos se tornam atuantes dentro e fora das instituições estabelecidas, o grau de confiança entre cidadãos e líderes, as aspirações comuns da comunidade política, o idioma, os critérios e os preceitos partilhados pela comunidade, e o significado de conceitos como democracia, justiça, liberdade e igualdade. (JAMES; JOHAN, 1989, p.159 e 164 apud PUTNAM, 2000, p. 33).

Os movimentos sociais e as organizações comunitárias representam o poder das pessoas diante das situações de conflito e resistência às *imposições* do capital. Frente a essas imposições, as pessoas, em determinados momentos, não possuem condições de escolha. Por exemplo, se têm boas condições financeiras, podem morar onde quiserem, caso contrário, financiam uma casa popular ou, então, submetem-se às quaisquer condições de moradia. Souza (1999, p.17) comenta que “... em suas contradições, os espaços de moradia podem se tornar espaços de transformação social”. A diversidade de cultura, de valores, de história de vida, de tradição e a vivência comum de necessidades num determinado espaço, constroem identidades e faz com que os locais de moradia sejam espaços de convivência e também de transformação.

O surgimento dos movimentos sociais em determinado local significa uma forma de participação coletiva organizada, que visa buscar dignidade e cidadania. As organizações comunitárias também são mecanismos de representatividade e de poder da população e são responsáveis por apreender os objetivos de toda a comunidade, por meio da participação. Além disso, consolidam um meio de resistência às desigualdades sociais, criando estratégias de busca de melhor qualidade de vida em seu meio e no meio municipal.

Segundo Castells (1999, p. 23), “os movimentos sociais tendem a ser fragmentados, locais, com objetivo único e efêmeros, encolhidos em seus mundos inferiores ou brilhando por apenas um instante em um símbolo da mídia”. Segundo o mesmo, em um mundo de mudanças confusas e incontroladas, as pessoas tendem a reagrupar-se em torno de *identidades* primárias: religiosas, étnicas, territoriais, nacionais. A questão da competitividade, a comunicação fácil pela Internet e os telefones celulares criam um dualismo: de um lado a conexão com todo o mundo e, de outro, o individualismo. Romper com essa particularidade torna-se complexo, pois a participação popular também depende do interesse de cada pessoa no coletivo, esta é denominada sujeito. Portanto, os movimentos sociais e populares enfrentam dificuldades de mobilização e organização diante das mudanças econômicas e políticas, mas estão aceitando o desafio e superando os obstáculos.

Ainda que a dimensão da impessoalidade prevaleça como um traço marcante da sociedade moderna, Castells (1999, p. 79), considera que as pessoas resistem ao processo de individualização e atomização, tendendo a agrupar-se em organizações comunitárias que, ao longo do tempo, geram um sentimento de pertença e, em última análise, em muitos casos, uma identidade cultural comunal. Não aceitando a individualização, as pessoas buscam nos espaços de moradia, formas de organização para o exercício dos seus direitos de cidadão. Em meio a esse contexto surgem os movimentos sociais, as organizações comunitárias, os grupos e associações, que fortalecem-se por terem um objetivo comum e, a partir de sua organização, adquirem força para o enfrentamento das questões sociais da sociedade, expressando de formas variadas as questões sociais em que vivem.

Com a existência de uma organização comprometida, consciente de seu papel, a luta pelos direitos se torna menos difícil. A busca da qualidade, requer uma participação efetiva dessas organizações. O que se observa é que as necessidades são vistas fragmentadamente, perdendo-se o foco maior da qualidade de vida. Nesse momento, essas

organizações assumem um caráter imediatista, ficando numa condição de fragilidade perante a população, assim, a participação social também fica restrita. A organização “cai” em descrédito perante o bairro e passa a ser alvo de críticas, deixando de ser uma união democrática para vir a representar interesses de minorias, ou seja, passa a ter um perfil clientelista e assistencialista, utilizando do espaço dos Centros Comunitários para a distribuição de leite, realização de festas e quermesses para arrecadar dinheiro e pagar suas contas, não se sentindo na obrigação de prestar contas a ninguém.

O tipo de liderança de uma comunidade vai revelar o tipo de participação social que seus moradores têm. A liderança autoritária e centralizadora não consegue manter uma organização social, pois o poder não é dividido e a população não se sente importante nas decisões, não tomando para si a sua parcela de responsabilidade nos encaminhamentos dos problemas. Ao contrário do líder democrático em que as pessoas tanto da diretoria como do bairro, sentem-se parte do processo, sentem-se realmente donas do lugar, sentem-se importantes e iguais:

Na comunidade cívica, a cidadania implica direitos e deveres iguais para todos. Tal comunidade se mantém unida por relações horizontais de reciprocidade e cooperação, e não por relações verticais de autoridade e dependência. Os cidadãos interagem como iguais, e não como patronos e clientes ou como governantes e requerentes. (PUTNAM, 2000, p. 102).

O voto é uma expressão democrática e essencial na eleição do líder comunitário. O candidato pode ser eleito por ter capacidade de liderança e ser a pessoa mais desejada pela população para representar a comunidade, mas também pode ser eleito por meio de promessas e pequenas doações, corrompendo a população a votar nele. Conforme expõe Putnam:

Onde as associações prosperam, onde os cidadãos se interessam pelas questões comunitárias e votam por convicção e não por clientelismo, aí é que vamos também encontrar líderes que acreditam na democracia e não na hierarquia social e política. (2000, p. 116).

Nenhum diretor recebe remuneração para representar os moradores; primeiro porque também é um morador e tem também o interesse de buscar melhorias para o bairro em

que mora. Segundo, o cargo oferece status, poder e relacionamento social para que futuramente, possa ingressar no meio político partidário. Portanto, o tipo de organização comunitária, ou melhor, o tipo de poder que é exercido, interfere na mobilização social e conseqüentemente, inibe a liberdade de reivindicação popular.

Para Aranha e Martins, o poder é a capacidade de agir e produzir efeitos sobre os indivíduos. “(...) é um *conjunto de relações*, por meio das quais indivíduos ou grupos interferem na atividade de outros indivíduos ou grupos.” (1992, p. 138). O poder não está somente com o líder, mas em todos os lugares: na rua, na vizinhança, nos locais públicos e privados, dentro do lar, enfim, em qualquer relação social. Os moradores são o poder dentro do bairro, são eles que sabem e conhecem suas necessidades, são eles que cotidianamente vivem os problemas que dificultam as suas vidas. Portanto, a organização existe para atender aos objetivos de uma coletividade e as pessoas precisam se fazer representar; é a denúncia das irregularidades, das insatisfações e a sua participação que dará legitimidade a essa organização comunitária.

Para Souza, “a participação é processo social que existe independente da interferência provocada, por um ou outro agente externo” (1999, p.81), e é inerente ao homem e acontece a partir do momento em que esse questiona a sua realidade e passa a ser uma questão coletiva. A participação popular é um mecanismo de democracia, sem ela as decisões são partidárias, tendenciosas e fragmentadas, não atendem as necessidades da totalidade do bairro.

Apesar da participação ser uma ação inerente ao homem, muitos fatores contribuem para o comodismo e o desinteresse político, como explicitado anteriormente. No entanto, a conscientização e mobilização social são a base de toda uma mudança social, política e econômica de um lugar. O Serviço Social, por ter uma característica peculiar de intervenção e de educação, contribui diretamente com todo esse processo de mudança.

É comum a Caixa Econômica Federal, nos programas de financiamento de casas populares, desenvolver projetos sociais nos conjuntos habitacionais, antes mesmo do término da construção das moradias. A valorização do imóvel, do local, a convivência com os vizinhos, a organização dos moradores em Associações de Bairro, a arborização, a limpeza, são questões tratadas, pois, assim, o morador participa do seu espaço antes de conhecer a sua casa. Os trabalhos desenvolvidos têm a finalidade de incentivar os próprios moradores a buscarem uma vida melhor no bairro em que vão morar.

O desenvolvimento de comunidade pressupõem uma metodologia específica que auxilie no trabalho com a população, mas como cada trabalho é único, não existe receita. O que mais exige do profissional é competência e criatividade.

4.3 O trabalho de desenvolvimento de comunidade e o Serviço Social

Foi nos anos 1980 que se observou, “a volta à cena do desenvolvimento de comunidade enquanto programa governamental de nível nacional, revelando-se, este fato, como parte do processo singular de democratização vivido pelo país (AMMANN, 1997, p. 166). O que parecia ser uma forma de desenvolvimento local significou a inibição do surgimento de movimentos populares e também o controle dos já existentes. A formalização da organização comunitária em Centros Comunitários, com regimento, estatuto, tarefas pré-determinadas, foi um exemplo de adequação à ordem estabelecida. Segundo Wanderley (1998), na década de 1960, o trabalho de desenvolvimento de comunidade era visto como um instrumento de aplicação dos recursos do governo, utilizando gratuitamente a força de trabalho da comunidade.

No processo de *desenvolvimento comunitário*, o Serviço Social passou por vários momentos de reflexão, principalmente no movimento de reconceituação, em que a sua prática

foi questionada e reformulada, buscando compreender o papel do Serviço Social. Ammann descreve que o movimento de reconceituação do Serviço Social mostrou novas formas de trabalho, apontando para o trabalho com movimentos populares, e desvelou a sua ideologia enquanto reiterativo e manipulador nas instituições:

(...) de um lado a crítica sobre o desenvolvimento de comunidade desvendara seu caráter ideológico, reiterativo e manipulador. De outro, a reconceituação do Serviço Social apontara para os limites da ação profissional no interior das instituições. (...) apontou a possibilidade de ação do Serviço Social junto aos movimentos populares, como alternativa de criação de um vínculo orgânico com a classe dominada. (AMMANN, 1997, p. 182-183).

O trabalho com os movimentos populares passou a ser visto de forma diferente, realmente como uma nova possibilidade.

Segundo Wanderley (1998), o desenvolvimento de comunidade é “um conjunto de procedimentos e de modos de ação por meio dos quais se instituem comunidades, situadas e datadas historicamente.” (p. 166). Para Souza, os procedimentos e os modos de ação são um processo pedagógico junto às comunidades, referindo-se a espaços de moradia de pessoas pobres; e define o desenvolvimento de comunidade como:

(...) um processo pedagógico de ação junto às comunidades. Historicamente, na prática desse processo, as comunidades sempre se identificaram com os espaços de moradia das populações pobres. (1999, p. 13).

Por ser considerado uma ação pedagógica, o profissional ao trabalhar com a população de uma comunidade, precisa desenvolver diretrizes de trabalho, que contemplem seu desenvolvimento de forma educativa e que pressuponham uma emancipação social ao findar cada trabalho.

Souza (1999, p. 141-143) sugere algumas diretrizes metodológicas que ajudam na articulação das ações pedagógicas que desencadeiam a partir da relação entre o sujeito e o profissional. Segundo a mesma, essas diretrizes “são desafios necessários a um avançar contínuo na descoberta de novos caminhos.” (1999, p. 141). A primeira diretriz estabelecida

por Souza informa que todo trabalho de Desenvolvimento de Comunidade (DC) deve *partir da realidade concreta em que se encontra a população*. Conhecer a realidade dos moradores, suas angústias, suas organizações, suas formas de embate social. Esse conhecimento se dá por meio de pesquisas e do contato direto com essa população. A segunda é: *definir e redefinir coletivamente os objetivos que se tem a alcançar a partir da realidade concreta que se vai conhecendo e analisando*. À medida em que o trabalho começa a ser desenvolvido, os objetivos traçados a princípio podem se modificar ao longo do processo educativo. Portanto, a redefinição dos objetivos significa a continuidade do trabalho. A terceira significa *identificar coletivamente o eixo central da prática do processo pedagógico tendo em vista articular os conteúdos parciais das práticas e reflexões que vão sendo desenvolvidas pelos diversos grupos da comunidade*. Todo trabalho de Desenvolvimento de Comunidade precisa ter bem claro o seu objetivo geral ou um eixo central que norteará toda as ações sem correr o risco de perder a finalidade do trabalho. A quarta diretriz é *definir e avaliar continuamente a qualidade das relações que se estabelecem entre o profissional e a população, garantindo assim o processo de cooperação que deve existir entre ambos*. Definir e avaliar a qualidade das relações, pressupõe, em muitos casos, mudanças de atitudes, de metodologia, de conceitos. A mudança, no caso, significa crescimento e amadurecimento, tanto da população, quanto do profissional que está também aprendendo com a comunidade. A quinta e última diretriz: *estimular de forma crescente e contínua a articulação e autonomia da organização comunitária*. A autonomia no trabalho de DC é o resultado de todo o processo educativo, em que a população já não mais necessita de um profissional para se mobilizar e buscar os seus direitos, já possui uma organização forte e bastante capaz de seguir sozinha o caminho.

Esses processos pedagógicos indicam uma possibilidade de trabalho. E é claro que para cada comunidade, cada momento, deverão ser revistas também as diretrizes, principalmente porque o trabalho é desenvolvido com sujeitos sociais que não são estáticos,

mas estão em constante movimento e mudanças.

O trabalho comunitário permite ao Serviço Social estar diretamente ligado às pessoas e ao processo de educação popular. Nesse sentido, o desenvolvimento da comunidade significa o desenvolvimento humano e social (de um grupo, de associações, de organizações e principalmente de movimentos populares), que surge quando a população, consciente do seu papel de sujeito histórico, planeja e consegue descobrir meios e formas de reivindicar direitos já garantidos e propor a criação de outros, visando atender às necessidades coletivas.

O envolvimento popular no enfrentamento das questões sociais de forma política, organizada e democrática é considerado como um processo de busca de qualidade de vida. Ou seja a participação política nos assuntos comuns dos moradores é um exercício de cidadania e também uma forma de qualidade de vida, que precisa ser entendida além do suprimento de necessidades prioritárias (habitação, saúde, educação, emprego e renda), abrangendo outros aspectos da vida social, econômica e política.

A participação restrita ao Centro Comunitário diminui as possibilidades de ampliação do conhecimento dos caminhos mais rápidos para encaminhamento de reivindicação ou mesmo de participação efetiva nas decisões, não só do bairro, mas de um segmento inteiro. Os conselhos da cidade representam uma grande possibilidade de participação e de melhoria efetiva nas condições de vida, podendo se expandir para além das linhas imaginárias do bairro atendido pelo Centro Comunitário.

Acreditar na transformação dessas pessoas aparentemente apáticas em cidadãos conscientes de seu poder de mudança nessa comunidade, é acreditar no papel da educação. Trabalhar as bases é um dos grandes desafios do Serviço Social, que cada vez mais busca se soltar das amarras institucionais, para trabalhar diretamente com a população, para conhecê-la e iniciar um processo educativo que pressupõe: conscientização, mobilização, organização e participação.

CAPÍTULO 5

5.1 O trabalho de campo no Conjunto Habitacional Jardim Palma e no Parque Residencial Santa Maria em Franca/SP

Fazemos a ciência com fatos, como fazemos uma casa com pedras; mas a acumulação de fatos não é ciência, assim como um monte de pedras não é uma casa. (POINCARÉ - filósofo francês).

5.1.1 Metodologia da pesquisa

Com o intuito de investigar a hipótese de que a participação social pode melhorar a qualidade de vida de determinada comunidade, dois Conjuntos Habitacionais da cidade de Franca/SP foram escolhidos de forma intencional: o Jardim Palma e o Santa Maria, que constituíram sujeitos de um trabalho do Programa de Desenvolvimento Comunitário (PRODEC)¹⁰, realizado pela Caixa Econômica Federal (CEF), em parceria com a Faculdade de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis de Franca (FACEF). Os moradores pagaram o PRODEC nas primeiras prestações da casa e não sabiam o que era esse Programa. Cada bairro possuía depositado em uma conta própria, um valor que deveria ser revertido aos moradores em forma de algum bem, móvel ou imóvel, que pudesse ser de uso de todos do bairro. A aplicação do Programa deveria ser acompanhado por assistentes sociais, então a equipe foi montada.

Na reconstituição histórica dos bairros em estudo, utilizou-se da pesquisa documental (contratos das casas, documentos do Arquivo Municipal de Franca) e também da pesquisa bibliográfica (monografias, Planos Municipais). Trata-se de uma pesquisa

¹⁰ Programa em que participei juntamente com uma equipe técnica composta por mais dois Assistentes Sociais: Celeste Aparecida Pereira Barbosa e Nilton José Ferreira e mais dois responsáveis: Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira e Edna Maria Campanhol.

qualitativa, mas também quantitativa à medida que utiliza-se de procedimentos mensuráveis para determinar o perfil dos moradores dos Conjuntos Habitacionais, mas na verdade, pode-se dizer que é um complemento para a pesquisa e análise qualitativa, que exige muito mais elementos que os declarados pela pesquisa quantitativa, conforme aborda Minayo:

A diferença entre qualitativo-quantitativo é de natureza. Enquanto cientistas sociais que trabalham com estatística apreendem dos fenômenos apenas a região “visível, ecológica, morfológica e concreta”, a abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas. (1999, p. 22).

Minayo justifica que o conjunto de dados quantitativos e qualitativos não se opõem, mas se complementam, pois a realidade abrangida por eles interage dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia. (1999, p. 22).

Foram elaborados dois tipos de formulários de entrevistas: um direcionado aos moradores do bairro (M) e outro um diretor da organização comunitárias de cada conjunto habitacional (D). Os formulários (M) foram constituídos de perguntas abertas e fechadas e os formulários (D) com questões abertas, com possibilidade de adequar o instrumental às necessidades observadas no momento. Não serão definidos o perfil dos diretores entrevistados, para não se correr o risco de uma possível identificação da pessoa, por serem poucos os integrantes das diretorias. Mas distinguir-se-á os diretores de cada bairro pela primeira letra do nome do conjunto habitacional: Jardim Palma (J) e Santa Maria (S)¹¹.

A amostragem da pesquisa foi delimitada em 10% da totalidade das residências dos bairros, conforme segue:

¹¹ DIRETOR (J). Direto do Centro Comunitário do Conjunto Habitacional Jardim Palma em Franca. Entrevista em 22/01/2002.

DIRETOR (S). Diretor da Sociedade Amigos do Parque Residencial Santa Maria em Franca. Entrevista em 02/12/2002.

TABELA 1:**Residências pesquisadas**

Conjunto Habitacional	Total de residências	Total de residências pesquisadas (10%)
Jardim Palma	411	41,1
Santa Maria	243	24,3*
Total de residências	654	65,4

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCA (198_).

* Especificamente no Santa Maria, o número de entrevistas foi arredondado para 25 casas. Portanto, foram realizadas 66 entrevistas.

Foram aplicados 6 pré-testes, sendo 4 no Conjunto Habitacional Jardim Palma e 2 no Conjunto Habitacional Santa Maria. A pesquisa de campo foi realizada nos dias 15, 16 e 17 de novembro de 2002, portanto, todas as informações referentes a idade e período, tiveram referência no ano fechado.

As residências foram escolhidas aleatoriamente, por meio de sorteio, por rua. A amostra foi por reposição, ou seja, foram pesquisadas sempre as residências à direita das casas fechadas, ou vagas. Cada residência teve a mesma chance de ser pesquisada.

Nessa fase de trabalho de campo, especificamente nas entrevistas por residência, a pesquisa contou com o apoio de mais dois pesquisadores¹², com a finalidade de facilitar e agilizar o trabalho. Para melhor analisar as informações adquiridas nas entrevistas com os moradores, optou-se por organizar as respostas das perguntas fechadas em gráficos e/ou tabelas e as respostas de questões abertas, foram transcritas na íntegra ou parcialmente. Os formulários foram numerados dando uma identificação ao morador, facilitando a montar o seu perfil e localização do morador quando necessário.

Um diretor de cada Organização Comunitária, por ser representante dos

¹² Alexandre Marques Mendes, mestre em História e doutorando em Sociologia na Universidade Estadual Paulista (UNESP) de Araraquara/SP e Geraldo César Coelho Fernandes, graduado em Serviço Social, pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) de Franca/SP.

moradores dos Conjuntos Habitacionais, foi escolhido intencionalmente para ser entrevistado. As falas foram gravadas, transcritas na íntegra e seus conteúdos analisados qualitativamente.

Após a organização das informações, utilizou-se de procedimentos comparativos, em que a qualidade de vida dos Conjuntos Habitacionais foi comparada, referindo-se ao contexto de organização comunitária que cada um possui.

Na definição de qualidade de vida dos Conjuntos Habitacionais, não foi utilizada a metodologia sugerida pelo PNUD, por não fornecer condições de desvelar a realidade subjetiva, conforme explicitada no capítulo 1. Não se tem a pretensão de criar uma fórmula de investigar essa qualidade de vida, pois entende-se que o uso da fórmula limitaria a capacidade do pesquisador de aprofundar em elementos essenciais que dêem condições de visualizar um pouco mais a qualidade de vida de determinada comunidade, avançando, mesmo que singelamente, na sua subjetividade. Pereira, que escreve sobre análise de dados qualitativos, indica em seu livro que:

Qualquer vínculo com a subjetividade tende a ser visto apressadamente como estranho ao ambiente científico, mas no entanto, Mário Bunge, moderno filósofo da ciência, ensina que a verdade na natureza é uma função assintótica de conhecimentos acumulados tanto em bases objetivas quanto subjetivas. Daí, embora ambas sejam abordagens válidas, nem mesmo o sinergismo entre elas pode garantir a elucidação completa da verdade, da qual poder-se-ia alcançar grande proximidade, mas nunca domínio completo. (2001, p. 25-26).

A discussão entre os cientistas sobre a validade da pesquisa qualitativa que contempla a subjetividade nas análises e não somente a objetividade mensurável traz nova forma de investigação da verdade, que admite o homem na sua totalidade, cultura, crenças e ética:

(...) a presença de um componente de crenças por si só já denota a incorporação de um momento subjetivo ao conhecimento científico. Da mesma forma, a referência à verdade no enunciado suscita naturalmente uma questão sobre a objetividade da verdade. (PEREIRA, 2001, p. 26).

Nos capítulos seguintes serão apresentadas as pesquisas de campo realizadas nos

Conjuntos Habitacionais Jardim Palma e Santa Maria. Esse último foi denominado pela Prefeitura Municipal de Franca como Parque Residencial Santa Maria. Portanto, por vezes será utilizado um ou outro nome, sem a preocupação de determinar o padrão, porque, para a pesquisa, os bairros são Conjuntos Habitacionais. A intenção é demonstrar um pouco do bairro e da sua população à medida que são expostos e analisados seus dados e de forma gradativa.

CAPÍTULO 6

6.1 O Conjunto Habitacional Jardim Palma em Franca/SP

O Conjunto Habitacional Dr. Breno de Lima Palma - o Jardim Palma, localizado à leste da cidade de Franca, foi inaugurado no dia 03 de outubro de 1991. A Prefeitura Municipal de Franca juntamente com o Programa de Habitação Popular (PROHAB) e algumas empresas¹³, entregaram 401 casas financiadas pela Caixa Econômica Federal. (QUATROCENTAS E UMA NOVAS CASAS ..., 03 out. 1991, p. 5-6).

O Projeto do loteamento do Jardim Palma da Prefeitura Municipal de Franca (198_) apresentava 469 lotes, mas na pesquisa de campo constatou-se que havia somente 411 casas, sendo que 10 foram construídas e financiadas inteiramente pela PROHAB e entregues aos moradores no ano de 1992, conforme informação do Superintendente da PROHAB, Jaime Batista da Silva¹⁴. Os 58 lotes não foram construídos devido a irregularidade física da área. Trata-se de um bairro periférico da cidade de Franca, construído em uma área montanhosa, em que as ruas são íngremes, dificultando a movimentação das pessoas. As casas foram construídas em barrancos, de forma que da rua pode-se ver o quintal e a casa de outros moradores, tirando toda a privacidade dos mesmos, que também sofrem as consequências das chuvas. O bairro foi construído em um local impróprio para moradia. No entanto, do bairro, tem-se uma bela paisagem das montanhas de Minas Gerais.

O Conjunto Habitacional foi entregue aos moradores com casas de 30 m², com sala, cozinha, banheiro e um dormitório, e de 48 m² com dois dormitórios.

¹³ Construções Ltda (CERMA), Construtora Figueiredo Ltda (CONFIL), Construções e Projetos de Engenharia Ltda (CONSPEN), Construtora Ltda (EMES), Engenharia e Construtora Ltda (INFRATECNICA), Construções e Projetos Ltda (PILARES) e Projetos e Construções Ltda (SOBRADO).

¹⁴ Informações verbais sobre a habitação em Franca e sobre a quantidade de lotes financiados pela PROHAB no Conjunto Habitacional Jardim Palma, adquirida em 18 jun. 2001 e 14 jan. 2003.

As áreas destinadas ao lazer foram tomadas pela erosão e o gasto municipal para se fazer algo é muito grande, e como consequência não há investimento da Prefeitura no local. Na pesquisa do PRODEC (BARBOSA, 2001), 118 famílias solicitaram uma área de lazer para o bairro. São poucos os dias em que se pode utilizar o campo de futebol, pois por ter uma nascente na proximidade, é um verdadeiro campo minado.

O Conjunto, atualmente, está totalmente asfaltado e possui os equipamentos públicos como telefones, caixa coletoras de correio, transporte coletivo, coleta de lixo sistemática e iluminação nas ruas.

Os moradores utilizam dos recursos do Jardim Palma I (bairro de casas não populares), como: comércio em geral, escolas, cursos, igrejas, Centro Comunitário, Programa de Saúde da Família (PSF), entre outros.

6.1.1 Conhecendo os moradores do Conjunto Habitacional Jardim Palma

Para conhecer melhor os moradores desse bairro, foram entrevistadas 41 pessoas, referentes à 41 residências, ou seja, 10% das 410 casas existentes no Conjunto Habitacional, que representaram 182 pessoas moradoras do bairro.

Os moradores foram identificados pelo número do formulário de entrevista e as suas informações foram apresentadas em quadros ou tabelas, sendo analisadas gradativamente. As características dos moradores apresentadas no quadro 5 têm a finalidade de auxiliar na compreensão das respostas dos mesmos, caso seja necessário.

Algumas falas dos moradores foram reproduzidas na íntegra, com a intenção de preservar o entendimento das mesmas.

Especificamente nesse bairro, pelo número de entrevistas ser maior que no Conjunto Habitacional Santa Maria, optou-se por subdividir as respostas para melhor analisá-las.

QUADRO 5:**Perfil dos moradores entrevistados do Conjunto Habitacional Jardim Palma**

Morador	Sexo	Estado civil	Idade	Escolaridade	Ocupação
01	M	Casado	62	1ª série	Aposentado
02	F	Casada	34	8ª série	Serviços gerais
03	M	Casado	44	4ª série	Sapateiro
04	F	Casada	42	5ª série	Sapateira
05	F	Divorciada	43	5ª série	Sapateira
06	M	Casado	37	Ensino médio	Sapateiro
07	F	Casada	44	4ª série	Pespontadora
08	M	Casado	40	5ª série	Revisor de qualidade/ calçados
09	M	Casado	62	4ª série	Pedreiro
10	M	Solteiro	26	Ensino médio	Operador de injetora/ calçados
11	M	Casado	36	Ensino fundamental	Costureiro manual de sapato
12	F	Casada	40	Superior	Aux. Contabilidade
13	F	Solteira	19	Ensino médio incomp	Secretária
14	M	Casado	46	5ª série	Autônomo
15	M	Solteiro	51	Ensino fundamental	Aposentado
16	M	Casado	42	6ª série	Aux. Escritório
17	F	Casada	27	Ensino médio	Do lar
18	M	Casado	49	4ª série	Eletricista
19	M	Casado	38	7ª série	Pespontador
20	F	Solteira	55	3ª série	Aposentada/vendedora
21	M	Casado	37	Ensino médio incomp	Vendedor
22	F	Viúva	52	4ª série	Costur. manual sapato
23	M	Casado	69	1ª série	Aposentado
24	M	Solteiro	38	Superior	Fiscal de tributos
25	M	Casado	44	7ª série	Revisor de qualidade/ calçados
26	M	Casado	60	1ª série	Sapateiro
27	F	Separada	49	4ª série	Doméstica
28	M	Solteiro	21	7ª série	Açougueiro
29	F	Solteira	47	6ª série	Doméstica
30	M	Casado	30	7ª série	Sapateiro
31	F	Viúva	65	2ª série	Aposentada
32	M	Casado	43	5ª série	Autônomo
33	F	Casada	20	8ª série incomp.	Do lar
34	F	Casada	45	Ensino médio	Do lar
35	F	Casada	46	Semi-alfabetizada	Do lar
36	F	Casada	38	Ensino fundamental	Do lar
37	F	Casada	52	3ª série	Costureira manual de calçados
38	M	Casado	33	Ensino médio incomp	Técnico de refrigeração
39	F	Casada	48	2ª série	Doméstica

Morador	Sexo	Estado civil	Idade	Escolaridade	Ocupação (Cont.)
40	F	Casada	51	4ª série	Costur manual calçados
41	M	Casado	42	5ª série	Montador manual de sapato

Nas 41 residências selecionadas para a amostra, os entrevistados, em sua maioria, são casados; 53,66% são homens e 29,27% trabalham com atividades ligadas à produção de calçados.

TABELA 2:

Estado Civil dos Moradores do Jardim Palma

Estado Civil	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Casado(a)	30	73,17
Solteiro(a)	07	17,07
Viúvo(a)	02	4,88
Divorciado(a) ou separado(a) judicialmente	02	4,88
TOTAL	41	100

Todos os entrevistados declararam estar casados, mesmo que não estejam formalmente registrados; a união é um casamento e já está sendo incorporada como tal. Outros, mesmo estando morando juntos, consideram-se solteiros.

As 41 residências são compostas por um total de 182 pessoas, entre crianças, jovens, adultos e idosos. A média de pessoas por casa é de 4,44, sendo que 92,68% das residências possuem até 6 pessoas:

TABELA 3:
Quantidade de pessoas por residência

Quantidade de pessoas por residência	Quantidade de residências	Frequência acumulada	Frequência relativa (%)	Frequência relativa acumulada
1 — 2	07	07	17,07	17,07
3 — 4	17	24	41,46	58,53
5 — 6	14	38	34,15	92,68
7 — 8	02	40	4,88	97,56
9 — 10	0	0	0	0
11 — 12	0	0	0	0
13 — 14	0	0	0	0
15 — 16	0	0	0	0
17 — 18	01	41	2,44	100
19 — 20	0	0	0	0
TOTAL	41	41	100	100

Na tabela abaixo, nota-se que 63,42% das residências possuem até 4 cômodos. Aparentemente, em relação aos dados estatísticos, a maioria das casas não possuem aumento na sua estrutura, pois somente 36,58% aumentaram de 5 a 7 cômodos a casa. Mas suas fachadas adquiriram alguma mudança, seja na pintura, no muro, na calçada, ou mesmo uma garagem ou árvore. De alguma forma a pessoa agregou ao seu imóvel algum valor seu, a sua individualidade:

TABELA 4:
Quantidade de cômodos por residência do Conjunto Habitacional Jardim Palma

Quantidade de cômodos por residência	Frequência absoluta	Frequência relativa (%)	Frequência Relativa acumulada
1 cômodo	0	0	0
2 cômodos	02	4,88	4,88
3 cômodos	03	7,32	12,20
4 cômodos	21	51,22	63,42
5 cômodos	10	24,39	87,81
6 cômodos	04	9,75	97,56
7 cômodos	01	2,44	100
TOTAL	41	100	100

* Banheiros não foram considerados como cômodos

Essa individualidade é expressada de várias maneiras e uma delas são as modificações nas suas próprias casas. A uniformidade das casas populares, a princípio, sugere uma noção de comunidade, de tudo ser comum, igual. Entretanto, a diversidade está presente também na comunidade e cada um constrói a sua vida diferentemente, com seus interesses e de acordo com a sua história. A quantidade de pessoas por residência influencia o conforto e a privacidade de toda a família.

A média de pessoas por dormitório é de 2,12 pessoas. Essa média fornece uma noção de como moram as pessoas desse Conjunto Habitacional. Durante a pesquisa, encontrou-se famílias com até 17 pessoas, dividindo um espaço de quatro cômodos em péssimas condições de moradia, com três agravantes: filhas adolescentes já mães, que precisaram cindir, prematuramente, a vida de criança da adulta; o segundo é o problema das drogas e o terceiro é o desemprego do adulto obrigando o adolescente a trabalhar. Mesmo o adulto trabalhando, a renda não é suficiente para sustentar toda a família, então, é exigido do adolescente uma responsabilidade na manutenção dos outros. De 20 adolescentes entre a faixa etária de 11 a 16 anos, 20% já trabalham.

TABELA 5:

Faixa etária dos moradores do Conjunto Habitacional Jardim Palma

(Crianças e Adolescentes)

Quantidade de crianças e adolescentes por idade	Frequência Absoluta	Frequência relativa (%)	Frequência relativa acumulada
0 — 2	06	9,38	9,38
2 — 4	11	17,19	26,57
4 — 6	08	12,50	39,07
6 — 8	08	12,50	51,57
8 — 10	11	17,19	68,76
10 — 12	06	9,37	78,13
12 — 14	09	14,06	92,19
14 — 16	05	7,81	100
TOTAL	64	100	100

De 182 pessoas, as crianças e os adolescentes representam 35,16%. A falta de atividades extra-escolares e também de um espaço de convivência, de lazer, de jogos, faz com que as crianças e jovens procurem outros lugares ou outros meios de ocupar o tempo. A questão das drogas no bairro é um problema que atinge tanto crianças, como jovens e adultos. Essa situação que ficou clara nas falas dos moradores nas perguntas *Utilizam a áreas de lazer do bairro?* e *O que acha do seu bairro?* do formulário (M), que serão apresentadas adiante.

Um dado polêmico e revelador é que o trabalho infantil é uma realidade no bairro, corroborando um problema paradoxal e estrutural em que, por um lado, a sobrevivência dentro de um sistema capitalista não quer dizer somente a superação das necessidades básicas, mas também estar sempre em busca da sonhada qualidade de vida e, por outro, a qualidade de vida é um composto de vários elementos e um deles é a infância saudável, que quer dizer o respeito às fases da criança, à sua educação, à sua alimentação, enfim, a sua vida deve ser protegida por toda a sociedade. Os meios para se melhorar as condições de vida são extremamente importantes e é o que fará com que essa qualidade seja realmente efetiva.

A população adulta predomina no bairro e dentre esta somente 9,32%, são idosos:

TABELA 6:

Faixa etária dos moradores do Conjunto Habitacional Jardim Palma

(Jovens, adultos e terceira idade)

Quantidade de pessoas por idade	Frequência Absoluta	Frequência relativa (%)	Frequência Relativa Acumulada
16 ____ 21	19	16,10	16,10
21 ____ 25	13	11,02	27,12
25 ____ 30	14	11,87	38,99
30 ____ 35	06	5,08	44,07
35 ____ 40	19	16,10	60,17
40 ____ 45	15	12,71	72,88
45 ____ 50	09	7,63	80,51
50 ____ 55	11	9,32	89,83
55 ____ 60	01	0,85	90,68

Quantidade de pessoas por idade (Continuação)	Frequência Absoluta	Frequência relativa (%)	Frequência Relativa Acumulada
60 — 65	07	5,93	96,61
65 — 70	03	2,54	99,15
70 — 75	01	0,85	100
TOTAL	118	100	100

O Conjunto Habitacional como um todo não oferece condições de lazer aos idosos. Durante a pesquisa, percebeu-se que alguns ficavam sentados na portão da própria casa, vendo o movimento da rua, sendo um centro de referências e de informação para todos os que ali passavam. A terceira idade, teoricamente, é o momento de desfrutar de tudo que se fez na mocidade, mas também de exclusão social. A mesma sociedade que divulga na mídia que o “trabalho é o passaporte para a felicidade” também causa o sentimento de ociosidade. Isso leva alguns a trabalharem mesmo já gozando da aposentadoria: 28,57% dos aposentados ainda trabalham. Para valorizar o idoso nessa sociedade, seria necessário um processo educativo, em que o respeito à sua vida, à sua experiência signifique a sua inclusão e nunca a sua exclusão.

A qualidade de vida pressupõe uma vida longa e saudável. No Conjunto Habitacional Jardim Palma, observou-se que a porcentagem da mortalidade infantil é expressiva: de 130 crianças que nasceram vivas (considerando todos os filhos, inclusive os já casados) 8,46% não sobreviveram, contribuindo para a diminuição da taxa de “esperança de vida ao nascer”.

Quanto à saúde, do total de 41 entrevistados, 73,17% disseram que ninguém na família possui problemas de saúde grave. Os 26,83% citaram que na família os problemas são: pressão alta, colesterol, osteoporose, bronquite, diabetes, doenças mentais, problema de coração, úlcera, labirintite e tuberculose. Algumas dessas doenças indicam uma forma de condição de vida dessas pessoas em que o trabalho excessivo, a má alimentação, a falta de exercício físico contribuem para a diminuição gradativa da sua qualidade de vida.

A maioria das pessoas recorrem ao atendimento público de saúde. As pessoas que pagam o convênio significam 24,39% dos entrevistados. Dessas, algumas procuram o atendimento público quando o convênio não cobre alguns tipos de exames e/ou cirurgias.

TABELA 7:

Atendimento de saúde dos moradores do Conjunto Habitacional Jardim Palma

Tipo de atendimento de saúde	Freq. Absoluta	Freq. Relativa	Avaliação dos moradores quanto ao atendimento	Freq. Absoluta
Atendimento público	30	73,17	Excelente	1
			Ótimo	2
			Sem reclamação	3
			Não tem o que reclamar apesar	1
			Bom	6
			Bom com restrição	1
			Regular/razoável	3
			Ruim	2
			Não está bom, demora	2
			Não responderam	9
Atendimento por convênio médico	10	24,39	Regular	2
			Satisfatório, poderia ser melhor	1
			Muito bom	1
			Bom	1
			Não é bom	1
			Não responderam	4
Atendimento particular	1	2,44	Bom	1
TOTAL	41	100		41

Nota-se que, apesar de algumas restrições, de forma geral, as pessoas que utilizam o atendimento público estão satisfeitas. Ademais, é a única alternativa que possuem.

No que se refere ao atendimento do Programa de Saúde da Família, 73,17% dos entrevistados utilizam o Programa. Quanto ao motivo da utilização e a avaliação do atendimento apontaram:

TABELA 8:**Avaliação e motivo da utilização do Programa de Saúde da Família (PSF)**

Motivo/Avaliação das pessoas que utilizam o PSF	Frequência Absoluta	Frequência relativa (%)
Acompanhamento de rotina	1	3,33
Não tem convênio	5	16,68
Doenças esporádicas	1	3,33
Não tem condição econômicas	1	3,33
O médico visita	1	3,33
É perto e foi bem atendida	2	6,68
Bem atendido	4	13,33
Bom	8	26,67
Bom atendimento	1	3,33
Atendimento razoável	1	3,33
Demora para fazer as visitas	3	10
Falta de vaga	1	3,33
Precisa de mais médicos	1	3,33
TOTAL	30	100

Ressalta-se que 20,01% das pessoas que utilizam o PSF, sinalizam que não têm condições para ter um convênio ou pagar uma consulta, portanto, é por esse motivo que procuram esse atendimento. A insatisfação quanto a demora no atendimento equivale a 16,66% dos usuários, que reclamam da falta de médicos e de vagas.

Das 107 pessoas do Conjunto Habitacional Jardim Palma que estão em idade de trabalho, 77,57 % exercem alguma atividade e 1,87% estão afastados por problemas de saúde.

TABELA 9:**Situação de trabalho e de vínculo empregatício dos moradores do Conjunto****Habitacional Jardim Palma**

Situação de trabalho e de vínculo empregatício	Frequência Absoluta	Frequência a relativa (%) por setor	Frequência a relativa (%) Total
Registro em carteira de trabalho	44	41,12	36,07
Sem registro em carteira de trabalho	21	19,63	17,21
Autônomo	15	14,02	12,29

Situação de trabalho e de vínculo empregatício (Continuação)	Frequência Absoluta		Frequência a relativa (%) por setor	Frequência a relativa (%) Total
Dono próprio negócio	03		2,80	2,46
Desempregado	05		4,67	4,10
Trabalho em casa (do lar)	17		15,89	13,93
Afastado do trabalho	02		1,87	1,64
Subtotal (setor 1)	107	107	-	0
Aposentado	05		45,45	4,10
Aposentado e trabalhando sem registro	02		18,18	1,64
Idosos sem renda	04		36,37	3,28
Subtotal (setor 2)	11	118	-	0
Adolescentes que trabalham sem registro	04		100	3,28
Subtotal (setor 3)	04	122	100	0
TOTAL	122	122	-	100

Apesar de 37,28% dos moradores adultos trabalharem com carteira registrada, conforme tabela acima, são vários os fatores que levam as pessoas a trabalharem sem registro ou por contrato: primeiro, por precisarem do trabalho para manter a família e não terem condições de escolha; segundo, pelas mudanças de ordem econômica, refletidas nas políticas nacionais, que partem para tendência à flexibilização dos direitos trabalhistas, que no discurso de aumentar os empregos, efetuam contratos temporários ou mesmo fazem um “acordo” com o trabalhador em que tanto o empregador quanto o empregado, não pagam os impostos provenientes da mão de obra e, conseqüentemente, ambos recebem mais. São 23 moradores adultos que se encontram nessas condições, cerca de 19,49%.

A falta de emprego continua sendo um problema que, além de influenciar na situação econômica das pessoas, é também um problema social. A vergonha de ser excluído limita, tanto quanto as dificuldades financeiras decorrentes do desemprego, pois causam um sentimento de incapacidade diante da “roda viva” do mercado. No Conjunto Habitacional, 4,67% dos moradores entre a faixa etária de 16 a 59 anos encontravam-se desempregados na data da pesquisa. Quantitativamente, essa porcentagem parece pouca em relação ao número de pessoas empregadas, mas esta situação fragiliza tanto a sua sobrevivência, quanto a sua

liberdade.

Dos trabalhadores, 65,12% recebem salários de até 3 mínimos, ou seja, de R\$ 201,00 até R\$ 600,00, sendo que 19,77% sobrevivem com até R\$ 200,00 por mês.

TABELA 10:

Renda dos moradores do Conjunto Habitacional Jardim Palma

Renda* em Salários Mínimos** (mês)	Frequência Absoluta	Frequência relativa (%)	Aposentados/ pensionistas Freq. Absoluta		Frequência relativa (%)	
			Não trab. A	Trab B	A	B
0 — 1	17	19,77	06	0	85,71	0
1 — 3	56	65,12	0	01	0	50
3 — 5	08	9,30	01	01	14,29	50
5 — 7	03	3,49	0	0	0	0
7 — 9	01	1,16	0	0	0	0
Não informou	01	1,16	0	0	0	0
TOTAL	86	100	07	02	100	100

* Estão incluídos os adolescentes e aposentados que trabalham e possuem uma renda. O adolescente que trabalha sem receber nenhuma renda não foi mencionado nesta tabela.

**O salário mínimo na data da pesquisa (15 e 16/11/2003) era de R\$ 200,00

Recebendo 1 salário mínimo por mês, essas pessoas simplesmente sobrevivem. Somente 1,16% recebem de 8 a 9 salários, mas, dependendo da quantidade de pessoas dependentes, esse salário torna-se insuficiente até para a manutenção da casa.

O setor de calçados ainda é o que mais emprega trabalhadores no bairro. Dos 96 trabalhadores 46,88% estão ligados direta e indiretamente com a produção de calçados. O comércio emprega 10,42% e 4,55% são servidores municipais. Os 38,53% restantes são provenientes de prestação de serviços em geral (autônomos), construções civis, empresa de transporte coletivo e área de saúde particular.

Em relação à carga horária de trabalho dos moradores do Conjunto Habitacional, pode-se observar que a maioria dos trabalhadores dedicam até 8 horas por dia ao trabalho,

cerca de 75,01%, apesar de 19,31% trabalharem entre 10 e 12 horas.

TABELA 11:

Carga horária de trabalho dos moradores do Conjunto Habitacional Jardim Palma

Carga horária diária de trabalho	Quantidade de moradores (Frequência absoluta)	Frequência relativa (%)	Frequência relativa Acumulada
2 horas	01	1,14	1,14
4 horas	03	3,41	4,55
6 horas	11	12,5	17,05
7 horas	03	3,41	20,46
8 horas	48	54,55	75,01
9 horas	05	5,68	80,69
10 horas	08	9,09	89,78
11 horas	05	5,68	95,46
12 horas	04	4,54	100
TOTAL	88	100	100

O trabalho excessivo, além de prejudicar a saúde do trabalhador, contribui para a sua ausência na vida cotidiana da família. O lazer fica sempre relegado e o excessivo número de horas trabalhadas também dificulta para o trabalhador o acesso aos estudos e mesmo ao aperfeiçoamento do seu próprio trabalho.

A educação e a qualificação profissional são quesitos básicos para qualquer emprego. Esses criam oportunidades e a liberdade de escolher o emprego, atentando para os seus benefícios. O melhor emprego é aquele que combina a atividade desejada com bom salário (suficiente para manter as despesas mensais e para planejamento do futuro), com benefícios, mais tempo de trabalho que dê condições de estudo e de lazer, e as condições de trabalho (estabilidade, administração democrática, possibilidade de relacionamento social, higiene, autonomia, espaço para pensar e criar). Nem sempre encontra-se todos esses itens no mesmo lugar de trabalho. A liberdade de procurar outro emprego que melhor satisfaça os seus desejos é maior quando outras liberdades são possíveis, como a social, a política, que incluem

a educação como ponto de partida.

TABELA 12:

Escolaridade dos moradores do Conjunto Habitacional Jardim Palma

Escolaridade	Frequência Absoluta	Frequência relativa (%)	Frequência relativa acumulada
Crianças que ainda não estudam	20	10,99	10,99
Creche	0	0	10,99
Pré-escola	7	3,85	14,84
Ensino fundamental	110	60,44	75,28
Ensino médio	39	21,43	96,71
Superior	4	2,19	98,90
Semi-alfabetizados	2	1,10	100
TOTAL	182	100	100

TABELA 13:

Escolaridade das pessoas que pararam de estudar

(Conjunto Habitacional Jardim Palma)

Escolaridade	Frequência Absoluta	Frequência relativa (%)	Frequência relativa acumulada
Ensino fundamental incompleto	63	56,76	56,76
Ensino fundamental completo	20	18,02	74,78
Ensino médio incompleto	09	8,11	82,89
Ensino médio completo	15	13,51	96,40
Superior incompleto	0	0	0
Superior completo	04	3,60	100
TOTAL	111	100	100

Em um total de 111 pessoas que param de estudar, 30,63% são pessoas de 25 anos ou mais que estudaram até a quarta série do ensino fundamental. Referente à mesma faixa etária, 50,45 % estudaram até a oitava série do ensino fundamental e 4,50% estudaram até o ensino superior. Os moradores que pararam de estudar representam 68,52% em relação aos que ainda estudam e os semi-alfabetizados compreendem 1,23%. Observa-se que a quantidade de pessoas que estudaram até a oitava série é significativa em relação as demais. São poucas as

peessoas que conseguiram terminar o ensino fundamental, cerca de 18,02%. O ensino superior ainda tem a característica de seletividade, pois somente 3,60% dos moradores conseguiram fazer uma faculdade.

Sobre o lazer, percebe-se que as pessoas, ao reclamarem que o bairro não tem nada, indiretamente cobram de certa forma alguma atividade para o bairro, ou mesmo que se tenha uma área de lazer. Diante da pergunta: *o que você e sua família fazem nas horas que não estão trabalhando?* os entrevistados responderam:

QUADRO 6:

Lazer dos moradores no Conjunto Habitacional Jardim Palma

Morador	Respostas
01	No Palma não tem nada para fazer.
04	Ficam em casa.
11	Fica em casa dormindo e mais nada.
14	Ficam em casa.
16	Ficam em casa.
17	Nada, ficam em casa
28	Fica em casa.
35	Descansa, não faz nada de lazer.

Para os moradores, ficar em casa é uma forma de descanso, além de ser também o momento de ficar com a família, de receber os amigos, de ser visitado pelos parentes. Mas é, por um outro lado, uma forma de expressar que o bairro é desprovido de áreas de lazer e também de atividades esportivas e atrativos. Na própria residência também encontram uma forma de lazer que é a televisão.

QUADRO 7:

A televisão como lazer dos moradores no Conjunto Habitacional Jardim Palma

Morador	Respostas
02	Fica em casa vendo TV, ou visita parente.
08	Fica em casa vendo televisão.
18	Ir para a chácara do pai ou ver TV.
26	Vê TV, passeia na cidade.
33	Assistir TV.
40	Vê TV, costura sapato.
41	Quase não tem tempo, vê TV.

Em muitas respostas pode-se notar que a televisão é tida como um lazer de final de semana, já que, segundo os moradores, não se tem nada para fazer, portanto ficam em casa. Dos 41 entrevistados, 17,07% mencionaram a televisão.

Os campos de futebol do bairro, quando chove, ficam alagados impossibilitando qualquer atividade no local. Uma pessoa (Morador 15, 15/11/2002, entrevista), respondeu que pratica futebol no campo de terra do bairro, nas horas que não está trabalhando. Mas, verificando as respostas da pergunta: *Faz algum esporte? Onde?* do formulário, os moradores que gostam, fazem esporte em outros lugares da cidade. Somente 9,76% praticam algum tipo de esporte no bairro.

Alguns moradores informaram que quando saem de casa, preferem visitar os parentes, vão ao clube ou têm outro tipo de lazer:

QUADRO 8:**Visita aos parentes e passeio como forma de lazer dos moradores do Conjunto****Habitacional Jardim Palma.**

Morador	Respostas
06	Fica em casa ou frequenta o Clube do SESI
07	Visita os parentes e às vezes vai ao SESI.
09	Passeia na casa dos filhos.
13	Ficam em casa ou vão passear.
20	Vão à Rifaina na casa da avó e da sogra.
21	Vai à na casa do outro filho
23	Fica em casa, vai ao shopping, cinema, pesque e pague.
25	Vai à casa de parentes.
24	Vai ao clube ou viaja.
30	Passeia, vai ao clube e na casa dos parentes.
34	Ir ao rancho e comer pizza.
03	Divertir ..., não sabe de que forma... cuida da casa.
12	Ficam em casa, cuida dos filhos e nada mais.
38	Brinca com os filhos.

Para alguns, cuidar da casa e dos filhos não é considerado um trabalho, mas um lazer. O tempo livre em casa permite que o morador zeze pelo que é dele, o que conseguiu com o fruto do seu trabalho. Em casa, o resultado da sua mão-de-obra é sua e da família. O tempo dispensado aos filhos, permite de certa forma, estarem mais próximos deles, tentando recuperar os momentos ausentes.

Quando não visitam os parentes, alguns têm como diversão ou lazer frequentar a igreja, não especificaram a religião, mas, no bairro, existem igrejas Católicas, Batistas, Assembléia, Kardecistas, entre outras. A igreja também é um ponto de encontro, de objetivos comuns, de partilhar os momentos difíceis, de buscar soluções divinas para os problemas.

QUADRO 9:**A igreja como forma de lazer no Conjunto Habitacional Jardim Palma**

Morador	Respostas
19	Vai à igreja e os filhos vão namorar.
21	Vai à igreja
27	“Gosto de ler a bíblia.

Para alguns, principalmente os idosos, sentar à calçada da própria casa, olhar a rua, entreter observando a rotina do lugar, tornou-se um passatempo, um lazer de final de semana ou horas vagas. Conhecem todo o movimento da rua, conversam com os vizinhos, sabem da vida de todos, estabelecem um laço de amizade com os moradores. Diferentemente dos que trabalham o dia inteiro, que mal sabem quem mora do lado de sua residência.

QUADRO 10:**A rua como um espaço de entreterimento**

Morador	Respostas
22	Fica sentada na calçada, não tem nada para fazer.
25	Senta à calçada, vai à casa dos parentes.
32	Olhar para a rua.
36	Crochê, lê, sentada na rua.
37	Senta na rua.

É no espaço da rua, no espaço público, que as pessoas, ao identificarem seus problemas, têm maior possibilidade de articulação política, pois conhecem a vida de cada um e sabem qual pessoa é mais engajada que outra. O morador passa a ser uma referência do lugar, qualquer problema que aconteça, esse poderá fornecer as informações.

O excesso de trabalho ou as atividades da casa, para muitos, toma todo o tempo livre e o tempo para o lazer nunca é planejado.

QUADRO 11:**Não prioridade do lazer no Conjunto Habitacional Jardim Palma**

Morador	Respostas
29	Não tem hora de lazer, raramente vai dançar.
39	Só trabalha, os filhos passeiam.

Somente a Moradora 31 (15/11/2002, entrevista) disse que gosta de escrever nas horas vagas. O curioso é que ela estudou até a 2ª série do ensino fundamental e na sua entrevista disse que escreve carta para o prefeito e para a emissora de rádio denunciando os problemas do bairro. Fala com uma certa raiva: “O bairro Jardim Palma não está no mapa da Prefeitura”. Mas sua ação é isolada, reclama sozinha, escreve sozinha. A participação dos moradores nas soluções dos problemas do bairro é extremamente importante para que se tornem fortes as reivindicações. As reclamações isoladas dão um caráter de interesse particular, perante os órgãos públicos, e não de toda uma coletividade.

No item do formulário (M) *Você ou alguém da sua família participa de alguma atividade política ou social no bairro? Qual?*, de 182 pessoas somente 5 participam, ou seja, 4,40%, incluindo também as atividades religiosas.

Em relação à participação no Centro Comunitário do bairro, 1 pessoa (Morador 25, 15/11/2002, entrevista) disse que participou como diretor, mas disse que saiu porque não adiantava participar, pois é difícil compreender as pessoas. Disse isso em relação aos outros componentes da diretoria. Apenas o Morador (37) disse que participa quando tem.

As outras afirmaram que não por vários motivos:

QUADRO 12:**Os moradores desconhecem a existência do Centro Comunitário, das reuniões e da sua finalidade**

Morador	Respostas
01	“Não aqui não tem nada”.
03	É meio desligado. Falta conhecimento das reuniões.
04	Não. Não sabe para que serve.
10	Não tem tempo. Não sabe como funciona.
16	Não. Falta de tempo. Não sabe Quando tem reunião.
17	Não. Não sabe nem se tem reunião.
26	Não sabia que existia. “O presidente não aceita opinião”.
33	“Não tem. Não sabe”.

O desconhecimento da existência de um Centro Comunitário no bairro ou o fato de esperar que seja convidado para participar das reuniões indica uma falta de interesse por parte destes moradores em utilizar o espaço como um meio de buscar melhorias para o próprio local de moradia e para aquelas pessoas que ali residem. Permite que somente um grupo de pessoas resolva sozinhas os problemas de uma coletividade, apostando na competência dos mesmos para esse fim. Isso vem contrapor um princípio democrático que é a participação social. Nenhum Centro Comunitário contribuirá para amenizar os problemas de uma localidade sem saber ao certo que tipo de dificuldades os moradores têm.

O Centro Comunitário é um espaço de todos os moradores, portanto, eles necessitam de um convite formal para participar das reuniões, pois essas devem ser abertas.

QUADRO 13:**Não participação no Centro Comunitário**

Morador	Respostas
02	Não. Quando o convidam para a reunião vai.
09	Não. É mais fechado do que aberto.
21	Nunca foi convidado.
36	Nunca deu certo de ser convidado para uma reunião.
39	Não. Está acomodado.

A falta de tempo, segundo os moradores, é um dificultador da participação nas reuniões ou, então, uma resposta à falta de interesse pela participação social, o que muitas vezes se dá pelo fato da pessoa não conhecer os objetivos do Centro Comunitário e a importância da sua contribuição para a solução dos problemas do bairro.

QUADRO 14:

A falta de tempo como dificultador de participação social

Morador	Respostas
05	Falta de tempo.
14	Não tem interesse. Tempo. Não gosta.
19	Não. Não tem tempo. Não ganha nada com isso.
24	Não. Porque não tem tempo. Quase não está em casa.
27	Não. Porque nos horários que marcam, está trabalhando.
28	Não porque não gosta.
35	Não gosta
38	Não porque não dá tempo.
40	Não tem tempo.
41	Não por causa do trabalho, chega cansado.

O não envolvimento com as questões do bairro é demonstrado também pelos entrevistados que afirmam que não gostam de participar. Ou seja, não tem uma cultura de participação, não querem se preocupar com nenhum tipo de vínculo com uma organização popular, pois, querendo ou não, isso demanda trabalho. Salienta-se que o resultado disso não será benefício somente de uns, mas de todos.

O descrédito dos moradores em relação à organização comunitária é visível nas suas falas:

QUADRO 15:**Descrédito dos moradores em relação ao Centro Comunitário**

Morador	Respostas
11	Não vira nada as reivindicações.
23	O Centro não faz nada, fica envolvido só com campo de malha.
25	Não. “Saiu porque não adiantava. É difícil compreender as pessoas”.
26	Não sabia que existia. “O presidente não aceita opinião”.
30	“Não, porque o Centro Comunitário perdeu a finalidade que é discutir os problemas do bairro e hoje está difícil resgatar”.
32	“Não tem reunião de bairro, antes participava, era da Prefeitura”.
31	Não. Prefere ficar escrevendo as mensagens.
34	O marido participou, saiu porque não achava algumas coisas certas e as pessoas não aceitavam que ele falasse.

O descontentamento com a forma da diretoria trabalhar no bairro indica uma organização não democrática, de difícil compreensão para os moradores sem noção de prioridades no bairro, pois não se aceita opiniões nem dos próprios diretores. A diretoria não informa os moradores dos dias das reuniões, dando um aspecto de reunião fechada.

O Morador 22 expressou o quanto se sente impotente em relação à melhoria de vida do bairro por ser pobre: “Não tenho muito poder para fazer nada. Pobre não tem muito poder mesmo” (15/11/2002, entrevista). Por isso, não participa de nenhum movimento popular. O descrédito dos moradores não está somente na ação do Centro Comunitário, está também na própria pessoa, existe uma baixa auto-estima ou um certo sentimento de inferioridade em relação às outras pessoas.

Pelo fato do Centro Comunitário se localizar ao lado da Igreja Católica, muitos não sabem separar as finalidades, principalmente os de religiões diferentes. Existe um grande problema, que é a possibilidade do espaço do Centro Comunitário ser uma extensão da igreja, pois a diretoria é composta por religiosos católicos, podendo limitar esse espaço de expressões diversificadas.

Quando ao envolvimento político partidário, 4,88% dos entrevistados declararam ser filiados ao Partido dos Trabalhadores. Essa pergunta causou um certo constrangimento por

parte dos moradores que entendem que “participar de política” é não ser honesto. Respondiam com um *não* muito convicto. É uma pena a política ter culpa na criação desse estigma, pois participar das políticas do município significa se preocupar com uma vida melhor.

Para resolver os problemas do Conjunto Habitacional, os moradores vão à Prefeitura; outros reclamam nas emissoras de rádio; quando é problema com a prestação da casa, reclamam na Caixa Econômica Federal; procuram vereadores. Somente 7,32% dos entrevistados disseram que encaminham os problemas para o Centro Comunitário. Percebe-se que as ações são individualizadas, resolvendo o seu próprio problema já está bom. Os que procuram o Centro Comunitário, esperam que esse resolva sozinho o seu problema.

Na pergunta: *O que acha do seu bairro?*, do formulário (M), 24,39% das pessoas apresentaram respostas positivas em relação ao bairro:

QUADRO 16:

Avaliação positiva dos moradores em relação ao bairro

Morador	Respostas
6	“Muito tranqüilo, bem situado o comércio, transporte razoável.”
10	“Eu gosto. Tem muito bairro bom em Franca, mas prefiro este, calmo para morar e perto do trabalho.”
14	“Bom.”
18	“Para mim é uma beleza, de casa para o trabalho e vise-versa. Nada que contraria.”
22	“Gosto, é calmo, nunca entraram na casa” Falou referindo a ladrão.
28	“Bom.”
35	“Gosto, calmo, não tem briga.”
36	“Gosto dos moradores, pessoas muito amigas, ar puro.”
38	“Bom tranqüilo. Pouco assalto.”
40	“Adoro, calmo, não tem violência.”

Observa-se que as repostas positivas são, em muitos casos, devido à localização da residência. Os moradores das ruas que mais concentram problemas com a vizinhança e o declive, apontaram outro tipo de avaliação. As pessoas que trabalham fora do bairro, têm pouco contato com as dificuldades apontadas pela população, também fizeram uma análise

positiva.

Ficou evidente que apesar das pessoas valorizarem o seu espaço de moradia, muitas não estão satisfeitas com o bairro:

QUADRO 17:

Avaliação positiva, mas com restrições, dos moradores em relação ao bairro

Morador	Respostas
2	“Bom porque não tem violência, e ruim porque não tem praça, nenhuma atividade para as crianças. Só tem maconheiro, de dia e de noite.”
9	“O bairro é bom, falta lazer principalmente, não tem nada aqui.”
13	“Bom por costume.”
16	“Bom, gosto do bairro”. Não se sente bem devido a falta de melhoria. “Problemas de asfalto, principalmente onde passam os ônibus, com buraco. Matagal.”
19	“Bom, é de pobre mas é bom.”
20	“Gosto porque acostumei. As pessoas que mexem com drogas não mexem comigo. Tem problema com os vizinhos.”
21	“Regular, porque tem violência, precisa de mais policiamento, molecada fazendo coisa errada, igual: drogas, briga e bagunça.”
23	“Não falo mal, o problema é a subida. Esta largado, o prefeito não dá manutenção, bueiro e lixo.”
27	“Melhorar, fazer escola, creche, praça.”
26	“Tinha que fazer praça, campo.”
29	“Gosto, lazer precisava, NUBEs, casas muito ruins.”
30	“Bom, tranquilo às vezes, alguns lugares tem foco de risco.”
32	“Ótimo bairro, mas não está tudo bom, gosto porque o único lugar que consegui ter uma casa e as contas vem no meu nome.”
34	“Bom, só que precisa de melhoria, fazer mais escola, mais posto de atendimento à saúde, acabar com o matagal.”
37	“Bom, ponto de ônibus perto, farmácia longe.”
39	“Gosto. Boa localização. Falta de cuidado. Falta UBS, praça, área de lazer. As pessoas ficam na rua.”
41	“Gosto, calmo, falta muita coisa ainda, como: lazer, mais ônibus, mais benfeitorias.”

Nesse item, 41,46% dos moradores apresentaram variados problemas que dificultam a vida das pessoas, mas ao mesmo tempo, ressaltam que gostam do bairro e atribuem alguma qualidade. Percebe-se que ao conferir os adjetivos positivos ao bairro, valorizam seu espaço e, de acordo com a fala do Morador 32, esse é o único lugar que as

contas da casa vêm em seu nome.

QUADRO 18:

Opinião negativa dos moradores em relação ao Conjunto Habitacional Jardim Palma

Morador	Respostas
1	“Muito difícil, só subida, ponto de ônibus longe, devido a subida.” Reivindicou ônibus direito para o Janjão (Pronto Socorro de Referência).
3	“Problemas de desnível, enchente.” Entrou na justiça contra a Caixa Econômica Federal e a PROHAB, reclamando sobre o desnível de 40 cm em sua casa. Foi feito um acordo, mas até o momento não havia recebido o dinheiro R\$ 12.000,00. Também tem uma ação judicial por danos morais.
4	“Não tem nada. Falta praça, área de lazer, problemas com chuva e barrando.”
5	“Razoável, muito malandro, maconheiro e ladrãozinho. Costuma ter enchente devido o barranco e tem infiltração em casa.”
7	“Muito perigoso. Tem pessoas que mexem com drogas.”
8	“Não tem nada, fizeram nada, espaço tem, falta padaria, varejão, mercado, praça, escola.”
11	“Problemático por causa das chuvas e do barranco que descem com as águas.”
12	“Cheio de problemas. Com as chuvas, barrancos inundou a casa no ano passado. Não é apropriado morar. Problema com o barranco. Como fazer outro cômodo, se o barranco não oferece segurança. Não tem condições de investir.”
15	“Não gosto, não tem praça, lazer é esquecido, não tem nada.”
17	“É um buraco, só mora aqui por causa do gosto do marido. Porque aqui não tem nada, como farmácia, mercado, padaria, lotérica.”
24	“Péssimo, tem problemas de drogas, falta de planejamento familiar, bandidagem. Construções irregulares, enchente. Falta de planejamento do bairro”
25	“Não é bom, porque existe pessoas ruins. Preocupação com a vida dos outros – fofoca. Localização do bairro, estranhei muito quando mudei para cá.”
31	“Problema com ônibus, supermercado não tem, problemas de droga, tem amizade com os vizinhos.”
33	“Não gosto do bairro, é tudo longe, só tem morro.”

Os moradores insatisfeitos com o bairro somaram 34,15%. O problema com as drogas, com a inundação das casas em época de chuvas, a falta de comércio, equipamentos de lazer e escolas no bairro, parece ser as maiores preocupações. Um morador, sabendo de seus direitos, entrou na justiça em relação ao problema do alagamento e ganhou uma indenização da CEF. As ações individualistas são constantes, o problema é de todos e a ação deveria ser

coletiva. A consciência para o movimento social, no bairro, ainda é frágil, talvez devido ao pouco conhecimento dos direitos que a organização comunitária do local tem.

Mesmo o bairro apresentando tantos problemas, 26,83% dos moradores avalia como boa as suas condições de vida:

QUADRO 19:

Avaliação positiva dos moradores em relação as suas condições de vida

Morador	Respostas
9	“Boa.”
12	“Muito boa ... saúde.”
13	“Muito boa.”
16	“Controlada.”
18	“Muito bem, graças a Deus.”
19	“Graças a Deus é boa. Temos serviço.
22	“Tem o necessário para viver, não falta comida. É boa.”
24	“Boa, não fico no bairro”.
33	“Boa em todos os sentidos.”
35	“Vivemos bem, não passamos dificuldade.”
38	“Vivemos bem.”

Em relação às condições de vida, tendo o mínimo para viver já está garantida a sobrevivência então, para esses moradores, avaliam como boas as condições de vida. Atribuem à Deus a sua situação de vida, o trabalho e a saúde são considerados a base da qualidade de vida. Também avaliam como boas as condições de vida, o que se pressupõe que seja o motivo para os moradores não se organizarem enquanto reivindicantes, pois parece que está tudo bom para eles. Os que trabalham o dia todo não se preocupam com os problemas, pois eles não estão atrapalhando. Mais uma vez um indício de individualismo no comportamento dos moradores do Jardim Palma, traço comum na sociedade capitalista.

Os moradores que apresentaram alguma insatisfação em relação as suas condições de vida foram 31,71% dos entrevistados:

QUADRO 20:**Moradores que têm alguma insatisfação com a sua condição de vida**

Morador	Respostas
5	“Está boa, mas poderia estar melhor se não faltasse para reformas e melhorias.”
10	“Em vista do que já teve quando morava em Goiás está bom. Precisa melhorar mais.”
20	“Bem. Não é de luxo.”
21	“De regular para média.”
25	“Controlada, pois boa não é.” Tem muita dificuldade financeira. Não tem a casa arrumada.
26	“Razoável. Não é fácil viver de salário.”
28	“Razoável, por enquanto dá para pagar as contas.”
30	Por ser muito controlado, diz que avalia como boa, mas precisa muito, não tem ainda os direitos que necessita como a educação.
34	“É boa, não é ótima, porque conta as coisas direito para não faltar.”
36	“Razoável, não estou trabalhando, e o custo de vida é alto.”
37	“Apertado, vou levando.”
39	“Controlada, não é sossegada.”
41	“A gente é pobre e vive numa situação difícil, mas é boa.”

Percebe-se na fala dos moradores que a renda é insuficiente para se ter maior liberdade nas escolhas. O orçamento controlado, a falta de emprego, o custo de vida alto para um salário baixo força o morador desse Conjunto Habitacional a estabelecer o limite das suas condições de vida de acordo com sua renda, não permitindo avançar em outros itens também essenciais a vida humana, como o lazer , viagens, passeios, investimento na cultura (ouvir música, ir ao teatro, assistir a um filme).

A maioria de 41,46% dos entrevistados afirmaram que não possuem uma boa condição de vida:

QUADRO 21:**Moradores insatisfeitos com suas condições de vida**

Morador	Respostas
1	“Difícil, duas filhas desempregadas e um filho querendo casar.”
2	“Crianças ... só tem maconheiro de dia e de noite.” Sobrevive como pode no economicamente. Em relação ao bairro, disse que não tem nada de lazer.
3	“Bem baixa, pobre”
4	“Regular”
6	“Pouco razoável, deveria ter condições de ter oportunidade de trabalho ...”
7	“Média. Bairro afastado. Não pode deixar as crianças na rua. Dificuldades de transporte.”
8	“Média. Falta escola, UBS. Não tem nada ... farmácia.”
11	“Não vai melhorar. Não tem como avaliar. Dificuldade financeiras.”
14	“Regular. Falta lazer.”
15	“Ruim, não tem nada, é um túmulo”
17	“Regular... pobre.”
23	“Mais ou menos. Tudo está caro. Não tem condições financeiras.”
27	“Não tá boa. Falta dinheiro, não sei se como ou pago conta.”
29	“Dificuldade tem, igual a todos. Dificuldades com a casa.”
31	“Precária, tem falta de boa alimentação, não tem dinheiro para fazer varanda, tenho medo de cozinhar para o gás não acabar, não tenho uma verdura. A vida não está fácil.”
32	“Não tenho o que falar de bom, salário pouco, não tenho vídeo, não posso passear, não tenho carro. Não está boa, devo IPTU, não tenho dinheiro.”
40	Passam dificuldades financeiras.

As insatisfações são diversas, desde as questões do bairro até problemas particulares. Apresentaram as dificuldades financeiras como as maiores causadoras das más condições em que vivem, como má alimentação, falta de emprego, falta de bens, falta de equipamentos públicos e comércio. Apontam também problemas do bairro como lazer e transporte coletivo.

Apenas 17,07% dos entrevistados recebem algum tipo de assistência do poder público para auxiliar nas dificuldade financeiras e sociais: Bolsa Escola, Renda Mínima, Tíquete do Leite, Cesta Básica e Cesta de Verduras. Durante a pesquisa, algumas pessoas reclamaram que um programa está ligado a outro, portanto, se não participa de nenhum programa do governo, não pode, por exemplo, fazer o cadastro para receber o bônus na conta de luz. Portanto, afirmam que mesmo se a pessoa não tem interesse no programa, precisa

cadastrar-se para utilizar outro de seu interesse.

A situação financeira de mais da metade dos moradores é baixa e as condições de moradia no bairro, segundo os moradores, não é boa. No entanto, também é reduzido o interesse das pessoas em se organizar e buscar alguma melhoria, pelo menos nas questões do bairro. A organização comunitária tem um papel fundamental para a melhoria das condições de vida dos moradores, mas sem a participação social dos outros moradores, o trabalho se limita.

A nova diretoria do Centro Comunitário do Jardim Palma foi constituída em meados do ano 2001 pelo voto dos moradores e atende todos os bairros próximos ao Jardim Palma que não possuem Centro Comunitário nem Associação de Moradores.

Os assistentes sociais do PRODEC iniciaram suas atividades logo após a eleição da diretoria, portanto, não tiveram a oportunidade de participarem de todo o processo.

Os moradores do Conjunto Habitacional tinham depositado em uma conta na Caixa Econômica Federal cerca de R\$ 11.000,00 e não sabiam que esse dinheiro era deles e deveria retornar à comunidade, como um bem comum. Ou melhor, esse dinheiro deveria ser utilizado de forma a atender a toda a comunidade. Na assembléia geral, os moradores votaram as prioridades que foram: terminar o salão do Centro Comunitário e fazer uma horta comunitária. Essas foram as mais votadas dentro das condições financeiras que tinham, mas outros problemas, naquele momento, já foram levantados, como: o problema do córrego que inunda as casas, a falta de áreas de lazer e a falta de equipamentos e serviços públicos.

Na assembléia, com o auxílio dos assistentes sociais, duas comissões foram formadas: uma de Projetos Sociais e outra de Assuntos Comunitários. A de projetos sociais elaborou o projeto da Sopa Educativa, o projeto Esportivo para Crianças e Adolescentes e o projeto da Horta Comunitária. Os três projetos estavam interligados: a horta comunitária forneceria alimentos para a Sopa Educativa que, além de fornecer a sopa, também seria um

espaço de convivência, aprendizado e de geração de renda. As pessoas que participavam da sopa podiam também fazer cursos de culinária e de confeitaria. Os filhos destas, juntamente com outras crianças do bairro, podiam praticar esportes em períodos extra-escolares, com um professor que seria cedido pela Prefeitura, ou alguém do bairro que tivesse conhecimento e disponibilidade para o trabalho. As crianças e os adolescentes, com o acompanhamento social, participariam da horta comunitária, paralelamente às atividades esportivas e teriam um momento educativo para aprenderem o valor dos alimentos e como cuidar dos mesmos, contribuindo para a boa alimentação e utilizando desse espaço para falar do cuidado do outro e com si próprio, discutindo assim problemas como o uso de drogas que no bairro é alta entre este público.

A comissão de Assuntos Comunitários integrou-se à diretoria do Centro Comunitário. Durante três meses, as pessoas se reuniram uma vez por semana para discutir os problemas e as possíveis formas de solucioná-los, mas pelos motivos apresentados anteriormente neste mesmo capítulo, as pessoas foram desistindo de participar. Inclusive a diretoria, que foi composta de doze pessoas, aos poucos foi abandonando o trabalho e o cargo. Segundo o diretor (J), somente dois diretores permaneceram na diretoria e ele atribue a causa dos afastamentos à falta de interesse no Centro Comunitário:

(...) até mesmo os diretores do Centro Comunitário parece que não se interessam pelo Centro Comunitário. Não sei se eles não entendem muito bem o que é um centro comunitário, ou não interessam mesmo. (...) às vezes, mesmo, não interessa de ficar ajudando e a participação da diretoria deveria de sê mais fiel. (sic). (Diretor (J), 22/01/2002, entrevista).

O diretor (J) informou que deveria tomar uma decisão importante, que implicaria na substituição do diretor que se ausentasse a mais de três reuniões agendadas. Segundo o mesmo, até o momento nada fez, pois “eles não ajuda, mais não atrapalha também” (Diretor (J), 22/01/2002, entrevista).

O descontentamento dos moradores que já participaram do Centro Comunitário indicou que a forma de conduzir a direção não privilegiava uma liberdade na participação. Na

entrevista com os moradores, dois deles, que participaram como diretores do Centro Comunitário, informaram que: “Saiu porque não adiantava. É difícil compreender as pessoas” (Morador 25, 15/11/2002, entrevista). E sobre o outro, a esposa, moradora 34, afirmou que “o marido participou, saiu porque não achava algumas coisas certas e as pessoas não aceitavam que ele falasse”. (15/11/2002, entrevista).

Percebe-se que dentro da própria diretoria não existe a união, pois não há objetivos comuns. Assim, a participação da população do bairro acabou por se limitar em relação ao tipo de representatividade que tinha. O Morador 9 informou que o Centro Comunitário é mais fechado do que aberto, referindo-se a aceitação da participação de outras pessoas nas reuniões.

Sobre a ausência dos moradores do bairro nas decisões do Centro Comunitário, o diretor (J) afirmou que:

A representação do pessoal nas reuniões do Centro Comunitário é muito fraca, parece que o povo não tem muito conhecimento do que é um Centro Comunitário, agora a partir do ano 2001, que a gente começou a divulgar o que é um Centro Comunitário, o povo parece que tá se interessando mais. (22/01/2002, entrevista).

Logo depois falou sobre a participação da população nas decisões do bairro:

(...) a participação do pessoal é... nas coisas que vai fazer no bairro, eu acho que não tem. Teve uma vez, a gente chamou o pessoal para fazer essas decisões e foi na época que a PRODEC tava auxiliando nós no Centro Comunitário, para decidir o que fazer com o dinheiro que estava na Caixa. Foi a única vez que o pessoal participô e não teve um grande número (...). O pessoal lá não se interessa. (22/01/2002, entrevista).

Apesar do diretor dizer que há empenho em convidar a população a participar das reuniões do Centro Comunitário, a pesquisa com os moradores mostrou que a realidade da falta de participação popular não se alterou em relação a organização comunitária, conforme abordado anteriormente. Alguns moradores apontaram problemas no tipo de liderança do Centro Comunitário, como: “o presidente não aceita opinião” (Morador 26, 15/11/2002, entrevista), “o Centro Comunitário não faz nada, fica envolvido só com o campo de malha.”

(Morador 23, 15/11/2002, entrevista). E outros disseram que nunca foram convidados para participar das reuniões (Morador 21, 15/11/2002, entrevista).

O diretor (J) afirmou que convida a população e essa não tem interesse em participar:

(...) a gente convida o pessoal direto, é assim..., é pessoalmente às vezes, pra tá participando do Centro Comunitário, a gente chama, a gente encontra com os amigos, vai lá fazê uma visita pra nós, vai lá ajudá nós, então o pessoal não se interessa muito não, que sai do serviço, lá do trabalho a tarde, toma um banho e senta em frente a televisão e acaba o mundo, só! (22/01/2002, entrevista).

Sobre o motivo da falta de participação da população, o diretor (J) respondeu:

Ah, fica difícil essa pergunta viu, porque o pessoal... ah, eu acho que é falta de interesse mesmo, ou se falta coragem, falta de interesse, sei lá, fica difícil aí... porque a gente convida muita gente pra participá, junto com a gente decidindo as coisas, mas é complicado, às vezes quando vai, vai para pedir, pra reclamar (...). Na época da chuva aparece muita gente pra poder reclamá, porque aí ele tá sendo prejudicado, aqui ele tem que corrê atrás, mas faz uma festa e convida todo mundo pra comê carne e bebê chopes, pra vê se não enche lá de gente. Então é isso aí, falta interesse. (22/01/2002, entrevista).

Por esse motivo, os diretores precisam ter claro os objetivos e também um olhar crítico sobre os problemas comuns na intenção de identificá-los. É importante buscar parcerias e a participação da população, para tentar amenizar as dificuldades.

O papel representativo do Centro Comunitário e seu objetivo deverá permear todas as ações para não correr o risco da ação se tornar assistencialista, imediatista e focalizada. Na entrevista com o diretor (J), esse respondeu que:

A primeira parte, o objetivo do Centro Comunitário é fazer trabalho, cursos, escolinha infantil para tirar as crianças da rua e também melhorá o sistema de atendimento, tentá trazê bastante benefício pros moradores da nossa região.

(...) No momento a gente num tá trabalhando nada em conjunto, porque nós estamos iniciando, faz um ano que a gente tá no mandato, fazendo obra com o PRODEC da CEF, que está auxiliando nós no nosso trabalho e também nós tamos tentando fazer agora a escolinha infantil e a gente no próximo ano, nesse ano, a gente vai tentar vários levantamentos para poder dá segmento nos trabalhos nossos do Centro Comunitário e até a horta comunitária. (22/01/2002, entrevista).

Esses objetivos deverão estar claros e coerentes com a realidade dos moradores,

principalmente os que compõem a diretoria e devem buscar alcançar alguma melhoria na qualidade de vida dessa população. Ressalta-se a fala do Morador 30, que disse: “ o Centro Comunitário perdeu a finalidade que é discutir os problemas do bairro e hoje está difícil resgatar”. (15/11/2002, entrevista).

Sobre a qualidade de vida, o Diretor (J) comentou sobre a desigualdade que existem nas condições de vida das pessoas, demonstrando que umas sofrem mais que outras, mas que não se ajudam. Apontou, de certa forma, que a sobrevivência é individual:

Qualidade de vida (...), isso aí é difícil né? Cada um tem uma qualidade de vida, tem um que tem uma qualidade boa, média e outra tem ruim, que esse país nosso tá difícil de até mesmo tá avaliando esses termos de qualidade de vida, porque hoje tem... de altos e baixos, um sofre demais, outros passa bem de mais e ninguém quer ajudar ninguém e assim cada um pra si e Deus pra todos. (22/01/2002, entrevista).

A visão que o diretor (J) tem da qualidade de vida e sua consciência do individualismo demonstram a realidade da sociedade. Mas ele não comenta, ou não percebe, que a própria organização popular é uma resposta alternativa a essa questão.

Sobre a qualidade de vida dos moradores do Conjunto Habitacional Jardim Palma apresenta um certo otimismo e fala não só como diretor, mas também como morador:

Eu acredito que a qualidade de vida dos moradores do bairro Jardim Palma não é das pior não. Apesar que tem um lá, que sofre mais um pouquinho, mas não é tanto. Eu acho que lá é uma qualidade de vida até muito boa, um bairro muito bom, que não tem muito problema. É um bairro assim que eu acho na minha opinião excelente, sou morador lá e defendo ele, mas eu acho que lá é um bairro de boa qualidade.
(...) sem dúvida, trabalho um ano lá só pra melhorá o bairro. (Diretor (J), 22/01/2002, entrevista).

Ressalta-se que a realidade de cada rua do bairro é diferente da outra. Em uma rua os moradores se mostraram insatisfeitos com o bairro e, em outra, demonstraram que gostam do local. Portanto, os diretores do Centro Comunitário precisam ouvir os moradores de várias ruas, conhecer a realidade e o descontentamento de cada um para depois traçar os objetivos e planos. Atender as necessidades da maioria contribuirá para melhorar a qualidade de vida de

muitas pessoas e não somente de algumas.

Pelo fato de cada um ter uma qualidade de vida e almejar de forma diferente a sua ampliação, o Centro Comunitário tem importante papel na identificação das prioridades da população, podendo contribuir para melhorar as condições de vida do maior número de pessoas possível. As dificuldades são diversas, principalmente em relação ao setor público, mas é por isso que a organização foi idealizada, para representar a população e ser um mecanismo forte de reivindicações.

O problema da apatia dos moradores em relação à situação do bairro não encontra-se somente no Centro Comunitário. A própria condição de moradia, a disposição das casas em terrenos íngremes, dificultando a movimentação, as consequências do excessivo trabalho, o problema das drogas, o sentimento de inferioridade perante o poder público e a cultura do medo de envolvimento contribuem para que as pessoas “cultivem mais o lar que a rua, mais a privacidade que a associação”, e para não revelar a causa do comodismo, preferem atribuir a culpa a algo ou alguém.

Os moradores reclamam do Centro Comunitário, que por sua vez, reclama dos moradores. Durante a pesquisa, observou-se que, de certa forma, o Centro Comunitário não está cumprindo os objetivos que ele mesmo traçou, despertando indignação por parte de algumas pessoas do bairro e também uma desconfiança em relação às ações do Centro Comunitário. Isto porque, as mesmas, ainda não apresentou a prestação de contas ao bairro. Essa prestação é necessária porque a entidade recebe subvenção do poder público e realiza atividades que envolvem dinheiro. O diretor (J) informou que os moradores devem procurar a diretoria para saber, pois é de seu interesse:

(...) eu fiz um balanço do que já foi feita na festa, etc., os que for saber, a gente explica, como diz o ditado, não vô saí de casa em casa falando nós fizemo uma quermesse deu tanto sobrô tanto, etc. Cada um tem que correr atrás do seu próprio interesse, a pessoa que me pergunta, eu estava respondendo o que estava acontecendo, eu tenho tudo certinho se precisá, até a cópia eu dou.

Um balanço completo de 2001 ainda não foi feito, ainda não. A gente já tá

programando pra fazer até mesmo de 2002. (Diretor (J), 22/01/2002, entrevista).

Com o trabalho desenvolvido pelos assistentes sociais do PRODEC, os diretores tomaram conhecimento de como é importante fazer uma prestação de contas geral para os moradores por meio de assembléias e utilizar o momento para rever os objetivos, ouvir a população e esclarecer dúvidas. Esse contato aumentaria a transparência da gestão e, ao mesmo tempo, criaria uma credibilidade do povo em relação à diretoria.

Em relação a atuação do Serviço Social do PRODEC junto à diretoria do Centro Comunitário, o diretor (J) informou que:

(...) através desse programa do PRODEC e a verba que foi doada de cada um dos moradores ao longo do tempo e juntou ao montante, é que hoje está sendo realizada a obra, o término do Centro Comunitário, e a assistente social também foi muito importante, levou muitas coisas para a gente (...). (22/01/2002, entrevista).

Quando o diretor afirma que a assistente social levou muitas coisas para eles, refere-se ao conhecimento transmitido, aos cursos e às sugestões de organização e melhoria na administração da organização comunitária, principalmente em relação à participação das pessoas.

O trabalho do PRODEC encerrou em setembro de 2002, nos últimos seis meses somente um assistente social acompanhou as atividades. O salão do Centro Comunitário foi terminado e, além do previsto na construção, fez-se uma cozinha, uma varanda, e por persistência e responsabilidade do presidente do Centro Comunitário, fez-se um campo de malha.

O Projeto da Sopa Educativa começou a funcionar no local, que foi denominado como Casa da Sopa. Para sua viabilidade, formou-se várias equipes que se responsabilizam pela sopa todos os sábados. Os torneios de malha foram promovidos pelo presidente e o salão passou a ser alugado esporadicamente para festas do bairro. Os projetos Esportivos e da Horta

Comunitário foram previstos para começarem em 2003, apesar de já ter tido várias tentativas para iniciarem. A visão dos moradores em relação às atividades desenvolvidas pelo Centro Comunitário, começou a mudar, principalmente quando referem-se à Casa da Sopa.

A organização comunitária precisa se reestruturar, pois esse trabalho não é possível com poucas pessoas interessadas. O Centro Comunitário faz parte da comunidade e vice-versa. Ambos se complementam, não se opõem.

O Serviço Social contribuiu muito com todo o trabalho, mas os moradores precisam aprender a caminhar com suas “próprias pernas”, serem autônomos. E esse é um processo educativo que não foi possível concluir, pois cada comunidade tem seu ritmo, sua necessidade, sua especificidade e o tempo dispensado para o trabalho com os moradores foi extremamente curto, apesar dos assistentes sociais terem cumprido o objetivo da Caixa Econômica Federal, que era a aplicação do dinheiro e a elaboração e execução de projetos sociais.

Pode-se dizer que o trabalho social contribuiu com uma pequena parcela na melhoria da qualidade de vida dos moradores do Conjunto Habitacional Jardim Palma. O PRODEC terminou, mas o trabalho ainda não. Precisa-se fazer muito com e por esses moradores. Começando pelo incentivo à participação social, pois a mudança da realidade só acontece a partir da iniciativa dos próprios moradores.

CAPÍTULO 7

7.1 O Parque Residencial Santa Maria

O bairro Santa Maria em Franca nasceu de um projeto pouco comum na cidade, iniciado pelo Grupo Amazonas S/A, no intuito de solucionar o problema da habitação de boa parte de seus funcionários. As dificuldades em se conseguir financiamento por parte dos trabalhadores era um problema e, então, a empresa citada assumiu o papel de intermediária entre os trabalhadores e a Caixa Econômica Federal.

No final de 1987 e 1988, teve início a construção das casas do bairro e no mesmo período, o processo de inscrição e sorteio dos lotes. O plano de urbanização, entretanto, foi aprovado pela prefeitura anteriormente, em junho de 1986, o que fez surgir o loteamento popular oficialmente denominado “Parque Residencial Santa Maria”, de propriedade do Grupo Amazonas S/A. (PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCA/ SP, 1986).

Esse núcleo habitacional localiza-se entre o Bairro Santa Efigênia, ao norte, o Córrego Engenho Queimado, e ao sul, vizinho à Chácara São Paulo e do Núcleo Habitacional do Hospital Regional. Está situado na região oeste do município, com a distância aproximada de 8,5 Km do centro da cidade e 4 Km da Amazonas Artefatos de Borracha. (PEREZ, 1989, p. 13-14).

Segundo Perez (1989), o bairro foi constituído, no início, de 138 lotes, medindo cada um 160m² (8x20m²), sendo 50,58 m² de área construída. A casa, pequena, é composta por sala, copa-cozinha, dois quartos, banheiro e pequena varanda. Os cômodos são lajetados e apresentam simples acabamento. Em maio de 1992, foram entregues mais 105 casas no Residencial Santa Maria, totalizando um total de 243 residências e no mesmo dia foi confirmado o início do asfalto. (MANHÃ DE LAZER E SHOW ..., 15 mai. 1992).

De acordo com Perez (1989), esse processo de implantação e construção das casas evidencia uma ausência no acompanhamento e de informação por parte dos trabalhadores beneficiados, modelando a iniciativa estritamente dentro da ótica da empresa. O Grupo Amazonas S/A, exerce atividades industriais em Franca desde março de 1946, porém somente a partir de 1970 começou a pensar no problema habitacional de seus funcionários, período em que foi implantado o Serviço Social na empresa.

Dessa empreitada, surge um contraponto singular que instaura uma política diferenciada na relação com os trabalhadores, uma vez que o funcionário “se sente” mais próximo da empresa, propiciando indiretamente uma maior produtividade, ao mesmo tempo que diminui e estaciona o poder de reivindicação dos mesmos. Uma relação que perpassa os contratos, pautada por “lealdade e confiança”.

As 138 casas, segundo Perez (1989), comportavam funcionários da empresa, cuja média de idade era de 35 anos, sendo 125 funcionários homens e 15 mulheres. Desses, 70% eram casados, 27% solteiros e 03% amasiados ou separados. Todos os funcionários estavam ligados diretamente às atividades da empresa, passando da produção à administração, atingindo média salarial de até 4 salários mínimos da época.

O funcionário deveria preencher alguns pré-requisitos, como os de estar na empresa há mais de cinco anos, não possuir casa própria, comprovar a renda familiar exigida pela Caixa Econômica Federal e estar livre de problemas com o Banco Central. As prestações foram divididas em 25 anos, sendo reajustadas pela equivalência salarial. O valor das prestações representava a importância do imóvel e do terreno, que a empresa vendeu à CEF.

Quanto à infra-estrutura, foi entregue com água, esgoto e energia elétrica implantados pela Prefeitura (PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCA, 1986), apresentando espaços para futuras instalações de equipamentos comunitários para atender às necessidades de educação, cultura, saúde e lazer, porém, sem asfalto e linhas de transporte

coletivo.

É importante ressaltar que a implantação desse projeto ocorreu de “cima para baixo”, a empresa desde o início coordenou todo o processo, inibindo de certa forma a participação e a integração dos funcionários. Em certo sentido, isso ilustra um pouco a baixa participação e organização política dos moradores em relação ao bairro, pois muitos das reivindicações passavam antes pela empresa (como responsável tutelar dos moradores) e não pela esfera pública.

A empresa é vista como um “depósito de confiança”, os funcionários a vêem como boa e ótima. Delegam confiança à empresa por acreditarem na competência da mesma em lidar com assuntos mais burocráticos do projeto, uma vez que deixa saltar aos olhos de todos, a eficiência qualitativa de seus produtos e comandos. Assim, na maioria das vezes, os programas da empresa, inserido a título de benefício, entre eles o da habitação, é vista como “ajuda” aos funcionários para complementar o baixo salário, que muitos comentam. (PEREZ, p. 29-32)

No bairro, alguns problemas foram surgindo com o desenvolver do tempo, entre eles, a falta de comércio, asfalto e linhas de ônibus urbano, adicionado à ausência de telefones públicos e de policiamento.

De acordo com a pesquisa de Perez (1989), os moradores do Parque Residencial Santa Maria, logo em seu início, apresentavam algumas características, como: baixa escolaridade e sindicalização, Falta de envolvimento com partido político e com as atividades da cidade e, também, não freqüentavam nenhum tipo de associação.

7.1.1 Conhecendo os moradores do Conjunto Habitacional Santa Maria

A amostra aleatória foi de 25 residências, totalizando 99 pessoas, sendo somente

uma pessoa de cada casa entrevistada responde pela família. Optou-se por apresentar o resultado da pesquisa em tabelas e quadros para facilitar a compreensão e organização das informações.

QUADRO 22:

Perfil dos moradores entrevistados do Conjunto Habitacional Santa Maria

Morador	Sexo	Estado civil	Idade	Escolaridade	Ocupação
01	M	Casado	26	8ª série	Enjetor
02	F	Casada	45	Ensino médio	Aux. De enfermagem
03	M	Casado	40	Ensino médio	Almoxarife
04	F	Casada	36	8ª série incomp.	Do lar
05	F	Solteira	24	Ensino médio	Vendedora de roupas
06	F	Solteira	21	Ensino médio	Aux. de produção
07	F	Solteira	21	Ensino médio inc.	Doméstica
08	F	Casada	24	Ensino médio	Coladeira de peças
09	M	Casado	33	8ª série	Enjetor
10	F	Casada	46	Ensino fundamental	Aux. De enfermagem
11	M	Casado	39	5ª série	Marceneiro
12	F	Casada	66	1ª série	Do lar
13	F	Divorciada	54	4ª série	Doméstica
14	M	Casado	42	Ensino médio	Desempregado
15	M	Viúvo	52	Ensino fundamental	Motorista
16	F	Solteira	57	4ª série	Aposentada
17	M	Casado	29	Ensino médio	Borracheiro
18	F	Separada	33	7ª série	Faz bico
19	F	Casada	50	4ª série	Aux. de lavanderia
20	F	Casada	30	Ensino médio	Do lar
21	F	Casada	33	4ª série	Faxineira
22	M	Solteiro	16	Ensino médio	Fabricante de cintos
23	M	Casado	22	Ensino médio	Mecânico
24	F	Viúva	67	4ª série	Aposentada
25	M	Solteiro	24	Ensino médio	Desempregado

A maioria, 60% dos 25 moradores entrevistados no Conjunto Habitacional Santa Maria, são casados e 60% são mulheres.

TABELA 14:**Estado civil dos moradores do Parque Residencial Santa Maria**

Estado Civil	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Casado(a)	14	56
Companheiro(a)	1	4
Solteiro(a)	6	24
Viúvo(a)	2	8
Divorciado(a) ou separado(a) judicialmente	2	8
TOTAL	25	100

A média de pessoas por residência é de 3,96, sendo que 68% das residências possuem até 4 pessoas:

TABELA 15:**Quantidade de pessoas por residência no Parque Residencial Santa Maria**

Quantidade de pessoas por residência	Quantidade de residências	Frequência acumulada	Frequência relativa (%)	Frequência Relativa Acumulada
1 — 2	2	2	8	8
3 — 4	15	17	60	68
5 — 6	7	24	28	96
7 — 8	1	25	4	100
9 — 10	0	25	0	100
TOTAL	25	25	100	100

Interessante notar que casas com apenas 2 cômodos, referem-se a conjugação da cozinha com a sala e estas possuem somente um quarto.

Na tabela abaixo, percebe-se que 88% das 25 residências possuem de 4 a 8 cômodos, ou seja, 60% tiveram modificações nas suas estruturais iniciais, pois foram entregues com 4 cômodos.

TABELA 16:**Quantidade de cômodos por residência no Parque Residencial Santa Maria**

Quantidade de cômodos por residência	Frequência absoluta	Frequência relativa (%)	Frequência Relativa acumulada
1 cômodo	0	0	0
2 cômodos	1	4	4
3 cômodos	2	8	12
4 cômodos	7	28	40
5 cômodos	10	40	80
6 cômodos	3	12	92
7 cômodos	1	4	96
8 cômodos	1	4	100
TOTAL	25	100	100

* Banheiros não foram considerados como cômodos

As modificações nas fachadas das casas são determinantes da individualidade de cada um, igual ao que verificamos no Jardim Palma. Algumas casas permaneceram sem alterações, mas demonstram algum traço, o qual diferencia uma casa da outra, que serve de referência para identificação da residência, não somente pelo endereço.

A média de pessoas por dormitório é de 1,87, ou seja 2 pessoas, considerando que durante a pesquisa foram encontradas duas residências que possuem dormitórios vagos.

TABELA 17:**Faixa etária dos moradores do Parque Residencial Santa Maria****(crianças e adolescentes)**

Quantidade de crianças e adolescentes por idade	Frequência Absoluta	Frequência relativa (%)	Frequência relativa acumulada
0 — 2	5	17,24	17,27
2 — 4	4	13,79	31,03
4 — 6	2	6,90	37,93
6 — 8	6	20,69	58,62
8 — 10	6	20,69	79,31
10 — 12	1	3,45	82,76
12 — 14	4	13,79	96,55
14 — 16	1	3,45	100
TOTAL	29	100	100

As crianças e os adolescentes representam 29,29% do total de moradores do bairro. Em relação ao Jardim Palma, o número de crianças é menor.

De acordo com a tabela abaixo, 72,86% da população adulta encontra-se entre 16 e 45 anos, idade de maiores expectativas e atividade profissional, além de grande possibilidade de fertilidade, no caso feminino. Os idosos representam 5,71% dos moradores.

TABELA 18:

**Faixa etária dos moradores do Parque Residencial Santa Maria
(jovens, adultos e terceira idade)**

Quantidade de pessoas por idade	Frequência Absoluta	Frequência relativa (%)	Frequência Relativa Acumulada
16 ____ 21	8	11,43	11,43
21 ____ 25	9	12,85	24,28
25 ____ 30	10	14,29	38,57
30 ____ 35	7	10	48,57
35 ____ 40	10	14,29	62,86
40 ____ 45	7	10	72,86
45 ____ 50	7	10	82,86
50 ____ 55	7	10	92,86
55 ____ 60	1	1,43	94,29
60 ____ 65	0	0	94,29
65 ____ 70	3	4,28	98,57
70 ____ 75	1	1,43	100
TOTAL	70	100	100

No Conjunto Habitacional foram planejadas duas áreas de lazer: uma praça com árvores, mesas, bancos de cimento e campo de areia e um campo de futebol. A praça, pela falta de manutenção, encontra-se cheia de mato, as mesas e os bancos quebrados. No campo de areia falta a areia e, o de futebol, não está gramado e nem com telas de proteção, causando problemas aos moradores próximos. O campo de futebol é muito utilizado pelos moradores que fazem torneios periodicamente, mas a falta de um vestiário já despertou a indignação dos moradores, pois os jogadores trocavam de roupa em público. Dos 25 entrevistados somente

16% utilizam das áreas de lazer do bairro. Apesar da má conservação, o espaço existe e os moradores têm intenção de melhorá-lo. Mas quanto aos idosos, não existe uma área para fazerem caminhada ou um espaço para exercício e eles utilizam a última rua do bairro para esse fim. Todas as ruas do Conjunto Habitacional são íngremes e terminam nessa última rua, que é a mais plana. Os 4 idosos identificados na pesquisa, são aposentados e não exercem nenhuma atividade profissional.

Chegar à terceira idade com qualidade de vida, depende de muitos fatores. O primeiro deles é nascer e ter condições de sobreviver. Isso implica em saúde tanto da mãe quanto da criança. Das 62 crianças que nasceram vivas (considerando todos os filhos, inclusive os já casados, os que não moram com a família), 17,74% não conseguiram sobreviver. A porcentagem é alta para um bairro de 243 residências.

Em relação à saúde 16% dos entrevistados, eles responderam que na família existem pessoas com doenças graves, como: diabetes, câncer de bexiga e de mama.

Das 25 pessoas entrevistadas 52% recorrem ao atendimento público de saúde:

TABELA 19:

Atendimento de saúde dos moradores do Parque Residencial Santa Maria

Tipo de atendimento de saúde	Freq. Absoluta	Freq. relativa	Avaliação dos moradores quanto ao atendimento	Freq. Absoluta
Atendimento público	13	52	Difícil. Atendimento longe	2
			Bom atendimento	1
			Bom	3
			Regular/falta atenção	1
			Ruim	1
			Podia ser melhor. Ter mais vagas	2
			Demorado	1
			Não responderam	2
Atend. por convênio médico	7	28	Fraco. Atendimento ruim	1
			Ótimo	1
			Bom, não tem muita diferença do	1
			Às vezes o público é melhor	1
			Bom	3
Atendimento particular	0	0		0
Não responderam	5	20		5
TOTAL	25	100		25

Somente 30% das pessoas que utilizam o atendimento da saúde pública o avaliaram como boa. Em contrapartida, 57,14% das que utilizam os convênios de saúde, não estão satisfeitas com o atendimento. O bairro não possui um Núcleo de Saúde da família e os moradores precisam se deslocar até o atendimento público mais próximo que se localiza no bairro São Sebastião, a cerca de 3 km de distância.

Das 66 pessoas do Conjunto Habitacional Santa Maria em idade de trabalho, 78,78% estão exercendo alguma atividade de trabalho:

TABELA 20:

**Situação de trabalho e de vínculo empregatício dos moradores do Parque Residencial
Santa Maria**

Situação de trabalho e de vínculo empregatício	Frequência Absoluta	Frequência relativa (%) por setor	Frequência relativa (%) Total
Registro em carteira de trabalho	31	46,97	44,29
Sem registro em carteira de trabalho	15	22,73	21,43
Autônomo	5	7,58	7,14
Dono próprio negócio	1	1,51	1,43
Desempregado	3	4,55	4,28
Trabalho em casa (do lar)	8	12,12	11,43
Jovens que só estudam	2	3,03	2,86
Aprendiz	1	1,51	1,43
Subtotal (setor 1)	66	100	0
Aposentado	4	100	5,71
Subtotal (setor 2)	4	100	0
TOTAL	70	100	100

O trabalho formal, referente ao trabalho com carteira profissional registrada, é representado por 46,97% das pessoas em idade de trabalho. Mas atualmente, o trabalho vem adquirindo outras formas e tipos de vínculos. Não estar registrado não quer dizer que não está trabalhando, o trabalho da casa (do lar) é pouco reconhecido. As mulheres que não trabalham fora, geralmente não dizem que estão desempregadas e sim que são “do lar”, enquanto que os homens nunca falam “do lar”, mas que estão desempregados. A cultura de que o homem deve

trabalhar fora e manter a família, ainda é uma realidade.

A diminuição dos direitos é feita gradativamente porque, por exemplo, atualmente, os trabalhadores sem registro significam 22,73% dos moradores em idade de trabalho no Conjunto Habitacional Santa Maria. O que significa que não registrar a carteira profissional implica em não pagar vários impostos inerentes ao contrato, como os 8% do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e os 40%, caso a empresa demita o empregado, entre outros.

O problema do desemprego atinge 4,55% dos moradores em idade de trabalho. Em muitos casos, a pessoa se submete ao emprego sem carteira registrada por não ter outro.

A maioria dos trabalhadores, cerca de 61,53%, recebem salários de até 3 salários mínimos. E 11,54% sobrevivem com renda mensal de até R\$ 200,00. Somente 3,85% recebem mais de 7 salários mínimos

Entre os aposentados, 50% recebem mais de 1 salário mínimo mensal e que contribuem nas despesas da família.

TABELA 21:

Renda dos moradores do Parque Residencial Santa Maria

Renda* em Salários Mínimos** (mês)	Frequência Absoluta	Frequência relativa (%)	Aposentados/ pensionistas		Frequência relativa (%)	
			Freq. Absoluta Não trab. A	Trab B	A	B
0 — 1	6	11,54	2	0	50	0
1 — 3	32	61,53	2	0	50	0
3 — 5	9	17,31	0	0	0	0
5 — 7	2	3,85	0	0	0	0
7 — 9	2	3,85	0	0	0	0
Não informou	1	1,92	0	0	0	0
TOTAL	52	100	4	0	100	100

* O jovem que trabalha como aprendiz e não tem remuneração, não foi mencionado nesta tabela.

**O salário mínimo na data da pesquisa (15 e 16/11/2003) era de R\$200,00

É importante ressaltar que entre os jovens de 16 anos, um trabalha como aprendiz e não possui nenhum tipo de remuneração.

As áreas de prestação de serviço empregam 58,49%, dos 53 trabalhadores. Na indústria de Franca, trabalham 32,08% e o restante estão distribuídos entre o comércio e a agricultura. Dentre esses ramos de atividades, 39,62% dos trabalhadores, estão direta ou indiretamente ligados à fabricação de calçados. Dentre os 53 trabalhadores 66,03% trabalham até 8 horas por dia, mas 22,65% possuem uma carga horária excessiva, chegando até a 14 horas diárias.

TABELA 22:

Carga horária de trabalho dos moradores do Parque Residencial Santa Maria

Carga horária diária de trabalho	Quantidade de moradores (Frequência absoluta)	Frequência relativa (%)	Frequência relativa Acumulada
2 horas	0	0	0
4 horas	0	0	0
6 horas	5	9,43	9,43
7 horas	2	3,77	13,20
8 horas	28	52,83	66,03
9 horas	6	11,32	77,35
10 horas	2	3,77	81,12
11 horas	1	1,89	83,01
12 horas	8	15,10	98,11
14 horas	1	1,89	100
TOTAL	53	100	100

A renda, sendo insuficiente para a manutenção da família, obriga o trabalhador a estender seu horário de trabalho, limitando outras atividades importantes para a sua vida, como o lazer e a educação. Muitos deixam de estudar por causa do trabalho.

TABELA 23:**Escolaridade dos moradores do Parque Residencial Santa Maria**

Escolaridade	Frequência Absoluta	Frequência relativa (%)	Frequência relativa acumulada
Crianças que ainda não estudam	11	11,11	11,11
Creche	0	0	11,11
Pré-escola	1	1,01	12,12
Ensino fundamental	56	56,57	68,69
Ensino médio	28	28,28	96,97
Superior	1	1,01	97,98
Semi-alfabetizados	2	2,02	100
TOTAL	99	100	100

Percebe-se, em relação aos outros períodos escolares, que o ensino fundamental contém o maior número de pessoas estudando, de 56 moradores, 20 estão prosseguindo com os estudos.

Observa-se que apenas 1 morador terminou o ensino superior. Das 56 pessoas, 16,07% pararam de estudar ao terminarem o ensino fundamental. As que não conseguiram terminá-lo representam 48,21% das pessoas que iniciaram essa etapa do ensino.

TABELA 24:**Escolaridade das pessoas que pararam de estudar (Parque Residencial Santa Maria)**

Escolaridade	Frequência Absoluta	Frequência relativa (%)	Frequência relativa acumulada
Ensino fundamental incompleto	27	46,55	46,55
Ensino fundamental completo	9	15,52	62,07
Ensino médio incompleto	0	0	62,07
Ensino médio completo	21	36,21	98,28
Superior incompleto	0	0	98,28
Superior completo	1	1,72	100
TOTAL	58	100	100

Das 58 pessoas que não deram prosseguimento aos estudos, 27,59% são pessoas de 25 anos ou mais que estudaram até a quarta série do ensino fundamental. Analisando a mesma faixa etária, 46,55% estudaram até a oitava série do ensino fundamental. Somente

1,72% terminou o ensino médio. Com 25 anos a pessoa já tem condição de ter cursado o ensino superior, no entanto, os números mostram que a taxa de educação diminui à medida que pouco mais da metade conseguiu avançar até o ensino médio.

A porcentagem de moradores que deixaram os estudos é considerável, pois representam 65,91% dos moradores em idade de estudo. Os semi-alfabetizados compreendem um total de 2,27% e é um número bastante alto em relação ao bairro Jardim Palma.

O lazer faz parte da vida da pessoa tanto quanto a educação e o trabalho. No Conjunto Habitacional Santa Maria, em relação à pergunta: *O que você e sua família fazem nas horas que não estão trabalhando?* Do formulário (M), os entrevistados responderam:

QUADRO 23:

Lazer dos moradores no Conjunto Habitacional Santa Maria

Morador	Resposta
1	“Não tem como ter lazer, só trabalho”
2	Vão ao circo, fazem compras e vão ao shopping.
3	Vão ao clube, joga futebol e viaja.
4	Vão ao circo.
5	Namora, pesca.
6	Ler, passear.
7	Praça, sorveteria, shopping.
8	Vai à igreja e ao shopping
9	“É difícil sair, não tem lazer em casa.”
10	“Não tem muita opção, vejo televisão”
11	“Roça, sítio de amigos.”
12	Ficam em casa.
13	“Assistir TV e visitar os filhos”.
14	Vão à fazenda, roça e vêem televisão.
15	“Fico em casa”
16	Fica em casa, assistem televisão e cuidam dos filhos
17	Vão ao Clube Amazonas e à fazenda.
18	Não têm lazer, ficam em casa.
19	Conversam com os vizinhos.
20	Brincam com os filhos, TV e pesque e pague.
21	Fica em casa e vê televisão.
22	Assiste televisão, come lanche e bebe cerveja.
23	Estuda, vê TV e visita parentes.
24	Assistir TV, fazer churrasco, bate-papo com os vizinhos, sorvete, shopping.
25	Assistir TV, ficar em casa e ouvir música.

Um mês antes da pesquisa, estava instalado no campo de futebol do bairro um circo, o qual movimentou, por um curto período, a vida cultural dos moradores. É importante ressaltar que por se tratar de um bairro que não tem muitos recursos de lazer, tudo que é oferecido como entreterimento alternativo aos seus moradores, acaba por fazer parte da vida deles.

A vida cotidiana do trabalho faz com que os moradores não pensem o lazer como algo essencial, dessa forma, ficar em casa vendo televisão é um descanso, mas também um divertimento, mesmo que não tenha nenhum programa interessante, é considerado pelos mesmos, como um lazer. De acordo com esta pesquisa, cerca de 40% responderam que vêem televisão nas horas que não estão trabalhando.

Outros moradores afirmaram que gostam de ir à roça, à fazenda, à sítio de amigos, demonstrando um vínculo com o campo, à vida e aos costumes rurais, associando o lazer a este ambiente de tranquilidade e sossego. Tradicionalmente, Franca é uma cidade que recebeu muitos migrantes ao longo da sua trajetória de cidade industrial, absorvendo-os, na maioria das vezes, nos bairros periféricos da cidade. Os migrantes, por sua vez, têm histórias de vida muito ligadas à cultura do campo, sendo a grande maioria advinda de regiões interioranas dos estados de São Paulo e Minas Gerais. Nesse sentido, os exemplos acima citados, sugerem que apesar de estarem morando na cidade, buscam no campo um momento de “refúgio”.

Nota-se que a residência é um lugar de reencontro e aconchego. A casa permite o encontro consigo mesmo, repondo energias para as atividades cotidianas, ao mesmo tempo que propicia “reuniões” com vizinhos, amigos e parentes. Com a justificativa de trabalhar muito e ter pouco tempo, segundo alguns moradores, ficar em casa também indica o não envolvimento com os problemas e a vida coletiva do bairro.

Embora não esteja evidente, a busca de lazer no consumo pode ser observada quando alguns moradores buscam divertimentos em passeios à shoppings e à gastronomia.

Percebe-se que as pessoas são, atualmente, instigadas por duas vertentes que orientam suas vidas: o trabalho e o consumo; por conseguinte, o lazer fica num fio tênue entre os dois caminhos.

Em relação ao esporte, 36% dos entrevistados disseram que se exercitam, fazem caminhadas, natação, jogam basquete e futebol. O esporte, além de fazer bem a saúde física e mental, também é um lazer. Entretanto, essa atividade é muito baixa e revela novamente que o trabalho e as preocupações cotidianas assumem prioridade.

Em relação à participação dos moradores do bairro em atividades políticas ou sociais, refere-se a 12% dos moradores entrevistados, incluindo as atividades religiosas. O seu envolvimento com os acontecimentos do bairro é pequeno, segundo as falas dos próprios moradores. Porém, o não envolvimento em instituições oficiais, de cunho político, não significa que não haja um interesse por essas questões, afinal, as possibilidades de ação também acontecem de outra forma.

QUADRO 24:

Participação dos moradores do Conjunto Habitacional Santa Maria em atividades políticas ou sociais

Morador	Respostas
1	Não. Ainda não se engajou.
2	Não. Não tem tempo.
3	Não. Não tem tempo.
4	Sim. O esposo faz parte da diretoria como vice-presidente.
5	“Não. Falta tempo.”
6	“Não. Falta de interesse mesmo.”
7	Não. Não sabe o que é.
8	Não. Não conhece as pessoas, não tem informações sobre isso.
9	Não. Não tem tempo.
10	Não. Não tem sede.
11	Não. Fica pouco no bairro.
12	Não.
13	“Não. Em casa quero sossego após o trabalho”.
14	“Quando tem atividade, ajudo como voluntário.”
15	“Não. Só trabalho e durmo.”

Morador	Respostas	Continuação
16	“Participei de algumas reuniões.”	
17	“Não por ser novo no bairro.”	
18	“Não. Falta tempo.”	
19	Não.	
20	Não.	
21	Não. Já participou na primeira gestão.	
22	“Sim. Fiscal.”	
23	Não.	
24	“Por enquanto não, mas vou ser convidado.”	
25	Não.	

Assim como no Conjunto Habitacional Jardim Palma, os moradores do Santa Maria também não se sentiram à vontade para responder a pergunta sobre a participação em partidos políticos. De certa forma, o conceito de política para alguns moradores, significa uma ação mal intencionada, em que o político é aquele que faz pensando em receber algo em troca. Dos entrevistados, 12% dos entrevistados afirmaram que são filiados ao Partido dos Trabalhadores. Nenhum outro partido foi mencionado na pesquisa.

Para resolver os problemas do bairro, os moradores responderam que procuram o Centro Comunitário, que se juntam e reclamam, fazem abaixo assinado, fazem rifas para conseguir algum dinheiro, falam com o presidente do Centro Comunitário, ligam na Prefeitura ou nas emissoras de rádio, reúnem-se no Centro Comunitário. Outros informaram que o espaço para as reuniões é pequeno e estão aguardando a construção da sede do Centro Comunitário no terreno doado pelo Grupo Amazonas. (17/11/2002, entrevista)

Sobre a opinião dos moradores sobre o bairro, 52% responderam que gostam do bairro e não apontaram nenhum problema, 44% disseram que gostam, mas apresentaram alguns problemas que não os agrada. Os outros 4% não gostam do bairro:

QUADRO 25:

Avaliação dos moradores do Conjunto Habitacional Santa Maria sobre o bairro em que vivem

Morador	Respostas
01	“Bom lugar para morar, porque é sossegado, de povo trabalhador.”
02	“Gosto, mas o buraco não é bom, tem bichos.”
03	“Razoável, precisa melhorar, o brejo tem pernilongo.”
04	“Bom, quieto, calmo, o povo é porco, mas é bom.”
05	“Gosto, sossegado. Falta policiamento, pois agora está tendo roubos.”
06	“Bom, tranqüilo.”
07	“Bom, sossegado, calmo”
08	“Bom, sossegado.”
09	“Gosto, mas não tem comércio por perto.”
10	“Bom, não tem o que reclamar. Tem muito pernilongo, o Centro comunitário não tem sede, falta posto de saúde, mas não tem muita briga.”
11	“Gosto. É sossegado. Precisa de melhorias, como praça, igreja.”
12	“É bom. Gosto do lugar, os filhos moram perto.”
13	“É bom, mas precisar ter creche, mais árvore, iluminação nas rua.”
14	“Não tem praça, UBS, áreas de lazer. Tem bairros melhores. Minha esposa acha o bairro longe e que falta comércio.”
15	“É um lugar bom. O problema é os pernilongo.”
16	“A melhor coisa é a escola. É bom morar aqui, mas falta supermercado, praça, a UBS é longe, varejo também, o transporte é bom e perto. Falta farmácia.”
17	“É muito tranqüilo, gosto daqui.”
18	“É sossegado. Falta lazer, centro de saúde, supermercado. É tudo difícil.”
19	“Ótimo.”
20	“Tranqüilo.”
21	“Gosto.”
22	“Bom.”
23	“Tranqüilo, sem ladrão, acho bom, perto da mata verde.”
24	“É longe do Centro (se você sair às 7h20, chega ao Centro 8h25). O bairro é novo, tá melhorando.
25	“Bom, tranqüilo, melhor se tiver área de lazer.”

Os problemas que mais apontaram foram a falta de equipamentos e serviços públicos como Unidade Básica de Saúde, creche, praças, áreas de lazer, sede para o Centro Comunitário e policiamento. Pelo fato de ser o bairro periférico, e também por ser um Conjunto Habitacional, não permite, ou mesmo não oferece, espaço para que o comércio se desenvolva. Os moradores sentem necessidade de farmácia, supermercado e varejão. Não

estão satisfeitos com um córrego que passa em volta do bairro, por causa dos bichos, dos insetos e do lixo que as pessoas jogam. Em uma reunião do Centro Comunitário em 2001, quando a assistente social explicava que não podia jogar lixo nos terrenos, pois podia trazer doenças, um morador levantou a mão e disse: “É verdade, não pode jogar lixo nos terrenos e melhor jogar no córguinho, né?” A falta de consciência em relação ao meio ambiente tem consequência não só para os moradores daquele local, mas é um problema social, que segundo o diretor (S) do Centro Comunitário, já está sendo trabalhado. (02/12/2002, entrevista).

A maioria dos entrevistados ressaltou que o bairro é tranquilo, sossegado, calmo, de povo trabalhador. Portanto, gostam do lugar.

Em relação às condições de vida ou qualidade de vida, cada morador tem uma opinião sobre a sua condição, que, de certa forma, para a maioria é boa, mas alguns dizem que precisa melhorar.

QUADRO 26:

Avaliação dos moradores do Conjunto Habitacional Santa Maria sobre as suas condições de vida

Morador	Respostas
01	“Trabalho muito, ganho pouco, o pobre não pode discutir com o patrão que ele toma prejuízo. De 0 a 10, avalio como 4.”
02	“Por ver tanta pobreza, considero boa.”
03	“Boa, vivo bem, estar com a família, estar sempre trabalhando, divertindo.”
04	“Difícil. Com tanta coisa pra fazer, com tanta coisa pra pagar, não arrumo serviço porque tenho mais de 35 anos.”
05	“Regular. Se entrasse mais dinheiro seria bom, mas dá pra viver.”
06	“Regular.”
07	“Tenho pouca dificuldade financeira.”
08	“Boa, saúde boa.”
09	“Antes passei dificuldades, agora tá melhorando.”
10	“Até que é boa. Tenho um emprego, tenho com que me sustentar, não pago aluguel.”
11	“Muito boa.”
12	“Razoável, mas moro perto dos filhos.”
13	“Poderia ser melhor, o salário é pouco.”

Morador	Respostas	Continuação
14	“Quando está trabalhando com renda razoável é bom, agora eu tenho que começar debaixo e conquistar meu espaço de novo.”	
15	“Péssima. Visto o que me dão. Trabalho como de diarista sem perspectiva.”	
16	“Mais ou menos. Regular.”	
17	“Boa, por ter onde morar e trabalhar.”	
18	“Precária. Falta de emprego.”	
19	“Não está bom, falta farmácia, mercado, posto de gasolina.”	
20	“Pouco comércio, depende do ônibus.”	
21	“Boa.”	
22	“Normal.”	
23	“O que precisa tem que buscar longe. Ônibus de meia em meia hora. Agora tem escola. Os vizinhos são bons, mas o supermercado e a farmácia é longe.”	
24	“Boa, muita fatura, conta em dia, mas trabalho muito também.”	
25	“Boa. O problema é o córrego, mau cheiro.”	

Uma singela demonstração de conformismo com a sua qualidade de vida, pode ser notada na fala da Moradora 2 (acima citada), que diz que por ver tanta pobreza, a sua vida está boa. Faz uma análise de suas condições de vida comparando-a a vida de outras pessoas mais pobres e não as de melhores condições financeiras.

A família entra em vários elementos de análise da pesquisa, estar com a família é considerado pelos moradores como um momento de lazer e se apresenta em alguns momentos como um privilégio, por exemplo a fala do Morador 3: “Boa, vivo bem, estou com a família, estar sempre trabalhando, divertindo.” (17/11/2002, entrevista).

A insatisfação com o trabalho é notável na fala no Morador 1, quando diz que “pobre não pode discutir com o patrão que ele toma prejuízo”. O trabalho, condição inerente à busca de melhor qualidade de vida e realização do homem, acaba sendo um fardo e não uma opção profissional. Para muitos entrevistados, as condições de vida está ligada diretamente ao trabalho e à questão financeira, apesar de muitos terem relacionado as condições de vida com os problemas do bairro.

Com relação aos problemas do bairro, em 2001, foi reativada a Organização Comunitária, com incentivo do PRODEC, pois há oito anos não se tinha uma nova eleição no bairro. O entusiasmo dos moradores mudou a dinâmica do Conjunto Habitacional, por se

inteirarem das questões do bairro, envolverem todos os moradores chamando-os à participar das reuniões, das assembléias, dos problemas que precisavam resolver. Pelo fato do Conjunto Habitacional ou Parque Residencial Santa Maria ser relativamente pequeno, a mobilidade dos novos diretores era maior, facilitando a visita de casa em casa sempre que fosse necessária.

Para a formação da diretoria do Centro Comunitário (que no bairro recebe o nome de Sociedade Amigos do Parque Residencial Santa Maria), foram formadas pelos assistentes sociais do PRODEC, duas comissões: uma tratava das questões do bairro e a outra tinha a finalidade de pensar projetos sociais para o local e era composta somente de mulheres. Dessa última comissão, surgiu o Projeto Crianças do Santa Maria, que reunia as crianças aos sábados, no período da manhã, com uma professora de Educação Infantil. O interesse das mulheres em saber o que a comissão de assuntos do bairro estava discutindo, fez com que as duas comissões se unissem e, então, formaram uma chapa para reativarem a Sociedade Amigos do Parque Residencial Santa Maria.

Várias atividades sócio-educativas foram proporcionadas aos moradores do Conjunto. Iniciaram um trabalho de conscientização para que os moradores não jogassem entulho nas áreas vagas dos bairros e no córrego que passa no final do bairro; idealizaram um projeto de reconstrução das áreas de lazer e encaminharam ao Grupo Amazonas S/A para conseguirem patrocínio; organizaram várias festas sociais, uma delas foi a das crianças, que já é uma tradição no mês de outubro; prosseguiram com o projeto das crianças e conseguiram materiais didático-pedagógicos para as atividades; regularizaram toda a documentação da Sociedade e fizeram a inscrição de Utilidade Pública; conseguiram a doação de um terreno, no próprio bairro, pelo Grupo Amazonas S/A, para a construção da sede da Sociedade. Os moradores se articularam e conseguiram dinheiro para todos os eventos e, inclusive, para o pagamento da escritura do terreno e para toda a documentação da entidade, que estava atrasada. Todos os acontecimentos tiveram a participação das próprias pessoas do bairro.

A princípio, os moradores contavam com cerca de R\$ 3.400,00 para a construção da sede, valor pequeno frente ao orçamento da construção. Com a doação do terreno, os moradores conseguiram que a Caixa Econômica Federal remanejasse uma verba e o valor passou para R\$ 8.000,00. A planta foi construída pelo engenheiro da Prefeitura Municipal de Franca em vários módulos, sendo que, seria construído somente o primeiro. Ainda o dinheiro era pouco, por isso, os moradores se prontificaram a trabalhar em forma de mutirão. O início e o término da obra está previsto para o ano de 2003. Essa movimentação instigou o aumento da participação popular.

A participação social no orçamento participativo trouxe uma escola de 1ª a 4ª série para o Conjunto Habitacional, que começou a funcionar em 2002.

O trabalho dos assistentes sociais do PRODEC foi dividido em 3 fases, sendo que na última fase somente um assistente social prosseguiu com o projeto. O contrato de trabalho encerrou-se em setembro de 2002 e a organização comunitária continuou o seu trabalho da mesma forma, mas com um diferencial, não havia mais assistentes sociais para orientá-los. Com autonomia, firmaram convênio com a Caixa Econômica Federal para construírem a sede da Sociedade.

Diante do contexto exposto pelos moradores em relação aos problemas do bairro, observa-se que a organização comunitária é uma referência, apesar de existirem pessoas que tentam resolver os problemas coletivos de forma individualista.

Na entrevista com o diretor (S), ele informou os objetivos gerais da organização, mas afirmou que o espaço da sede é importante para a realização das atividades.

Até então é trazer lazer para a comunidade né. Algum tipo de melhoria no que tange o serviço social para o pessoal. Estar procurando parcerias pra tá trazendo inovações para o bairro em termo de evento, de participação comunitária. (...) nós estamos começando agora, nós não temos ainda um objetivo formado, né? Até porque nós não temos ainda como tá fazendo alguma coisa, porque não temos nem sede ainda, então o objetivo maior por enquanto é ter a sede pra depois começar a trabalhar junto com a comunidade tendo o que a comunidade está precisando, e o que a gente pode estar fazendo. (Diretor S, 02/12/2002, entrevista).

Ressalta-se que as casas dos moradores são muito pequenas para comportar um número grande de pessoas. As possibilidades de realização das atividades fica limitada por ainda não possuírem um local de reuniões.

O que o bairro está precisando de imediato é que saia a sede do Centro Comunitário para que possa depois tá averiguando o quê a comunidade está precisando né? Dentro desses fatores o que o pessoal mais conversa com a gente, em termo de necessidade dentro da comunidade, é a parte de saúde. O que a gente poderia está fazendo para melhorar a parte da saúde, principalmente dos mais idosos. Porque nós temos um pessoal idoso aqui. (Diretor S, 02/12/2002, entrevista).

Observa-se que, apesar da organização estar aguardando a construção da sede, não deixam de se inteirar dos problemas, conversando com os moradores. Ele disse que o trabalho que a Sociedade Amigos do Parque Residencial Santa Maria vem fazendo está dentro das condições, tanto financeiras como sociais e que, segundo os moradores, está indo bem.

Tá dentro das condições atuais nossa. Tá indo bem pelo que a gente conversa. (...) a comunidade ainda não está totalmente integrada no trabalho da Sociedade no que a sociedade vem fazendo. (...) muita gente às vezes ainda nem sabe porque a Sociedade, pra quê que serve (...). Nós procuramos aparecer o menos possível pra não gerar nenhum tipo de desconfiança (...). (Diretor S, 02/12/2002, entrevista).

Há uma preocupação com a falta de conhecimento que os moradores tem em relação ao papel da organização na comunidade. Por isso, tem medo das pessoas pensarem que trata-se de mais uma diretoria com interesses particulares, então, preferem realizar as atividades sem expor, os diretores.

Ao falar da necessidade de projetos sociais no bairro, mais uma vez comenta a necessidade da sede para o desenvolvimento dos trabalhos.

A nossa luta (...) inicial foi com as crianças. Provavelmente vai continuar porque realmente há bastante crianças na rua. (...) temos projetos formados e nunca tivemos como executá-los dentro da área de esporte, na área de prevenção de saúde. (...) nós ainda não tivemos lugar certo pra poder tá recebendo essas pessoas, porque pessoas interessadas no projeto têm (...), ainda não temos como estar recebendo eles, num lugar certinho, esquematizado (...). (Diretor S, 02/12/2002, entrevista).

O diretor (S) citou que o bairro também tem problemas com usuário de drogas. O projeto com as crianças tem também a finalidade preventiva, para tentar impedir, desde cedo, o vício.

As reuniões nas casas dos moradores têm duas vertentes: a primeira, é que se cria um ambiente de amizade; e a segunda, é o fato de incomodar a família na casa, por isso estão sempre se preocupando com o local da reunião. Nota-se que a falta de um espaço, não limita a existência de idéias e nem sempre de executá-las. Os espaços de lazer do bairro, apesar de ainda mal conservados são lugares alternativos.

Nós tínhamos um local, nós tínhamos uma casa de um voluntário. Essa casa passou a ficar difícil, até porque essa pessoa mudou da casa, negociou a casa e nós ficamos sem. Não é qualquer morador do bairro que pode, não é nem por questão de má vontade, é porque realmente as casas aqui, como vocês já conhecem, são apertadas mesmo. Então não tem como a gente tá recebendo (...) começamos a nos reunir assim, é dentro de residências de pessoas até fora da diretoria. Graças a Deus, tivemos o pessoal que se ofereceu. Nos reunimos pra poder tá formulando, planejando os eventos que a gente tinha que fazer. E a maior, as reuniões principais era pra tá conseguindo verba pra tá construindo a sede e pro os eventos sociais que nós temos aqui, que é a festa das crianças, o esporte no bairro, agora vai ter o esporte da criança, já tem o esporte do adulto. (...) vai ter um campeonato de futebol no bairro. (...) já teve o circo aqui. (...) eles nos procurou interessados em vim pro bairro. Como a gente não dispõe de tempo, fizemos um apanhado geral – o que você acha do circo no bairro? (...) aí nós fechamos com um dos donos. (...) até filmamos, tá disponível para quem quiser ver. (Diretor S, 02/12/2002, entrevista).

Pode-se perceber que os diretores, antes de trazer qualquer evento para o bairro, tentam investigar a opinião dos moradores. Isso, além de garantir o sucesso do evento, também oferece oportunidade das pessoas falarem o que querem, ou não. É uma forma de aproximação da população e de demonstrar o que a sociedade vem fazendo.

Também uma forma de demonstrar as atividades da Sociedade é chamar a comunidade a participar dos processos decisórios e também no auxílio para angariação de recursos financeiros.

(...) a comunidade não é eu, não é fulano, a comunidade realmente tem ajudado bastante a essa diretoria (...). A comunidade aqui é boa nesse ponto, às vezes até não sei se eles finge que não está sabendo ou finge que não tá

dando bola, mas quando é chamado, o pessoal ajuda sim. O interesse menor deles é com a assembléia e é uma pena. Algumas decisões, alguma coisa que a gente poderia tá fazendo, trazendo pro bairro, a gente comunica à eles, pras eles poder tá comparecendo e eles não tem ainda esse interesse de comunidade, né, integrada. (Diretor S, 02/12/2002, entrevista).

A não participação de alguns moradores nas assembléias do bairro demonstra falta de interesse em estar sabendo, ou mesmo, informando-se sobre o bairro. Por vezes, a falta de interesse pode ser também o medo do envolvimento nas questões. Portanto, a falta de tempo é a resposta que geralmente aparece quando são convidados a participarem.

(...) eu acredito que é por tempo mesmo. Prá você ver. Nós fizemos a primeira festa da criança aqui com capacidade para 700 crianças, a Segunda pulou para 1600 crianças, nós não dobramos, nós passamos de 100% da primeira festa. E tende a crescer, porque isso tudo? Porque a comunidade quer. (...) a diretoria juntamente com a comunidade quer. Então eu acho que a questão deles não está comparecendo na assembléia ..., tem uns que fala que não ficou sabendo. Não é isso. A gente tem o capricho de levar o aviso de casa em casa, como foi feito na festa. (Diretor S, 02/12/2002, entrevista).

Sobre a participação da diretoria nas reuniões agendadas, o diretor (S) informou que 50% dos diretores tem presença garantida, além dos participantes que não são diretores, mas que trabalham como se fossem:

Nas reuniões, eu vou ser muito sincero com você, ela caiu bastante, não tem a participação em massa da diretoria, mas eu ainda digo como membro da diretoria, eu como pessoa participante, eu sou até feliz, porque pelo que a gente conversa com outras lideranças comunitárias, a gente vê lá que são dois ou três, ou geralmente é só o presidente ali que comanda o esquema. Nós aqui já é invertido, o presidente fica um pouco de fora e a diretoria trabalha mais, não é, junto com pessoas que se dispõe a ajudar né. Eu até costumo dizer que a diretoria hoje é a própria comunidade, porque tem pessoas dentro da comunidade que trabalha às vezes como se fosse membro da diretoria. (...) como o nosso palhaço no bairro (...) hoje não é mais um palhaço só do Santa Maria, ele já foi convidado para a festa do Palmeiras, fez um sucesso danado com a criançada, é o palhaço Barrigão. Então as pessoas pensam que ele é da diretoria porque está em todas. Não, ele não faz parte da diretoria, mas isso não faz diferença. A diretoria é uma mera burocracia. (...) eu posso te garantir que temos mais de 50% da diretoria ativa. (Diretor S, 02/12/2002, entrevista).

É importante ressaltar que quando o diretor (S) afirma que a participação dos

membros da diretoria seria a mesma se não tivessem reativado a Sociedade, pois o interesse deles para com o bairro não surgiu da necessidade de se ter uma organização institucionalizada, mesmo porque já tinham uma comissão montada anteriormente, pelos assistentes sociais do PRODEC.

Apesar das pessoas dizerem que não possuem tempo para participar das reuniões, segundo o diretor (S) sempre comparecem. As decisões são tomadas por todos os presentes.

(...) o pessoal às vezes não tem tempo, (...), mas participa sim. Inclusive nas últimas decisões, a decisão maior foi de uma pessoa fora da diretoria. Ela deu as idéias, ela teve o capricho de arquitetar as coisas e a diretoria aceitou. Porque nós temos aqui um modo de trabalhar que é democrático. Não é um fala e todo mundo não. Aqui o pessoal, os presentes no momento, não só diretores não, as pessoas presente votam, a maioria ganha, então você traz uma idéia, vota essa idéia, se a maioria aprovar sua idéia, essa idéia sua tá sendo executada, mesmo por aqueles que não estão aceitando. (Diretor S, 02/12/2002, entrevista).

Com relação ao presidente da Sociedade, o diretor (S) informou que em todas as fotos e filmes dos eventos são raros aqueles que o presidente aparece. Disse que o presidente sempre fala que não quer que as pessoas o vejam como o presidente, como uma marca, pois é amigo de muitas pessoas da comunidade e não quer que ninguém o trate diferente por isso. Reproduziu na entrevista a seguinte fala, para ilustrar que tem sua função, mas é igual a todos da diretoria e da comunidade:

(...) nós delega as funções, cada um faz a sua parte. O bicho pegou? Chama que nós tenta resolver. Eu tenho a minha parte também, cumpro a minha parte. O bicho pegou? Chamo eles também (fala do presidente). (Diretor S, 02/12/2002, entrevista).

Sobre a função de presidente, o diretor (S) afirma que não toma frente em tudo porque não acha certo, pois “se chama tudo pra cima dele”, ou melhor, se centralizar os problemas, que segundo o mesmo é o hábito de todo mundo, acaba por tranquilizar a pessoa sem resolver o problema, pois resolve para ela.

Em relação à política e sobre ser político um dia, o diretor (S) brincou dizendo que

se fosse para ser presidente da República, aceitaria! Disse que em muitos dos lugares que procura para pedir patrocínio para as festas as pessoas contribuem por saberem que não há nenhum interesse partidário envolvido.

(...) falar para você que eu não gosto de política, eu vou mentir. Eu adoro política, gosto de falar, gosto de ler, me interessar por ela, tenho vontade de ser político? Eu ainda não formei isso na minha cabeça não. Por enquanto eu estou na sociedade, mesmo que pintar esse convite, como eu já tive convite, mas eu deixei de lado, porque eu tô na Sociedade e eu sei que se eu misturar as coisas eu não vou tá trazendo benefício pra mim, vou tá prejudicando todo o trabalho que nós fizemos até hoje aqui na comunidade. Então se isso acontecer, vai acontecer quando eu não tiver fazendo parte de nenhuma liderança comunitária, porque eu não quero tirar proveito disso (...). (Diretor S, 02/12/2002, entrevista).

Para o diretor (S), qualidade de vida é um termo difícil de falar. Ele demonstrou que nisso estão envolvidas muitas necessidades do homem. Ampliou a visão, apresentando elementos difíceis de serem medidos. E terminou a explicação resumindo-a como sendo o bem estar da comunidade.

Qualidade de vida ... eu sou tão ignorante, isso no modo de ver ... qualidade de vida... bem estar, né. As pessoas estar se sentindo bem, no caso vamos falar qualidade de vida do bairro. No caso a qualidade de vida do bairro seria o pessoal se sentir bem no bairro que vive, se sentir bem com a vizinhança que tem, com as pessoas, (...) ter o prazer de poder tá trabalhando junto com a comunidade, pra poder tá trazendo benefícios pra elas, porque não é diretoria só que vai conseguir as coisas né? No mais é isso, é o bem estar, é a saúde, é isso que o pessoal tá procurando, se a gente tivesse condições, se a gente tivesse mais tempo pra poder tá correndo atrás, talvez nós já teríamos conseguido alguma coisa nesse sentido, em termos de saúde. Porque a gente teria participado de reuniões do Conselho, a gente tem um certo conhecimento, sabemos, conhecemos as pessoas que fazem parte do conselho Municipal de Saúde, a gente poderia tá sabendo como que funciona as coisas. Se não trazer o que o pessoal quer pra cá, vai trazer pelo menos o mínimo de assistência pra eles. Então qualidade de vida (...) é o bem estar da comunidade, é o sentir bem de morar no bairro, é o prazer de poder sair do trabalho e ir para o seu bairro, (...) chegar em casa, descansar, tomar banho, poder sair na rua, ter segurança. (Diretor S, 02/12/2002, entrevista).

Quanto aos planos e projetos previstos, o diretor (S) (02/12/2002, entrevista) informou que a diretoria tem muitos planos, um deles é conseguir incluir a praça do bairro no Programa Adote uma Praça da Prefeitura, para que seja cuidada. Tem o Projeto de Crianças

que teve muito sucesso e precisou parar por causa do local. Com a construção da sede, serão retomadas as atividades com a professora. Também conseguiu ganhar alguns computadores para as aulas de informática; já tem o professor, falta somente o bcal. Está preocupado com o lazer das pessoas de terceira idade, o objetivo é procurar alguém que tenha mais conhecimento sobre isso para auxiliá-los na criação de um projeto para os de maior idade. Tem a intenção de elaborar uma forma de divulgar melhor o que está acontecendo no bairro, pois entende que se os moradores tiverem sempre conhecimento das mudanças, interessar-se-ão mais em participar. Citou que os jogadores de futebol do bairro, depois de saberem da forma de trabalhar da diretoria da comunidade, resolveram se organizar para conseguir patrocínio para os jogos, ao invés de ficarem reclamando que o time não tem estrutura. Disse que acredita na força da organização: “nós costuma dizer que a partir do momento em que a sociedade entender a força que ela tem, ela jamais vai ter dificuldade.” (Diretor S 02/12/2002, entrevista).

Sobre as dificuldades da Sociedade informou que uma é a falta de tempo para reivindicar alguma coisa. Citou o exemplo da terraplanagem da área onde será construída a sede, pois ele não dispõe de tempo para falar com o prefeito para pedir a máquina:

(...) agora estão trabalhando lá no Córrego dos Bagres, mas será que seria tão difícil para eles ajudar uma comunidade, o pessoal que tem vontade de fazer seu próprio negócio. Seria difícil desviar por dois dias e fazer a terraplanagem? A própria comunidade levanta o prédio, nós temos já a turma formada pra isso, o pessoal já interessou, pedreiros, pessoas que são pedreiros, conhecedor do assunto, temos já o servente de pedreiro, temos os ajudantes, temos carregador de areia, temos o jogador de telha, nós temos tudo aqui. Qual é a dificuldade? É o tempo para falar com o prefeito. (...) trabalho 14 horas por dia e não posso dispor de um tempo às 3 horas da tarde para sair. (Diretor S, 02/12/2002, entrevista).

Também colocou como dificuldades os trâmites legais, a burocracia para conseguir regularizar a documentação da Sociedade, que já está pronta.

Se alguém analisar a situação do Conjunto Habitacional Santa Maria no ano de 2000, em relação a mobilização dos moradores, e compará-la com o ano de 2002, perceberá

que tanto os assistentes sociais do PRODEC, quanto as organizações populares geradas com esse trabalho, contribuíram com a vida sócio-política cotidiana dos moradores do bairro. A característica de se ter uma organização comunitária, a exemplo da Sociedade fomentada pelos moradores, que valoriza o bairro, os moradores, a participação social e, ao inverso, os moradores que valorizam esta organização e o bairro onde estão aprendendo a participar, indica que a qualidade de vida aumenta à medida que cresce o bem estar de uma pessoa. E em relação ao bairro, a qualidade de vida aumenta à medida que cresce o bem estar da maioria das pessoas desse lugar.

CAPÍTULO 8

8.1 Resultados da análise comparativa da qualidade de vida dos Conjuntos

Habitacionais Jardim Palma e Santa Maria em relação a organização comunitária

Noutros tempos havia prolongadas discussões sobre se um ou outro país já estava <pronto para a democracia>. Isso só mudou recentemente, com o reconhecimento de que a própria questão estava errada: um país não tem que se considerar pronto para a democracia, tem antes que se aprontar para a democracia. Esta é uma mudança verdadeiramente significativa. (SEN apud PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2003, p. 63.)

A história de cada bairro é singular e única. Cada qual se orienta e se constrói de uma maneira, determinando uma identidade própria. A proposta de comparar os dois bairros (Conjuntos Habitacionais) não consiste em eleger nenhum juízo de valor, estabelecendo, por exemplo, critérios negativos ou positivos entre ambos, mas, ao contrário, encontrar entre vários pontos semelhantes e diferentes alguma perspectiva que possibilite o melhor entendimento do processo de construção da qualidade de vida nos bairros em destaque, pois estudando e avaliando a trajetória de cada um, pode-se confirmar o quanto é rica e diversificada a cultura neste âmbito.

Os dois bairros, Conjunto Habitacional Jardim Palma e Parque Residencial Santa Maria, foram inaugurados num período específico de expansão populacional da cidade de Franca/SP, no final da década de oitenta e início da década de noventa, ambos localizam-se nas extremidades da cidade: o Conjunto Habitacional Jardim Palma ocupa a região leste e o Parque Residencial Santa Maria, oeste.

Um aspecto comum entre os bairros se refere a topografia local, no qual as casas foram construídas em terreno de nível e medida irregular. Entretanto, os moradores do Conjunto Habitacional Jardim Palma sofrem mais com o declive, pois é mais acentuado.

Destaca-se que essa irregularidade é característico do relevo do município, no entanto não é esse fator natural que engendra parte dos problemas físicos e sociais, mas sim a forma imprópria de instaurar a construção das casas, das áreas institucionais e de lazer dos bairros. Esse descompasso observado é contraditório, uma vez que ambos loteamentos tiveram aprovação legal de técnicos de engenharia e urbanismo. Não querendo entrar no mérito de um problema que envolve a especulação imobiliária da cidade, a forma com que foi conduzida a implantação desses bairros indica um movimento de crescimento demográfico, com *défict* de moradia considerável, situando-se na periferia, distante do centro da cidade.

Por serem as casas construídas em padrão de conjunto habitacional, não existem terrenos vagos entre as mesmas, ou seja, não há espaço para atividades comerciais, dificultando o consumo de produtos e serviços básicos, havendo, desde o início, necessidades como farmácias, padarias, supermercados, varejões, entre outros. Desta forma, ainda hoje se observa que os comércios existentes são poucos e não oferecem condições de escolha aos moradores, levando-os a buscar essas necessidades em bairros vizinhos ou até mesmo, no centro da cidade de Franca.

As casas do Conjunto Habitacional Jardim Palma, na data da entrega à população, eram menores que as do Parque Residencial Santa Maria, chegavam a ter uma diferença de 2,58 m² até 20,58 m², em relação ao tamanho das residências. A pesquisa demonstrou que as ampliações na estrutura das casas, realizadas pelos moradores, foram maiores no Parque Residencial Santa Maria, cerca 60%, ao contrário do Jardim Palma que em 63,42% não sofreram modificações. Nos dois bairros, as alterações estéticas das residências (fachadas), demonstram as individualidades das pessoas, apesar de não serem sofisticadas, afinal cada um tem a liberdade de mudar seu espaço de moradia de acordo com seus anseios e possibilidades. O percentual maior das ampliações realizadas nas residências do Residencial Parque Santa Maria, demonstra o quanto foi significativa a construção do mesmo a partir do acordo

empresarial entre funcionário e patrão, como é o caso já referido do Grupo Amazonas, que oferecia uma condição de empregabilidade e perspectivas distintas do que ocorreu com os moradores do Conjunto Habitacional Jardim Palma.

A média de concentração de pessoas por residência é maior no Conjunto Habitacional no Jardim Palma, 10,81%, revelando um problema estrutural e social. Nota-se aqui que o número de crianças e de idosos maior que do Parque Residencial Santa Maria, cerca de 7,88%, portanto, a quantidade de pessoas em atividade de trabalho é 7,87% menor que o número apresentado no Parque Residencial Santa Maria. Em relação a questão do desemprego, os números se equivalem com diferença mínima de um bairro para o outro, um dado que demonstra, em parte, a situação sócio-econômica vivida pelo país.

Constatou-se que a carga horária de trabalho excessiva é mais notável no Conjunto Habitacional Jardim Palma, apesar de ter no Parque Residencial Santa Maria alguns moradores que trabalham até 14 horas diárias, sendo estes autônomos. O trabalho infantil é uma realidade demonstrada na pesquisa com os moradores do Conjunto Habitacional Jardim Palma, no que se refere a atividade informal, neste dado, diferente do Parque Residencial Santa Maria. A situação do trabalho em Franca, ligadas ao setor calçadista, assume algumas singularidades que confirmam historicamente um caráter eminentemente manufatureiro e informal. Desta forma, como já foi anteriormente ilustrado, o trabalho formal, terceirizado, informal, assim como o trabalho infantil, devem ser considerados numa perspectiva da indústria no município, que aloca atividades em lugares dispersos na cidade, nos bairros e mesmo nos fundos das residências.

Quanto aos idosos residentes no Parque Residencial Santa Maria, verificou-se que a situação sócio-econômica é preocupante, pois 18,18% destes, apesar de aposentados, ainda trabalham para o complemento da renda familiar.

Nos dois bairros a frequência de pessoas que recebem até 3 salários mínimos é

equivalente, sendo que especificamente no Conjunto Habitacional Jardim Palma, o número de moradores que sobrevivem com até 1 salário mínimo é maior.

Em relação a educação, 28,28% dos moradores do Residencial Parque Santa Maria são estudantes e no Conjunto Habitacional Jardim Palma, essa porcentagem é um pouco menor, cerca de 26,92%. A taxa de analfabetismo dos moradores do Parque Residencial Santa Maria é de 2,02%, quase o dobro do Jardim Palma que é de 1,10%. É preciso destacar que tanto o aspecto que envolve a renda dos moradores, como o que ilustra a importância da educação na trajetória das mesmas, observa-se, de uma maneira geral, que quanto maior o grau de escolaridade, maior é a possibilidade de inclusão no mercado de trabalho, assim como seus rendimentos. Deve-se observar que a própria condição destes moradores se insere num universo de adversidades que, *a priori*, dificultam a oportunidade de inserção nas escolas e faculdades. Entretanto, a urgência da educação nestas áreas é verificado nos casos individuais de ascensão, mas principalmente na persistência em querer garantir aos filhos e aos mais jovens novas perspectivas, que muitas vezes não foram cristalizadas em oportunidades aos mais velhos.

Em relação a saúde, a maioria dos moradores dos dois bairros recorrem ao atendimento público. Muitos não reclamam dos serviços públicos de saúde comparando-os com os convênios particulares. O atendimento da saúde da população francana, apesar de ter aumentado em qualidade segundo o IDH-M, vem sofrendo com a falta de verbas públicas, principalmente para a manutenção dos serviços. Dos dois bairros, somente o Conjunto Habitacional Jardim Palma conta com o Programa de Saúde da Família, o qual segundo avaliação dos moradores é bom, mas precisa de mais profissionais para atender toda a demanda para garantir menos demora entre uma visita e outra do agente comunitário.

Em relação a mortalidade infantil, a pesquisa demonstrou que no bairro Jardim Palma a taxa é de 8,46%, em relação a 17,74% do Parque Residencial Santa Maria. Estes

valores determinam de alguma forma o índice de longevidade da cidade de Franca/SP, que aumentou 11,74% nos últimos dez anos.

Sobre o lazer, um traço comum entre os moradores destes bairros foi a preferência em ficar em casa nas horas em que não trabalham, cuidar dos filhos, assistir televisão, visitar os parentes ou ir a uma área rural (fazenda, sítio ou chácara), entretanto fica evidente a falta de opção de lazer, o que inclui atividades esportivas e culturais, principalmente no Conjunto Habitacional Jardim Palma. Em ambos, ainda não há investimentos nas áreas destinadas ao lazer por parte do poder público municipal, embora hajam projetos. As organizações comunitárias promovem eventualmente algumas festas e campeonatos esportivos com este fim, mas os locais de concentração de moradores como as praças e os campos estão mal conservados. Nos finais de semana no bairro Santa Maria, há uma organização de jogadores de futebol no bairro que promovem campeonatos entre outros da cidade e existe também um time feminino de futebol, que realizam atividades durante a semana. No Jardim Palma os campeonatos de “jogo de malha” parte da organização do presidente do Centro Comunitário, uma das poucas opções de lazer esportivo no bairro.

Quanto ao objetivo das organizações comunitárias divergem em algumas características, pois o Jardim Palma têm um perfil assistencialista, de promoção de lazer e esporte. É pouco reivindicativo, no que se refere as necessidades estruturais e sociais do bairro, assumindo uma ação deficitária aos problemas mais gerais, como por exemplo, nos períodos de chuva, grande parte das casas localizadas próximas ao córrego, são inundadas. Observa-se que no Santa Maria também existe um perfil de lazer, no entanto se observa maior articulação entre os moradores na busca por seus direitos.

A visão dos moradores em relação às organizações comunitárias se difere. No Conjunto Habitacional Jardim Palma, existe um descrédito em relação aos representantes de bairro, atribui-se a eles uma responsabilidade na condução do processo reivindicatório. A

contrapartida da participação popular é importante para que os próprios moradores possam ter melhores condições de vida no bairro. A falta da cultura participativa nas decisões é demonstrada pela grande quantidade de moradores que responderam, na pesquisa que não têm tempo para participar das reuniões da organização comunitária e também, pelo estranhamento que a pergunta sobre a sua participação nos partidos políticos, causou às pessoas. Poucas declararam que são filiadas à um partido político. Nas respostas foram citadas somente o Partido dos Trabalhadores e não fizeram nenhuma menção a outros partidos.

No Parque Residencial Santa Maria, a participação popular também é pouca, mas ainda é maior que no Jardim Palma. Na pesquisa grande parte dos moradores não apresentou nenhuma reclamação com relação a representatividade institucional do bairro.

Como uma tendência comum, que se insere também na ordem social capitalista, o individualismo é predominante nos dois Conjuntos, ou seja, na falas dos entrevistados se verifica uma tentativa em resolver os problemas num caráter mais pessoal e não coletivo, sem mesmo solicitar auxílio da organização comunitária. Em contrapartida, a possibilidade explícita de participação social pode ser estimulada pela organização comunitária à medida que há uma diretoria democrática, que descentraliza as decisões e permite a delegação de atividades, aceitando opiniões e mantendo um diálogo aberto com todos os moradores. Neste contexto, no Parque Residencial Santa Maria essa participação vem sendo construída aos poucos. Já no Conjunto Habitacional Jardim Palma existe uma grande dificuldade de criar um mecanismo participativo, em decorrência da liderança comunitária que possui. A participação organizada dos moradores é o poder que a comunidade tem de exercer a cidadania, de buscar melhorias, de reivindicar os direitos.

Durante todo o trabalho social desenvolvido pelos assistentes sociais do PRODEC, percebeu-se que o incentivo do profissional assistente social é muito importante para a mobilização social dos moradores. Tanto no Conjunto Habitacional Jardim Palma

como no Parque Residencial Santa Maria, os moradores se organizaram porque foram motivados. Em certa medida, nas assembléias de moradores havia um percentual de presença significativo em relação a outras atividades antes realizadas. Deve-se considerar que o comparecimento dos moradores também estava associado ao processo decisório da verba que existia em cada bairro para a construção um benefício comum, conforme previsto pelo PRODEC. Por meio da votação, outros assuntos de interesse público foram suscitados, como cobrar da diretoria do Centro Comunitário do Conjunto Habitacional Jardim Palma uma posição sobre a falta de vagas na escola local. Comissões foram criadas, projetos foram implantados e parte da população participou de alguma forma dessa construção.

Nas entrevistas com diretores das organizações comunitárias, nota-se uma preocupação com a participação popular e também com a presença dos diretores nas reuniões de bairro previamente agendadas. Em ambas diretorias, os objetivos de trabalho têm grande peso em relação ao desenvolvimento de projetos sociais, que possam contribuir para amenizar algumas necessidades, como as do lazer.

As oportunidades de viver melhor podem ser criadas dentro do próprio bairro, pelos próprios moradores, desde que estes estejam articulados e politizados. Desta forma é necessário que todos, mas principalmente os representantes de bairro, conheçam os recursos da cidade e mantenham uma relação de horizontalidade com todos os moradores, chamando-os a participar e iniciar um processo de construção de uma cultura mais participativa. É pela gestão democrática que se acredita no poder da coletividade para alterar o curso de suas vidas, para agregar mais condições e oportunidades de melhoria de vida às pessoas.

Percebe-se que de forma geral os moradores do Conjunto Habitacional Jardim Palma não estão satisfeitos com o bairro. Ao contrário acontece no Residencial Santa Maria que, mesmo demonstrando restrições, gostam do bairro e valorizam alguns aspectos, como por exemplo, o sossego do lugar. Apesar de todos os problemas que os dois bairros

apresentam e das condições sócio-econômicas do país que influenciam direta e indiretamente às vidas das pessoas, tanto o Conjunto Habitacional Jardim Palma como no Parque Residencial Santa Maria, a maioria das pessoas consideram boas as suas condições de vida, ressaltando alguns aspectos que poderiam ser melhorados, em destaque primeiro para o financeiro.

A qualidade de vida depende do que a pessoa atribui como valor para a sua vida. A busca da constante melhoria torna-se menos difícil e com mais possibilidades se for articulada e organizada com outras pessoas, que comungam do mesmo objetivo e têm consciência de que a participação cria a liberdade econômica, por meio da liberdade política e social. Dessa forma, o mérito deste trabalho que se finda, o qual demonstra conscientemente mais caminhos que chegadas, mas problemas que respostas, reside na convicta percepção de que as ações comuns de cunho reivindicativo que ligam as pessoas dos bairros destacados, exercem de fato uma ampliação e maior consistência à medida que se orientam por uma perspectiva democrática. Sendo assim, os embates e questões relacionados a trajetória e busca por melhor qualidade de vida, não deve desconsiderar esse viés que é a emergência da democracia, de forma mais ampliada, abrangente e participativa. Com referência imprescindível de Boaventura de Souza Santos (2002), celebramos uma nova condição democrática, que vai além da prática hegemônica dos governos, instaurando uma tendência não-hegemônica, compreendendo a democracia como forma de aperfeiçoamento da convivência humana. Refletir acerca dos Índices de Desenvolvimento Humano e Qualidade de Vida, num diálogo com instâncias locais e globais, como foi o intento do trabalho, permitindo o engendramento sólido de um estímulo em crer que a reivenção atual da democracia, num viés participativo, torna-se não somente uma necessidade, mas sobretudo uma viabilidade plausível, pois tem a força de instaurar distintas gramáticas de organização, estabelecendo novas linhas de relações entre a comunidade, o Estado e a sociedade.

CONSIDERACOES FINAIS E PERSPECTIVAS

Na primeira noite, eles se aproximam e colhem uma flor de nosso jardim.
E não dizemos nada.
Na segunda noite, já não se escondem:
pisam as flores, matam nosso cão, e não dizemos nada.
Até que um dia, o mais frágil deles, entra sozinho em nossa casa.
Rouba-nos a lua e, conhecendo nosso medo, arranca-nos a voz da garganta.
E porque não dizemos nada?
Já não podemos dizer nada.

(MAIAKOWSKY)

A qualidade de vida vem sendo muito discutida. É a expressão de um nível de desenvolvimento humano que foi alcançado. Relativamente, cada pessoa tem a sua qualidade de vida e o desejo de melhorá-la ou não, perpassa pelas questões históricas, culturais e da classe social a que pertence. Ter qualidade de vida é usufruir das condições que as pessoas valorizam.

A dificuldade de se tentar conhecer o estado em que a qualidade de vida de um país se encontra, é grande. Pois as metodologias criadas, apesar de serem para esta época uma grande inovação, ainda não conseguiram contemplar todo arcabouço diversificado e complexo que compõe a vida humana. O conhecimento sobre a qualidade de vida de determinado lugar é importante para o estabelecimento e o aperfeiçoamento das políticas sociais, podendo atender as necessidades da população, visando sua liberdade para o desenvolvimento do país. No entanto, é o grau de liberdade que as pessoas têm que irá mover o crescimento de um país, tanto social, como político e econômico. Na ausência de uma destas dimensões, o desenvolvimento pretendido fica deficitário. Essas liberdades resultam nas necessidades básicas satisfeitas, no exercício da cidadania e da política e no crescimento econômico, que criam oportunidades para a concretização das relações sociais e a efetivação da vida com qualidade.

A comparação da qualidade de vida entre os países só foi possível pela utilização de uma metodologia quantitativa criada pela ONU para ser aplicada pelo PNUD. Nessa

metodologia, a modificação de algum item interfere diretamente na análise, reduzindo as chances de comparação. Conhecer a liberdade de determinado país, requer investigação de elementos que a sua mensuração despreza, interferindo na análise dessa qualidade. Portanto, a análise qualitativa, apesar de ser “trabalhosa”, tem capacidade de ampliar a visão do pesquisador sobre a realidade de um lugar, podendo considerar também a pesquisa quantitativa. Cada país ou município deve criar seus indicadores de acordo com a sua realidade, criando meios de enfrentamento local da questão social.

A demonstração de um índice de desenvolvimento humano contribui para facilitar a negociação entre os países, ocasiona uma certa cobrança invisível ao país menos desenvolvido, para que melhore as condições de vida da sua população, para poder participar das negociações comerciais, que esses índices podem proporcionar. De certa forma, isto é bom à medida que os países voltam-se para o seu desenvolvimento humano interno, mas em contra partida também pode ser construído superficialmente, somente para contribuir na ampliação dos números e não na qualidade efetiva de vida do seu povo. O desenvolvimento de um país está na maneira como este utiliza a riqueza que tem, oportunizando a ampliação das liberdades individuais e coletivas.

A qualidade de vida brasileira, conforme o Índice de Desenvolvimento Humano, foi considerada como média. O indicador que mais se desenvolveu foi o da educação. Entretanto, a porcentagem acrescida no índice não demonstra a qualidade da educação no país. As liberdades econômica, social e política, aliadas, contribuirão para o desenvolvimento humano de qualquer lugar. O Brasil, com a grande riqueza natural, ainda “engatinha” na preservação do meio ambiente. A falta de consciência ecológica a cada dia traz mais sofrimento à vida do homem, fazendo-se necessária a criação de programas de incentivo à proteção ambiental por organizações não governamentais e governamentais. Apesar do Brasil possuir um grande potencial para se desenvolver, observa-se que ainda existem pessoas que

vivem abaixo da linha da pobreza, necessitando de projetos exclusivos para atender esta “demanda” vítima da mais cruel desigualdade social. Para uma pessoa necessitar usufruir de um projeto de assistência social promovido pelo governo federal, como o “Projeto Fome Zero”, para continuar sobrevivendo, significa que muitos direitos já lhe foram negados, como habitação, educação, saúde, lazer, entre tantos outros.

Os reflexos da economia mundial no Brasil, influencia diretamente a vida cotidiana de sua população, ou melhor, altera diariamente o curso da economia e conseqüentemente da política nos municípios, nos bairros e nos grupos. Por isso, não se pode entender uma comunidade sem ter uma visão dessa conjuntura.

Desde 1950 a cidade de Franca/SP vem se expandindo juntamente com o setor industrial calçadista. Entre o período de 1990 a 2000, a cidade desenvolveu mais as áreas da saúde e da educação. A renda da população teve um decréscimo devido as condições econômicas que a cidade enfrentou até aproximadamente 1997. Com a renda per capita menor, as pessoas procuraram mais os postos de atendimentos públicos: educação, lazer, programas de habitação, assistência social, saúde. Além da cidade atender na área da saúde mais 21 municípios da região, a demanda do próprio município aumentou. Para facilitar o atendimento foram desenvolvidos vários programas como o Programa de Saúde da Família. O investimento nesta área foi insuficiente e a manutenção dos programas foram insatisfatórias. A participação popular por meios dos mecanismos de representação, como os conselhos, associações, organizações de bairro, centros comunitários, é importante na construção de alternativas capazes de enfrentamento dos problemas sociais que estão postos. A organização consciente de pessoas com objetivos comuns e interesses diversificados, compõem uma comunidade que luta por melhores condições de vida.

Ao falar em comunidade precisa-se considerar que se trata de um termo amplo, de significados diferenciados para cada local e intenção. Tanto pode referir-se a um grupo, um

espaço geográfico determinado, uma associação ou pessoas pertencentes à mesma igreja. Para este estudo, comunidade não significou simplesmente possuir os mesmos objetivos dentro de uma área territorial, mas que cada pessoa contribua com sua individualidade para um coletivo de alguma forma, ou melhor, cada indivíduo tem seu interesse dentro de um outro maior que é o bairro. Neste sentido, as pessoas de uma comunidade têm em comum o espaço do bairro, os seus problemas, os seus recursos e cada uma procura resolver de alguma forma as dificuldades. A tendência dos moradores a se organizarem é maior do que nos lugares em que as dificuldades são menores. A contribuição de um para o objetivo geral da comunidade é capaz de mudar a realidade local e também a sua vida cotidiana.

Mas a participação deve ser democrática. As pessoas precisam se sentir da comunidade, sentir que sua opinião é importante, sentir que a sua ação cria um resultado positivo ou negativo, mas nunca neutro. A influência de uma organização pouco democrática gera uma gestão centralizadora e as pessoas deixam de participar porque “tem alguém” para resolver os seus problemas. Quando percebem que suas necessidades não estão sendo satisfeitas, reclamam da diretoria da organização, mas continuam sem ação.

Na organização democrática e participativa, os moradores decidem juntos e por isso sentem-se responsáveis e comprometidos com a decisão. A insatisfação cria propostas de reivindicação e alternativas de enfrentamento da questão.

A reestruturação das organizações comunitárias do Conjunto Habitacional Jardim Palma e do Parque Residencial Santa Maria pelos assistentes sociais do PRODEC, foi um novo ânimo para o bairro. Muitos projetos foram implantados, muitas reuniões foram realizadas, corroborando com a hipótese que a organização comunitária é capaz de contribuir com a melhoria da qualidade de vida da população de seu bairro. A pesquisa apontou que não é qualquer tipo de organização de moradores, pois precisa ter um referencial que é a democracia, que incentiva a participação social, que contribui para uma autonomia da

comunidade. Sem democracia, as contribuições desta organização para o seu bairro acrescenta muito pouco na qualidade de vida dos moradores, pois estes simplesmente utilizam dos benefícios, mas não fazem parte dele, não o valorizam, e muitas vezes não participam, pois não é seu interesse.

Percebeu-se que o incentivo de um profissional para o processo de conscientização, mobilização, organização, participação social e autonomia popular é muito importante. Este trabalho realizado diretamente com a população também exige do profissional criatividade, articulação política e comprometido com o trabalho, tendo claro os princípios fundamentais da profissão, base para a construção do projeto ético e político do Serviço Social.

A continuação do trabalho das organizações comunitárias, após o término do PRODEC, foi para o Serviço Social um motivo de satisfação e a forma democrática de gestão que o Parque Residencial Santa Maria desenvolveu foi bastante singular, cuja participação dos moradores junto as decisões do bairro confirmou que a diretoria eleita não pode ser somente representativa, mas um meio de dinamizar a vida cotidiana, incentivando a discussão dos seus problemas e tentando melhorar conjuntamente as condições de vida local. E que por outro lado, aumentará, conseqüentemente, a qualidade de vida da cidade de Franca/SP, contribuindo, mesmo que singelamente, com o país.

Não se pode ser utópico em acreditar que uma organização comunitária conta com a participação total dos moradores do bairro nas decisões. Mas o processo de desenvolvimento de uma cultura participativa é extremamente importante, é o que garantirá a sobrevivência de qualquer organização social que queira melhorar as condições de vida em que se encontram.

Os diferentes tipos de qualidade de vida são gerados pela diversidade cultural e passam de *diferentes* para desiguais quando se analisa a economia relacionada à política e ao

social. Consciente dessa ausência de liberdades que originam a falta de oportunidades é que o homem é movido pela busca da equidade, da “harmonia” como diz na música de Sá y Guarabira: “que desejo fácil de se ter, que presente difícil de ganhar, mas é sina do homem procurar harmonia”.

BIBLIOGRAFIA

ASSOCIAÇÃO DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE FRANCA LTDA. **Perfil de Franca**. Disponível em <www.acifranca.com.br/perfildefranca.doc>. Acesso em 18 jan. 2003.

AMMANN, Safira Bezerra. **Movimento de bairro**. São Paulo: Cortez, 1991.

_____. **Ideologia do Desenvolvimento de Comunidade no Brasil**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

ANDRADE, Maria Ângela Rodrigues Alves. **A prática dos assistentes sociais com grupos**. 1987. Dissertação (Mestrado em Serviço social)-Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 1987.

ARANHA, Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. **Temas de filosofia**. São Paulo: Moderna, 1992.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

ARGUS, Alfredo. **A interdisciplinaridade na área de recursos humanos em busca da qualidade de vida do trabalhador**. 1998. Dissertação (Mestrado em Serviço Social)-Universidade Estadual Paulista – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Franca, SP, 1998.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: informação e documentação: referência: elaboração. Rio de Janeiro, 2002.

_____. **NBR 10520**: informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

_____. **NBR 14724**: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

ATAURI, Ilda Chicalé. **Serviço Social organizacional: novos desafios na apropriação das categorias qualidade de vida e qualidade de vida do trabalhador**. 2000. Dissertação (Mestrado em Serviço Social)-Universidade Estadual Paulista – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Franca, SP, 2000.

AUMENTA Nº DE SEQUESTRO EM SÃO PAULO. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 16 ago. 2002. Especial 9.

BARBOSA, Celeste Aparecida Pereira; FERREIRA, Nilton José; MENDES, Rita de Cássia Lopes de Oliveira. A importância da pesquisa para a prática do assistente social no desenvolvimento comunitário. In: XIII SEMANA DE SERVIÇO SOCIAL: questão e política social – metamorfoses da prática profissional. 2001, Franca/SP, **Anais ...** Franca: Universidade Estadual Paulista, 2001, p. 51-58.

BILLI, Marcelo. Desigualdade social. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 17 out. 2002. Especial 5.

BOSI, Ecléa. **Cultura de massa e cultura popular**: leituras de operários. 5. ed., 1981 (Coleção Meios de Comunicação Social, n. 6)

BRASIL. **Lei Federal 6766, de 19 de dezembro de 1979. Alterada pela lei 9785, de 29 de janeiro de 1999**. Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 06 de mai. 2003.

CADERNOS DE ESTUDOS. **Demografia de Franca**. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais. FACEF/FRANCA. 2000. Semestral . ISSN 1518-7691

CANOAS, José Walter. Desenvolvimento de projeto de lazer na empresa. In: NOGUEIRA, Rio; _____. **O Serviço Social do trabalho**. São Paulo: Serve Cultura, 1977.

_____. Assinalando alternativas para a universidade e o movimento popular. Franca: Universidade Estadual Paulista/ Prefeitura Municipal de Franca, 1991 (Projeto Franca, 3)

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. Trad. Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 3. ed., v. 1, 1999(a). (A era da informação: economia, sociedade e cultura).

_____. **O poder da identidade**. Trad. Klauss Brandini Gerhardt. , 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999(b). 2 v. (A era da informação: economia, sociedade e cultura)

_____. **Problemas de investigação em sociologia urbana**. Trad. Lemos de Azevedo. Lisboa: Presença, 1975.

_____. **Cidade, democracia e socialismo**: a experiência das associações de vizinhos de Madri.. Trad. Glória Rodrigues. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

CHADE, Jamil. Qualidade de vida: Brasil sobe no ranking. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, 06 jul. 2001. Geral, p. A8.

CORRIGAN, Paul; Leonard, Peter. **Prática do Serviço Social no capitalismo**: uma abordagem marxista. Trad. Alzira Soares Rocha. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

DEMO, Pedro. **Pobreza política**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1991. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo, 27)

_____. **Educação e qualidade**. Campinas/SP: Papirus, 1994.

EVOLUÇÃO DO IDH NO BRASIL. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 10 jul. 2001. p.A1.

FALEIROS, Vicente de Paula. Serviço Social: questões presentes para o futuro. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, ano 17, v. 50, abr. 1996.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs.). **Usos e abusos da História Oral**. 5. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

FLINKLER, P. **Qualidade de Vida e plenitude humana**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

FRANCO, Augusto de. **Além da renda: a pobreza brasileira como insuficiência de desenvolvimento**. Brasília/DF: Milenium, 2000.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo IBGE 2000**. Disponível em <<http://www.ibge.net/cidadesat/default.phd>>. Acesso em 18 jan. 2003.

_____. **IBGE cidades 2000**. Disponível em <<http://www.ibge.net/cidadesat/default.phd>>. Acesso em 26 mai. 2002.

GARCIA, Ronaldo Aurélio Gimenes. **Migrantes mineiros em Franca: memória e trabalho na cidade industrial (1960-1980)**. Franca: UNESP/FHDSS, 1997.

GIAQUETO, Adriana. **Moradores do Conjunto Habitacional “Vicente Leporace”: o sonho, o encontro, a luta....**, 1997. Dissertação (Mestrado em Serviço Social)-Universidade Estadual Paulista – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Franca, SP, 1997.

GOBETTI, Sérgio. Porto Alegre sofre do mal da exclusão social: nas mão do PT, capital gaúcha tem desigualdade crescente, mas conserva o maior IDH do País. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 25 jun. 2001. Desenvolvimento. Geral, p. A9.

GOHN, Maria da Glória. Estudo comparativo sobre três formas de organização popular. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, ano 11, n. 33, p. 31-46, ago. 1990.

_____. Conselhos populares e participação popular. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, ano 11, n. 34, p. 65-89, dez. 1990.

_____. **Movimentos sociais e educação**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1999. (Questões da Nossa Época, 5).

_____. **Conselhos gestores e participação sociopolítica**. São Paulo: Cortez, 2001. (Questões da Nossa Época, 84).

_____. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 1997.

GOIS, Antônio; ESCÓSSIA, Fernanda da. País tem 50 milhões de indigentes, diz FGV. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 10 jul. 2001. Qualidade de vida. Estudos brasileiros, p. A 12.

GOUVEIA, Maria das Graças de. **Uma proposta de organização colegiada: a experiência dos moradores do conjunto habitacional Moacir de Alvarenga Peixoto**, 1986. Dissertação (Mestrado em Serviço Social)-Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Taubaté, São Paulo, 1986.

_____. **Organizações de bairro: um espaço de cidadania – o caso de Franca**. Franca. Franca, São Paulo: UNESP – FHDSS, 1991.

GOVERNO ESTIMULOU AVALIAÇÃO DE ALUNOS E ENSINO. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 21 out. 2002. Especial 4.

GOVERNO FHC CONSEGUE MAIOR AVANÇO NA MEDICINA PREVENTIVA. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 23 out. 2002. Especial 10.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. 2. ed. Lisboa: Vértice, 1989.

KOGA, Dirce. Cidades entre territórios de vida e territórios vividos. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, ano 23, n. 72, p. 22-52, nov. 2002.

KOWARICK, Lúcio. **Capitalismo e marginalidade na América Latina**. 3. ed., 1981. (Coleção Estudos Latinos-Americanos, v. 3).

LAHUERTA, Milton. A democracia difícil: violência e irresponsabilidade cívica. **Estudos de Sociologia**. Araraquara, SP, ano 6, n. 10, p. 35-50, 1º sem. 2001.

LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Uma abordagem populacional para um problema estrutural**: a habitação. Rio de Janeiro: Vozes, 1988.

MAGALHÃES, Maria Cristina Soares. Educação popular e o Serviço Social. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, ano 3, n. 6, p. 43-54, set. 1981.

MANHÃ DE LAZER E SHOW MUSICAL MARCAM ENTREGA DO SANTA MARIA. **Diário da Franca**. Franca, SP, 15 mai. 1992.

MEDEIROS, Francisco Ary de. Informação para a comunidade: estratégia para a intervenção do Serviço Social. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, ano 12, n. 35, p. 5-15, abr. 1991.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade, Petrópolis: Vozes, 1999. (Coleção Temas Sociais).

_____ et al. Qualidade de vida e saúde: um debate necessário. **Ciência e Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, ano 5, n. 1, p.7-18, 2000.

NOGUEIRA, Marcos Aurélio. **As possibilidades da política**: idéias para a reforma democrática do Estado. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

QUALIDADE DE VIDA: O BRASIL MELHOROU? **Folha de São Paulo**. São Paulo, 10 jul. 2001. Qualidade de vida, p. A11)

OLIVEIRA, Ernânea.; OLIVEIRA, Rita de Cássia Lopes de. **Relato de uma prática de ação grupal como instrumento de organização de comunidade em Serviço Social**. 1996. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social)-Universidade Estadual Paulista – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Franca, São Paulo, 1996.

OLIVEIRA, Rita de Cássia Lopes de.; CANÔAS, José Walter. Comunidade: espaço do exercício do poder local e da democracia. **Serviço Social e Realidade**. Franca:UNESP, v. 11, n. 2, p. 171-177, 2002.

PEREIRA, Júlio Cesar Rodrigues. **Análise de dados qualitativos**: estratégias metodológicas para as Ciências da Saúde, Humanas e Sociais. 3. ed. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2001.

PEREGRINO, Fernando. Os indicadores de desenvolvimento humano como balizadores para o estabelecimento de prioridades em políticas públicas. In: _____; LUZ, Thales Pontes. **IDH, bússula: estabelecendo prioridades em políticas públicas através de indicadores de desenvolvimento humano: longevidade, educação, renda, infância, habitação.** Rio de Janeiro: Litteris Ed. 2001.

PERES, Dulcinéa de Lourdes Duarte. **Repensando uma experiência.** Franca, São Paulo, 1989. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social)-Universidade Estadual Paulista – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, 1989.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCA. **Projeto do loteamento do “Jardim Palma”.** Franca, SP, (198_).

_____. **Plano municipal de saúde de Franca 2001.** Franca/SP: Prefeitura Municipal de Franca, 2001a.

_____. **Plano municipal de assistência social 2002-2005.** Franca/SP: Prefeitura Municipal de Franca, 2001b.

_____. **Plano de habitação social de Franca: Lei nº 5.022 de mai. 1998.** Franca/SP: Prefeitura Municipal de Franca, 1998.

_____. **Franca.** Disponível em <<http://www.franca.sp.gov.br/menu.html>>. Acesso em 18 jan. 2003.

_____. **Decreto nº 5.0403, de 25 de julho de 1986.** Franca/SP: Prefeitura Municipal de Franca, 1986.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO et al. **Desenvolvimento humano e condições de vida: indicadores brasileiros.** Brasília: Nacional, 1998, (Coleção Desenvolvimento Humano), 1 CD-ROM.

_____. **Novo atlas do desenvolvimento humano no Brasil.** Brasil, 2003. Disponível em: . <<http://www.undp.org.br/IDHM-BR%20Atlas%20Webpage/index.asp>>. Acesso em 05 jan. 2003a.

_____. Relatório do desenvolvimento Humano 2002: aprofundar a democracia num mundo fragmentado. Trad.: José Freitas e Silva e Maria Natércia Estevão. Lisboa: PNUD, 2003b.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna.** Trad. Luiz Alberto Monjardim. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

QUATROCENTAS E UMA NOVAS CASA: PROVA DE TRABALHO E UNIÃO. **Diário da Franca,** Franca, SP, 28 out. 1991, p. 5-6.

RAICHELIS, Raquel Santos. **Legitimidade popular e o poder público.** São Paulo: Cortez, 1988.

ROSSI, Clóvis. Brasil fica em 43º em tecnologia. **Folha de São Paulo.** São Paulo, 10 jul. 2001. Qualidade de vida, p. A11.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram e cena:** experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo (1970-1980). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SADER, Emir. **Movimentos sociais na transição democrática.** São Paulo: Cortez, 1987.

SANT'ANA, Raquel Santos. Um novo desafio para o Serviço Social: a construção do instrumental na perspectiva do método materialista dialético. **Serviço Social & Realidade.** Franca/SP: UNESP, v. 4, n. 2, 1995.

SANTA MARIA VAI TER ASFALTO NESTA SEMANA. Franca, SP, 19 abr. 1992, p. 6.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Pela mão de Alice:** o social e o político na pós-modernidade. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

_____(org.). **Democratizar a democracia:** os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira.** São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. **A urbanização desigual:** a especificidade do fenômeno urbano em países subdesenvolvidos. Petrópolis: Vozes, 1980.

SEADE. FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS (São Paulo, SP), **Perfil Municipal.** São Paulo, 2003. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br/perfil/index>>. Acessado em: 04 jan. 2003.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade.** Trad.: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEVCECENKO, Nicolau. **Orfeu estático na metrópoles:** São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** 21. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

SILVA, Márcia Flóro da; LIMA, Mirna de. **Experiência de trabalho social com segmento populacional.** 1993. Dissertação (Mestrado em Serviço Social)-Universidade Estadual Paulista – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Franca, São Paulo, 1993.

SOARES, José Arlindo; CACCIA-BAVA, Silvio (org.). **Os desafios da gestão municipal democrática.** São Paulo: Cortez, 1998.

SOUZA, Maria Luiza de. **Desenvolvimento de Comunidade e Participação.** 6. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

SPIEGEL, Murray R. **Estatística.** Tradução e revisão técnica Pedro Consentino. 3. ed. São Paulo: Makron Books, 1993.

TOBÓN, Maria Cecília. A família e a comunidade: perspectivas de mudança e alternativas de ação. **Serviço Social e Sociedade.** São Paulo, ano 7, n. 22, p. 77-86, dez. 1986.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Biblioteca virtual de direitos** (São Paulo, SP). **Declaração universal dos direitos humanos**. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/principal.html>>. Acesso em 10 jan. 2003.

VIEIRA, Evaldo. **Democracia e política social**. São Paulo: Cortez, 1992. (Coleção Polêmicas no Nosso Tempo, 49)

WANDERLEY, Luiz Eduardo. Conjuntura: desafios e perspectivas. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, ano 21, n. 66, p. 05-33, jul. 2001.

WANDERLEY, Mariangela Belfiore. **Metamorfoses do desenvolvimento de Comunidade e suas relações com o Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1993.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Pioneira, 1983.

WIRTH, Louis. O urbanismo como modo de vida. In.: VELHO, Otávio (org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

ZANCANELLI, Arlene dos Santos M. **Condições de vida e de trabalho do carteiro em busca da qualidade total**. Franca, São Paulo, 2001. Dissertação (Mestrado em Serviço Social)-Universidade Estadual Paulista – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Franca, São Paulo, 2001.

APÊNDICE A

Formulário (M) sobre Qualidade de Vida

Bairro: _____

Ficha: _____

1. Identificação (não é necessário o preenchimento do campo nome, caso a pessoa não queira se identificar)

1.1 Nome do entrevista: _____ Sexo _____

1.2 Estado Civil: _____

1.3 Há quanto tempo mora no bairro? _____

2 Composição Familiar (Trabalho e educação)

	2.1	2.2	2.3	2.4	2.5	2.6	2.7	2.8	2.9	2.10	2.11
Nº	Grau de parentesco com o entrevistado	Est. Civil	Mês e ano de nascimento	*Escolaridade	Saber ler e escrever?	**Trabalha?	O que faz?	Quantas horas por dia?	Tipo empresa	Tipo de vínculo empregatício	Renda bruta mensal
01	Entrevistado										
02											
03											
04											
05											
06											
07											
08											
09											
10											
11											
12											

* Se alguém deixou os estudos, saber o motivo: _____

** Se alguma criança trabalhar, saber se está estudando: _____

3 Habitação

3.1 Quantos cômodos tem a sua residência? _____

3.2 Quantos dormitórios? _____

3.3 Quantos pessoas dormem por dormitório? _____

4 Longevidade e Saúde

4.1 Quantos filhos nasceram vivos? _____

4.2 Teve algum filho que nasceu morto? _____

4.3 Quanto filhos estão vivos? _____

4.4 Tem alguém na família com problema de saúde? _____

4.5 Utiliza do tratamento é público, por convênio ou particular? _____ Como avalia? _____

4.6 Utiliza do atendimento do PSF (Programa de Saúde da Família)? _____ Porquê? _____

5 Lazer e esporte

5.1 O que você e sua família fazem nas horas que não estão trabalhando? _____

5.2 Utilizam as áreas de lazer do bairro? _____

5.3 Faz algum esporte? Onde? _____

6 Participação popular e política

6.1 Você ou alguém da sua família participa de alguma atividade política ou social no bairro? Qual? _____

6.2 Participam do Centro Comunitário? De que forma? _____

6.3 Participam de algum partido político? _____

6.4 Como os moradores fazem para solucionar alguns problemas do bairro? _____

6.5 O que acha do seu bairro? _____

6.6 Como você avalia as suas condições de vida? _____

7 Assistência Social

7.1 Alguém da família faz parte de algum programa de assistência do município? _____

APÊNDICE B

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM O DIRETOR DA ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA

- 1 Qual é o objetivo do Centro Comunitário?
- 2 Como está o trabalho do Centro Comunitário em relação as necessidades do bairro
- 3 Como é a participar da população nas decisões do bairro? Por quê?
- 4 Como é a participação da diretoria do Centro Comunitário nas reuniões agendadas?
- 5 Como foi o trabalho do assistente social junto a esta comunidade e esta organização de moradores?
- 6 O que este trabalho lhes proporcionou?
- 7 Para você o que significa qualidade de vida?
- 8 Os moradores deste bairro têm qualidade de vida?

Observação:
